

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

DANNDARA WAGMAKER GONÇALVES

**RELEVÂNCIA PRAGMÁTICA E HUMOR RESILIENTE: A QUESTÃO
DO PRECONCEITO À DEFICIÊNCIA NOS CARTUNS DE RICARDO
FERRAZ**

**VITÓRIA
2018**

DANNDARA WAGMAKER GONÇALVES

**RELEVÂNCIA PRAGMÁTICA E HUMOR RESILIENTE: A QUESTÃO
DO PRECONCEITO À DEFICIÊNCIA NOS CARTUNS DE RICARDO
FERRAZ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística, na área de concentração em estudos sobre Texto e Discurso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Penha Pereira Lins

VITÓRIA

2018

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

G635r Gonçalves, Danndara Wagmaker, 1993-
Relevância pragmática e humor resiliente: a questão do preconceito à deficiência nos cartuns de Ricardo Ferraz / Danndara Wagmaker Gonçalves. - 2018.
130 f. : il.

Orientadora: Maria da Penha Pereira Lins.
Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Relevância. 2. Humor. 3. Cartum. 4. Preconceito. I. Lins, Maria da Penha Pereira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

Danndara Wagmaker Gonçalves

“RELEVÂNCIA PRAGMÁTICA E HUMOR RESILIENTE: A QUESTÃO DO PRECONCEITO À DEFICIÊNCIA NOS CARTUNS DE RICARDO FERRAZ”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 27 de novembro de 2018.

Comissão Examinadora:

Penha Lins

Profª Drª Maria da Penha Pereira Lins (UFES)
Orientadora e Presidente da Comissão Examinadora

Mayara de Oliveira Nogueira Loyola

Profª Drª Mayara de Oliveira Nogueira Loyola (UFES)
Examinadora Titular Interna

Ana Lúcia Tinoco Cabral

Profª Drª Ana Lúcia Tinoco Cabral (UNIC- SUL)
Examinadora Titular Externa

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por essa vitória. Foi Ele que me capacitou e me deu forças para chegar até aqui.

À Prof.^a Dr.^a Maria da Penha Pereira Lins, por todos esses anos de orientação e amizade! Desde a graduação, me incentivou e me ensinou a trilhar os caminhos da pesquisa científica, compartilhando comigo os seus conhecimentos (linguísticos e de vida) de forma paciente e generosa. Sua “cooperação” implicou este trabalho!

À minha família, Elci, Milton, Isabella e Geraldo, por acreditarem no meu sonho e por me apoiarem nos momentos em que eu mais precisei. Eu orgulhosamente dedico essa conquista a vocês.

Às professoras da banca de qualificação: Gesieny Laurett Neves Damasceno e Luciana Moraes Barcelos. Obrigada pelas valiosas sugestões dadas ao meu trabalho antes da defesa.

Às componentes da banca de defesa: Ana Lúcia Tinoco Cabral e Mayara de Oliveira Nogueira Loyola. Obrigada por lerem com tanto cuidado e por aceitarem dialogar sobre a minha dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, pois, nestes quase dois anos de Mestrado, contribuíram para o meu crescimento intelectual e para o desenvolvimento da minha pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, fundamental para a realização dessa dissertação.

Aos meus colegas de turma do Mestrado, por viverem comigo as mesmas angústias, ansiedades e conquistas nesta pequena jornada.

Enfim, gratidão a todos que, de alguma maneira, colaboraram para que eu alcançasse os meus objetivos e conquistasse o meu sonho: ser Mestre em Linguística.

“Entre o que eu penso, o que eu quero dizer, o que digo e o que você ouve, o que você quer ouvir e o que você acha que entendeu, há um abismo.”

Alejandro Jodorowsky

RESUMO

A Teoria da Relevância (SPERBER E WILSON, 1995 [2001]) permite que sejam compreendidos não somente os aspectos lógicos e filosóficos da linguagem, mas possibilita que questões de ordem psicológica envolvidas na interpretação de enunciados linguísticos também sejam analisadas. Ancorado nessa reflexão, este trabalho, inserido no campo teórico-metodológico da Pragmática, desenvolve uma análise textual-discursiva do gênero cartum, mais especificamente dos cartuns presentes no livro *“Visão e Revisão. Conceito e Preconceito”* do autor capixaba Ricardo Ferraz, a fim de verificar a questão do preconceito à deficiência nas interações que compõem esses textos. Para tanto, são adotados os procedimentos teórico-metodológicos da Teoria da Conversação de Grice (1975 [1982]) e da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1995 [2001]). Sendo o cartum um gênero de cunho humorístico, investiga-se, também, como o autor subjaz do humor, sobretudo do humor resiliente, para denunciar o preconceito velado nas falas e nas atitudes dos personagens. Para essa investigação de viés qualitativo e interpretativo, têm-se como contribuição os postulados de Bergson (1900 [1987]), Propp (1992) e Gomes (2008). No que concerne aos estudos sobre o gênero textual cartum, buscamos aporte, principalmente, nas propostas de Marcuschi (2008), Bakhtin (1952-1953 [2003]), Lins e Gonçalves (2013) e Ramos (2009, 2012, 2013 e 2014). Tendo como base o referido aparato teórico, nota-se que o processo de interpretação textual pode ser conduzido para muito além do que está representado na superfície dos cartuns, de forma verbal e visual. Assim, uma vez descoberta a implicatura dos textos, os leitores passam a refletir a respeito da situação descrita, no caso desses cartuns temáticos, o preconceito e a discriminação aos deficientes na sociedade.

Palavras-chave: Relevância. Humor. Cartum. Preconceito.

ABSTRACT

The Relevance Theory (SPERBER AND WILSON, 1995 [2001]) allows that not only logical and philosophical language aspects are understood, but also enables the analysis of psychological issues involved in the interpretation of linguistic utterances. Anchored in this reflection, this work, inserted in the theoretical-methodological field of Pragmatics, develops a textual-discursive analysis of the genre cartoon, more specifically from the ones in the book "*Visão e Revisão. Conceito e Preconceito.*" by capixaba author Ricardo Ferraz, in order to verify the prejudice towards the deficiencies in the interactions that compose these texts. To do so, the theoretical-methodological procedures of Grice's Conversation Theory (1975 [1982]) and Sperber and Wilson's Relevance Theory (1995 [2001]) are adopted. Since the cartoon is a genre of humor, it is also investigated how the author underlies humor, especially resilient humor, to report veiled prejudice in the characters' speeches and attitudes. This qualitative and interpretative investigation has the contributions of Bergson's (1900 [1987]), Propp's (1992) and Gomes's (2008) postulates. For the study of cartoon as a text genre, this work has its basis on Marcuschi's (2008), Bakhtin's (1952-1953 [2003]), Lins and Gonçalves's (2013) and Ramos's (2009, 2012, 2013 and 2014) proposals. From this theoretical perspective, it is seen that the process of textual interpretation can be conducted beyond what is represented on the cartoon surface, in a verbal and visual way. Thus, once the texts implicature is discovered, readers will reflect on the described situation, in the case of these thematic cartoons, what is the prejudice and discrimination towards the disabled people in society.

Keywords: Relevance. Humor. Cartoon. Prejudice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Classificação das Implicaturas.....	30
Figura 2: Esquema semiótico da comunicação verbal humana.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição percentual da população residente, por tipo de deficiência, segundo o sexo e os grupos de idade – Brasil – 2010.....	85
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro sobre as definições de humor e seus respectivos autores.....	76
Quadro 2 – Divisões por temas dos cartuns do livro <i>Visão e Revisão. Conceito e Preconceito</i>	82
Quadro 3 - Divisão por implicaturas dos cartuns do livro “ <i>Visão e Revisão. Conceito e Preconceito</i> ”.....	83

LISTA DE CARTUNS

Cartum 1.....	29
Cartum 2.....	75
Cartum 3.....	80
Cartum 4.....	91
Cartum 5.....	94
Cartum 6.....	95
Cartum 7.....	96
Cartum 8.....	98
Cartum 9.....	99
Cartum 10.....	102
Cartum 11.....	102
Cartum 12.....	103
Cartum 13.....	106
Cartum 14.....	106
Cartum 15.....	107
Cartum 16.....	110
Cartum 17.....	110
Cartum 18.....	111
Cartum 19.....	114
Cartum 20.....	114
Cartum 21.....	115

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
1 SOBRE O CAMPO DE ESTUDOS DA PRAGMÁTICA.....	19
1.1 A TEORIA DA CONVERSAÇÃO DE H. P. GRICE (1975 [1982]).....	24
1.1.1 O Princípio da Cooperação e as Implicaturas Conversacionais.....	26
1.2 A COMUNICAÇÃO PELO PRINCÍPIO DA RELEVÂNCIA DE SPERBER E WILSON (1995 [2001])	34
1.2.1 Comunicação: do Modelo Semiótico Clássico ao Modelo Inferencial.....	35
1.2.2 Comunicação: Relevância e Ostensão.....	40
1.3 A TEORIA DA RELEVÂNCIA (1995 [2001], 2005).....	44
1.3.1 A questão do contexto na Teoria da Relevância.....	48
1.3.2 O processamento de enunciados relevantes.....	51
1.3.3 O Princípio da Relevância.....	56
2 ESTUDOS SOBRE O HUMOR.....	59
2.1 A SIGNIFICAÇÃO DO CÔMICO EM BERGSON (1900 [1987]).....	61
2.2 A COMICIDADE E O RISO EM PROPP (1992).....	65
2.3 O HUMOR RESILIENTE.....	70
3 O GÊNERO TEXTUAL CARTUM.....	77
4 NATUREZA DO <i>CORPUS</i> E METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	82

4.1 SELEÇÃO DO CORPUS.....	82
4.2 O AUTOR RICARDO FERRAZ.....	86
4.3 MÉTODO DE ANÁLISE.....	88
5 RELEVÂNCIA E HUMOR RESILIENTE NA LEITURA DOS CARTUNS DE RICARDO FERRAZ.....	90
5.1 ANÁLISE RELEVANTISTA DA IMPLICATURA: “DEFICIENTES ENCONTRAM BARREIRAS ARQUITETÔNICAS”	91
5.2 ANÁLISE RELEVANTISTA DA IMPLICATURA: "DEFICIENTES REPRESENTAM UM PESO PARA A FAMÍLIA"”	96
5.3 ANÁLISE RELEVANTISTA DA IMPLICATURA: “DEFICIENTES FÍSICOS NÃO FAZEM SEXO”.....	99
5.4 ANÁLISE RELEVANTISTA DA IMPLICATURA: “DEFICIENTES NÃO PODEM SE RELACIONAR COM PESSOAS SEM DEFICIÊNCIA”	103
5.5 ANÁLISE RELEVANTISTA DA IMPLICATURA: “DEFICIENTES SÃO VISTOS COMO INCAPAZES”	107
5.6 ANÁLISE RELEVANTISTA DA IMPLICATURA: “DEFICIENTES FÍSICOS NÃO TÊM SUAS DEFICIÊNCIAS COMPREENDIDAS/ACEITAS”	111
5.6 ANÁLISE RELEVANTISTA DA IMPLICATURA: “DEFICIENTES E SEUS PROBLEMAS NÃO SÃO INTERESSE DOS POLÍTICOS”	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	124

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Pragmática, por ser uma disciplina em pleno desenvolvimento, tem proporcionado aos estudos linguísticos novas possibilidades de análises para os fenômenos comunicacionais em geral. As teorias pragmáticas evidenciam, cada vez mais, que a compreensão da interação verbal envolve muitos aspectos e, por esse motivo, necessita ser analisada sob outras perspectivas, além das que propõem as teorias fundamentadas no modelo de códigos. Sua visão inovadora inclui em seu escopo teórico a noção de contexto aliado às relações existentes entre os falantes, seus textos e os sentidos produzidos por eles. Para compreender o que é dito e o que é comunicado em uma sentença, há muito a ser considerado além do processo de decodificação da mensagem, tendo a inferência um papel primordial na interpretação linguística.

Segundo Wilson (1995 [2001]), os estudos do filósofo Herbert Paul Grice inauguraram a Pragmática moderna. O autor percebe a importância de se considerar a intencionalidade e a inferência na comunicação humana e elabora a Teoria da Conversação para balizar um modelo de análise capaz de descrever e explicar, de uma maneira satisfatória, os processos de compreensão textual. Nesse sentido, a Pragmática é: “o estudo dos princípios que regem o uso da linguagem na comunicação, ou seja, as condições que determinam tanto o emprego de um enunciado concreto de um falante concreto em uma situação comunicativa concreta, como sua interpretação por parte do destinatário” (ESCANDELL, 2006, p.16).

Uma das abordagens contemporâneas que se baseiam nas perspectivas de Grice (GRICE, 1975 [1982]) é a Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1995 [2001], 1995). Essa abordagem de natureza cognitiva elege a Máxima da Relação como um princípio cognitivo geral para construir um aparato teórico que viabiliza a análise descritiva do processo comunicacional. Com essa nova perspectiva pragmático-cognitiva para a compreensão de elocuições, passam a ser considerados outros aspectos da comunicação, como o social e o psicológico, o que atribui à teoria um avanço rumo a uma compreensão mais aprofundada do processamento de informações na mente dos indivíduos.

Dessa forma, é de grande pertinência desenvolver análises linguísticas que tenham como embasamento os pressupostos pragmáticos, sobretudo os defendidos por Grice (1975 [1982]) e Sperber e Wilson (1995 [2001], 1995). Nesse contexto, um gênero que se mostra adequado para a constatação dessas teorias é o gênero cartum, na medida em que apresenta temáticas diversificadas ligadas ao universo social e por ser amplamente divulgado em diversas mídias, inclusive nas digitais. Por se tratar de um gênero de cunho humorístico e constituir-se como um forte instrumento de crítica social, identificar as inferências e conhecer as regras dedutivo-inferenciais no processamento de mensagens é fundamental para uma compreensão adequada da intencionalidade do texto.

O *corpus* de análise desta pesquisa, então, está centrado especificamente na coletânea de cartuns temáticos presentes no livro “*Visão e Revisão. Conceito e Preconceito*” do cartunista capixaba Ricardo Ferraz. Os cartuns de Ferraz têm como objetivo principal abordar os desafios enfrentados pelos deficientes na convivência social e os preconceitos sofridos diariamente por eles. Acredita-se que o assunto se faz pertinente no cenário atual, tendo em vista o número elevado de deficientes no Brasil: de acordo com o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010, cerca de 25% da população é portadora de algum tipo de deficiência. Contudo, grande parte da população ainda não compreende a importância da inserção desses indivíduos na sociedade. Ricardo Ferraz é deficiente físico e faz, com propriedade, críticas que envolvem diversos temas, como a sexualidade do deficiente, a falta de planejamento arquitetônico dos locais públicos, que inviabiliza o seu acesso, a não valorização das pessoas deficientes, entre outros assuntos, com o objetivo principal de conscientizar a população sobre a importância de conhecer melhor e incluir, de forma verdadeira, os indivíduos com deficiência.

A abordagem proposta pelo cartunista, apesar de bastante séria, está permeada de um cunho humorístico, até mesmo pelas próprias características constitutivas do gênero. Por meio de uma linguagem simples e bem-humorada, Ferraz (2006) alia o humor à resiliência psicológica e faz de seus cartuns canais de denúncia ao preconceito e à discriminação. Nesse sentido, se faz importante compreender as noções que permeiam os estudos da linguagem humorística, sobretudo as do humor

resiliente, que diz respeito a ocorrência humorística que nos leva a pensar sobre a busca do prazer para o alívio do sofrimento.

Diante disso, esta pesquisa, inserida no campo teórico-metodológico da Pragmática, objetiva desenvolver uma análise textual-discursiva do *corpus* em questão, a fim de verificar como a Relevância Pragmática e as Implicaturas Conversacionais explicam o preconceito à deficiência por meio do humor resiliente em cartuns do autor Ricardo Ferraz. Para tanto, desenvolve-se: i) um estudo bibliográfico aprofundado, objetivando compreender as teorias que permeiam os estudos relacionados à Pragmática e à linguagem do humor; ii) a observação do *corpus*, a fim de verificar os elementos e recursos verbais e visuais presentes na composição dos cartuns selecionados; iii) a aplicação das teorias pragmáticas e humorísticas na análise do *corpus*, para que sejam compreendidas as estratégias conversacionais que regem os processos de interação presentes nos cartuns em questão, observando a construção de implicaturas críticas a partir de um humor resiliente.

Como hipótese, acredita-se que a análise das atitudes dos personagens, da natureza da comunicação e de suas questões psicológicas desvelam o preconceito ao deficiente nos cartuns que compõem o *corpus*. Além disso, a união do conceito de resiliência psicológica à definição de humor, juntamente com as noções de cooperação e relevância da Pragmática, amplia as possibilidades de análise das situações interativas presentes nos cartuns.

Justifica-se o interesse em estudar uma interface entre a Pragmática e a linguagem humorística para melhor compreender o que as pessoas querem dizer, quando inseridas em contextos particulares, e como esses contextos influenciam o que é enunciado. Nesse sentido, é possível analisar o preconceito velado nas falas e atitudes dos personagens dos cartuns por meio da análise de inferências relacionadas às implicaturas criadas no processo de interação. Para tanto, esta pesquisa se organiza em cinco capítulos¹, além das considerações iniciais, das considerações finais e das referências.

¹ Justifica-se a amplitude dos capítulos do referencial teórico pelo fato de ser necessário abordar, em sua completude, a Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1995 [2001]). Esses autores cunham conceitos extensos

No primeiro capítulo, intitulado “Sobre o campo de estudos da Pragmática”, são tratadas as definições sobre o termo “pragmática” e sobre a área de estudos que compreende essa abordagem da Linguística. Inicia-se este capítulo destacando o cenário em que as teorias pragmáticas foram desenvolvidas e a ampliação dos conceitos dessa disciplina até a atualidade. Para falar sobre Pragmática, elegemos alguns autores, entre eles: Paveau e Sarfati (2006), Levinson (2007), Rajagopalan (1996), Yule (1996), Escandell (2006), Armengaud (2006), Reyes (1998), Oliveira e Basso (2014) e Lins (2002). Ainda no capítulo um, são abordadas teorias mais específicas da área da Pragmática e que constituem a base teórica desta investigação: a Teoria da Conversação de Grice (1975 [1982]), os conceitos de comunicação pelo Princípio da Relevância de Sperber e Wilson (1995 [2001]) e a Teoria da Relevância (1995 [2001]), 2005.

O capítulo dois reúne algumas das principais teorias sobre comicidade, riso e humor. É apresentada uma abordagem histórica das definições sobre o humor, enfatizando o seu caráter multidisciplinar, a partir dos postulados de Lins e Gonçalves (2013), Santos (2014), Ermida (2002) e Lins (2002). Ademais, com base nas teorias de Bergson (1900 [1987]) e Propp (1992), busca-se compreender o que há no cerne do risível e do cômico, além de apresentar uma tipologia do riso. Ainda no segundo capítulo, são apresentados os conceitos a respeito do humor resiliente, cunhados, principalmente, por Gomes (2008). Este autor amplia os conceitos de humor e chega a um tipo de ocorrência cômica denominada humor resiliente. Para falar sobre humor e resiliência psicológica, este estudo baseia-se nos dizeres de Yunes (2003), Soares (2011) e Silva (2010).

No terceiro capítulo são abordadas algumas considerações sobre as construções dos gêneros textuais, sobretudo do gênero cartum, uma vez que é o gênero que compõe o *corpus* deste trabalho. As considerações feitas neste capítulo são baseadas em Bakhtin (1952-1953 [2003]), Marcuschi (2008), Lins e Gonçalves (2013), Taffarello (2014), Ramos (2009, 2012, 2013 e 2014), Iannone e Iannone (1994) e em Costa (2012), que evidenciam a importância das noções de gênero e de suas estratégias

e complexos e, por isso, é essencial proporcionar aos leitores uma compreensão completa dessa teoria, para que, no estudo do *corpus*, as categorias de análise sejam totalmente compreendidas.

textuais-discursivas, o que nos possibilita compreender melhor os aspectos centrais que envolvem os gêneros.

O capítulo quatro é dedicado à descrição da metodologia utilizada para a análise do *corpus*. Nele, em um primeiro momento, é apresentado o livro “*Visão e Revisão. Conceito e Preconceito*”, que constitui o *corpus* de análise desse trabalho, com detalhes de sua organização. Em seguida, é apresentado o autor dessa obra, Ricardo Ferraz, e, logo depois, são mostrados os detalhes da proposta metodológica que norteia a pesquisa.

Por fim, no quinto e último capítulo, são empreendidos esforços no sentido de aplicar o arcabouço teórico anteriormente mencionado a um conjunto de peças comunicativas que fazem parte do *corpus* selecionado. Após essa análise, busca-se mostrar, por meio de uma análise relevantista de implicaturas, como ocorre o processo de interpretação dos cartuns nas etapas dedutivo-inferenciais.

Após a conclusão deste trabalho, almejamos contribuir para a compreensão dos estudos pragmáticos aliados à linguagem do humor, levando o leitor a considerar que o processo de interpretação pode e deve ser conduzido para muito além do que está representado na superfície textual, de forma verbal e não-verbal. É necessário se valer de uma análise que vá além da decodificação de elementos meramente linguísticos e não linguísticos, levando em consideração, também, a natureza da comunicação e suas questões psicológicas. Assim, o objetivo é trazer contribuições para os estudos linguísticos e também para o social, a partir dos resultados encontrados neste estudo.

1 SOBRE O CAMPO DE ESTUDOS DA PRAGMÁTICA

O interesse da Pragmática, para mim, sempre foi a inexistência da disciplina propriamente dita – na verdade, parece muito mais sensato falar em Pragmáticas, no plural (RAJAGOPALAN, 1996, p.6).

A Pragmática nasceu da filosofia da linguagem e, apesar de ser uma disciplina relativamente recente no âmbito dos estudos linguísticos, vem se desenvolvendo rapidamente, principalmente nas últimas décadas, ampliando as possibilidades de análise de fenômenos que até então não haviam sido totalmente elucidados por outras teorias da Linguística. Essa nova abordagem possui uma visão inovadora sobre alguns conceitos postulados pelas teorias anteriores, além de incluir em seu escopo de estudos a noção de contexto aliada à relação dos signos com os usuários dos signos, ou seja, a relação das palavras com os falantes e contextos.

Os estudos sobre a linguagem sofreram muitas mudanças desde a publicação do livro *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand Saussure, em 1916. Com o desenvolvimento da linguística estrutural, a língua passou a ser estudada cientificamente. Essas abordagens de base estruturalistas priorizaram o estudo da forma linguística, e a língua foi definida como sistema formado por um conjunto de unidades coesas e inter-relacionadas que obedecem a determinados princípios. Já na segunda metade do século XX, a concepção de língua é tomada sob as perspectivas sociointeracional e funcional, sendo o objetivo desse novo ponto de vista observar a língua como instrumento de interação e estudar as situações reais de comunicação em que se evidencia a competência pragmática do falante.

Esse novo enfoque motivou a chamada “virada pragmática”, que ampliou a abrangência da Linguística para os campos social, histórico, contextual, discursivo e ideológico, além de passar a considerar a intencionalidade dos falantes nos acontecimentos comunicativos. Escolas como a Sociolinguística, a Análise do Discurso e a Pragmática se desenvolveram a partir dessa visão funcionalista e cada uma delas, de acordo com seus procedimentos teóricos e metodológicos próprios, evidencia a fala ou discurso de falantes e ouvintes reais que estão inseridos em um contexto.

Nesse cenário, a compreensão do conceito de contexto revela-se importante para a caracterização da Pragmática em termos de construção teórica. Para Paveau e Sarfati (2006), a Pragmática é a ciência do contexto, sendo ele estruturado em quatro níveis distintos: contexto circunstancial, contexto situacional, contexto interacional e contexto epistêmico.

- O contexto **circunstancial** corresponde ao ambiente físico imediato dos protagonistas (espaço, tempo, natureza e textura da comunicação); - O contexto **situacional** coincide com o ambiente cultural do discurso. Enquanto tal, ele define os critérios de validade (qual tipo de expressão, considerada como 'normal' em uma cultura, mostra-se como 'anormal' em uma outra). Ele opera como uma matriz de gêneros em função de práticas que determina; - O contexto **interacional** caracteriza as fontes do discurso e os sistemas de signos que as acompanham (turnos de fala, gestos...); - O contexto **epistêmico** (ou pressuposicional) recobre o conjunto das crenças e valores comuns aos locutores, seja de maneira *a priori* (pré-construído), seja *a posteriori* (construído) (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 218, grifos das autoras).

Nesse sentido, a Pragmática considera o contexto e os fatores extralinguísticos que influenciam o que é dito pelo falante durante a comunicação. Todavia, a conceituação do termo não é uma tarefa fácil, pois há um grande número de âmbitos possíveis para o campo, não havendo, assim, fronteiras claramente definidas.

Levinson (2007) postula que o uso moderno do termo “pragmática” pode ser atribuído ao filósofo Charles Morris (1938), que tinha o objetivo de esboçar a forma geral de uma ciência dos signos, a semiótica. Nesse campo, Morris distinguiu três ramos de investigação:

“A sintática ou sintaxe, que é o estudo da “relação formal dos signos entre si”, a semântica, o estudo das “relações dos signos com os objetos aos quais os signos são aplicáveis” (os seus *designata*), e a Pragmática, o estudo da “relação dos signos com os intérpretes” (MORRIS 1938 apud LEVINSON, 2007, p.2).

Muitas outras definições foram criadas a partir dessa noção primitiva proposta por Morris. O termo “pragmática” passou a ser utilizado, por exemplo, nos estudos da Psicologia e da Sociologia relacionados aos sistemas de signos, nos estudos dos termos indiciais ou dêiticos, além do uso na linguística e filosofia anglo-americanas, que é o sentido a ser adotado neste trabalho.

Em consonância com a vertente filosófica e linguística anglo-americana, a Pragmática pode ser tradicionalmente definida como “o estudo do uso linguístico” (LEVINSON, 2007, p.6). Essa definição, contudo, não é completamente adequada, pois, além de ter sofrido muitas oscilações ao longo da história, não é capaz de indicar a totalidade de objetivos dos pesquisadores dessa área, sendo necessário explorar mais a fundo todos os trabalhos que foram e têm sido desenvolvidos nesse campo.

Apesar da dificuldade, muitos autores se empenham na tarefa de criar definições possíveis para o leque de abordagens possibilitado pela Pragmática. Rajagopalan (1996) utiliza a expressão “lata de lixo da Linguística” e “saco de gatos” para falar sobre a indefinição do termo.

Acontece que, passadas já algumas décadas, a Pragmática ainda é vista por muitos estudiosos, não sem razão, como um verdadeiro ‘saco de gatos’. O ditado em latim *Quot homines, tot sententiae*² nunca fez tanto sentido como no caso da Pragmática. A situação ainda é confusa o suficiente para deixar perplexos tanto os adeptos como os críticos perguntando se há, de fato, qualquer diferença significativa entre uma lata de lixo e um saco de gatos (RAJAGOPALAN, 1996, p. 6).

Em *Pragmatics*, Yule (1996) também explica o surgimento dos objetos de estudos da Pragmática por meio de um texto metafórico sobre a “lixeira da linguística”: ao priorizarem as características lógicas da linguagem e as colocarem no centro de suas “mesas de trabalho”, linguistas e filósofos acabaram empurrando todas as questões sobre o uso diário da língua para as bordas e, à medida que as mesas ficaram cheias, essas questões acabaram caindo na “lixeira”.

A partir, então, das colocações de Rajagopalan (1996) e Yule (1996) e com a dúvida do primeiro teórico sobre haver ou não diferenças entre as definições “lata de lixo” e “saco de gatos”, define-se que o objetivo deste estudo não é discutir a fundo essa questão, mas apenas expor algumas definições e evidenciar o motivo que desencadeou a criação dessas expressões um tanto pejorativas: a multiplicidade conceitual da Pragmática dentro das ciências modernas, sobretudo na Linguística.

² “Quanto mais homens, mais opiniões”.

Nesse cenário, alguns estudiosos se dedicam apenas ao estudo e à descrição dos fenômenos linguísticos sem se preocupar com a disciplina exata a que eles devem integrar-se, outros, conforme já mencionado, tentam delimitar e conceituar o que é a Pragmática. Convém observar algumas dessas tentativas.

Apesar da existência de algumas divergências conceituais, Escandell (2006) acredita que há uma determinada unanimidade ao definir o principal objetivo da disciplina, que seria

Compreender os princípios que regem o uso da linguagem na comunicação, ou seja, as condições que determinam tanto o emprego de um enunciado completo por parte de um falante concreto em uma situação comunicativa concreta, como sua interpretação por parte do destinatário (ESCANDELL, 2006, p.16).

Yule (1996) vê a Pragmática como o estudo do significado do falante. Isso denota dizer que a finalidade da disciplina é compreender o significado que o usuário da língua quer atribuir ao que profere. Ademais, Yule também assegura que a pragmática busca o significado contextual, tem o interesse em compreender como mais informações são dadas além do que é dito e objetiva analisar a relação entre a língua e seus falantes (YULE, 1996, p. 3 e 4).

Sperber e Wilson (1995 [2001], p.40) fazem uma comparação entre a Pragmática e outras vertentes mais consagradas da Linguística, como a fonologia, a sintaxe e a semântica, defendendo que ela também possui uma descrição concisa de uma das capacidades linguísticas dos seres humanos, que, nesse caso, é a capacidade da interpretação de enunciados baseados em fatores não linguísticos, mais especificamente chamada por eles de “interpretação pragmática”.

Vista também como pesquisa em pleno desenvolvimento, Armengaud (2006) defende que a disciplina se apresenta na tentativa de responder a determinados questionamentos:

Que fazemos quando falamos? Que dizemos exatamente quando falamos? [...] Quem fala, e a quem? Quem fala e com quem? Quem fala e para quem? Quem você acha que sou para me falar desse modo? Precisamos saber o quê para que uma ou outra frase deixe de ser ambígua? O que é uma promessa? Como alguém pode dizer uma coisa completamente diferente

daquilo que queria dizer? Podemos confiar no sentido literal de uma frase? (ARMENGAUD, 2006, p.9).

Assim como Armengaud (2006), Reyes (1998, p.7) também enfatiza o caráter pessoal e contextual da Pragmática e abre o seu capítulo de conceituação sobre a área dizendo: “*Pragmática eres tu*”³. Ao defender que a comunicação exige muito mais do que a intercambiação de significados pré-definidos, a autora propõe as seguintes questões para nos trazer uma explicação: “O que significa essa palavra?” e “O que você quer dizer com essa palavra?”. Segundo a linguista, no primeiro caso, estamos pedindo uma informação sobre o sentido literal da palavra proferida, sobre o idioma em si. Já no segundo caso, envolvemos um problema de interpretação, que está totalmente relacionado à intenção de quem pronuncia a palavra e ao contexto. No que diz respeito à abertura do capítulo, a autora faz uma adaptação do poema de Bécquer, que diz: “O que é poesia! E você me pergunta? Poesia é você” para “O que é a Pragmática? Pragmática é você” (p.8). Com esse novo verso, ela nos leva a concluir que somos nós que comunicamos e não nossas palavras e mensagens, por isso é plausível afirmar que a Pragmática trata de nós mesmos, os falantes.

Determinando a ação linguística como intencional, Oliveira e Basso (2014) definem que, na interação, o falante deseja que seus intuitos sejam percebidos pelo seu interlocutor, já que o significado das palavras geralmente é constante, mas o significado do falante não. Sob este viés, “a pragmática tem por objetivo justamente explicar como ocorrem essas atribuições de intenção a partir do significado veiculado pelas sentenças proferidas” (OLIVEIRA; BASSO, 2014, p.17).

Em suma, para responder à questão “*Mas, afinal, o que é mesmo pragmática?*”, Lins (2002) nos alerta para a importância da análise do contexto situacional e do não-dito como parte daquilo que é comunicado. Portanto,

[...] a Pragmática se propõe a dar conta das pessoas e do que elas têm em mente. Em vista disso, observa as regularidades no uso da língua feito pelos homens, regularidades essas que são consequência de os homens serem membros de grupos sociais e, por isso, seguirem padrões de comportamento já esperados dentro dos grupos (LINS, 2002, p.53).

³ “Pragmática é você.”

A partir da leitura desse rol de definições, nota-se que todos os teóricos analisam a Pragmática no sentido do significado do falante real, considerando os seus propósitos, suas intenções e o significado linguístico de suas mensagens dentro do contexto comunicacional, levando em consideração os aspectos sócio-históricos e culturais dos indivíduos envolvidos na conversação. Fica evidente, também, que há prós e contras para cada uma das abordagens, ou seja, cada uma delas possui deficiências e dificuldades, mas, ao observar todas de uma forma geral, pode-se atribuir uma complementariedade entre elas e chegar a um conceito satisfatório. Retomando a epígrafe do capítulo, confirma-se, então, as afirmações de Rajagopalan (1996, p. 6), no que diz respeito a falta de exatidão na definição da disciplina Pragmática, sendo, de fato, mais sensato tratar de “pragmáticas”, no plural.

Entre os muitos conceitos e teorias estudadas na disciplina, duas são de primordial importância para esse trabalho: o Princípio da Cooperação e as Implicaturas Conversacionais (GRICE, 1975 [1982]) e a Teoria da Relevância (SPERBER E WILSON, 1995 [2001], 2005). Essas teorias são discutidas nos capítulos que seguem.

1.1 A TEORIA DA CONVERSAÇÃO DE H. P. GRICE (1975 [1982])

“Comunicação não é o que você fala, mas o que o outro compreende do que foi dito” (BELUCCI, Claudia).

A comunicação humana é objeto de pesquisa e de interesse de várias áreas do conhecimento, sobretudo dos estudos da linguagem. Algumas teorias apresentam esquemas muito simplistas e mecanicistas para explicar a forma como os seres humanos se comunicam, contudo sabemos que há muitos outros aspectos a serem analisados que vão além desses modelos convencionalmente adotados. Nesse sentido, confirma-se a epígrafe que inicia este segundo capítulo, já que, para que ocorra uma conversação bem-sucedida, é muito importante considerar as intenções do falante e as possíveis interpretações que o ouvinte pode realizar.

Um dos principais autores que se dedicaram a compreender as noções sobre as condições gerais que se aplicam à conversação foi o filósofo britânico Herbert Paul Grice. Suas colaborações teóricas são, talvez, as que tenham recebido maior

destaque no campo de estudos da Pragmática nos últimos anos. O artigo em que Grice trata das questões a respeito da conversação se chama “*Logic and Conversation*”, e foi publicado originalmente em 1975, como resultado da palestra *William James*, ministrada pelo autor na Universidade de Harvard, em 1967⁴.

O título do texto de Grice (1975 [1982]) – “Lógica e Conversação” – sugere as bases de sua proposta teórica. O filósofo tenciona elaborar uma teoria da conversação que supere as visões antagônicas existentes entre a abordagem formalista (lógica) e a abordagem não-formalista (conversacional). Segundo Grice (1975 [1982]), os formalistas radicais trabalham com a formulação de padrões de inferências muito gerais, por isso é possível construir um sistema geral de fórmulas que apreenda os aspectos do funcionamento da linguagem humana e os casos de padrões de inferências de aceitabilidade não óbvia podem ser resolvidos por meio desse cálculo formal. Já os não-formalistas acreditam que as línguas naturais possuem um funcionamento próprio, por isso, para compreender o funcionamento da linguagem, basta que exista uma lógica não simplificada e um tanto assistemática para guiar a lógica dos símbolos formais e suas contrapartes naturais. Em meio a esses dois posicionamentos, Grice (1975 [1982]) demonstra que uma teoria da conversação deve superar essa disputa, pois dizemos ao mesmo tempo em que implicamos, ou seja, “Através de um ato linguístico, um proferimento, veiculamos ao mesmo tempo dois tipos de informação: o dito e o implicado” (OLIVEIRA; BASSO, 2014, p.19).

Sob este viés, Grice (1975 [1982]) afirma que, geralmente, não nos atentamos para mecanismos que determinam as escolhas linguísticas que fazemos e nem nas condições que governam nossas conversas, o que é fundamental para a compreensão satisfatória dos enunciados. Por isso, ele se propõe a observar as condições gerais que regulam a conversação, introduzindo o termo “implicatura” com o seguinte exemplo:

Suponha que A e B estejam conversando sobre um amigo comum C que está, atualmente, trabalhando num banco. A pergunta a B como C está se dando em seu emprego, e B retruca: *Oh, muito bem, eu acho; ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso*. Neste ponto, A deve procurar o que B estava

⁴ Neste trabalho, utilizaremos a tradução feita pelo professor João Wanderley Geraldi, que foi publicada em Dascal (1982).

implicando, o que ele estava sugerindo, ou até mesmo o que ele quis dizer ao dizer que C ainda não tinha sido preso (GRICE, 1975 [1982], p.84).

Fica evidente que a resposta de B sobre o amigo C implica algo bem diferente do que ele disse literalmente. Entretanto, não é necessário que B dê informações adicionais para que A compreenda o que ele quis dizer sobre C. Em uma interpretação bem exata, B quis dizer algo do tipo: “C é uma pessoa de caráter duvidoso” ou “C é ladrão” e isso fica bem claro no contexto em que o proferimento se insere. A noção de implicatura é capaz de explicar esse espaço existente entre o que é dito e o que é de fato comunicado. Os postulados do autor sobre esse assunto são retomados no tópico a seguir.

1.1.1 O Princípio da Cooperação e as Implicaturas Conversacionais

Ao pensar na teoria da conversação, Grice (1975 [1982]) se aproxima de um princípio conversacional “muito geral”. O chamado Princípio da Cooperação (PC) compreende os nossos diálogos como esforços cooperativos, em que os interlocutores reconhecem um objetivo comum e tendem a segui-lo, podendo esse ser definido no início do diálogo ou evoluir durante a conversa. Há, também, a possibilidade de não haver um objetivo definido para a interação, o que dá aos participantes uma certa “liberdade”. Nas palavras do próprio autor, essa norma comportamental é elaborada da seguinte maneira: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (GRICE, 1975 [1982], p.86).

Partindo dessas proposições, o filósofo estabelece um sistema conceitual de quatro categorias compostas por máximas e submáximas, que devem reger a conversação efetiva de acordo com o PC e garantir que os interactantes consigam interagir de forma racional, eficiente e cooperativa. São elas:

Máxima da Quantidade: diz respeito à quantidade de informações dada e a ela estão relacionadas as máximas:

“1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto é requerido (para o propósito corrente da conversação); 2. Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido” (GRICE, 1975 [1982], p.87).

Máxima da Qualidade: está relacionada à importância de se proferir uma informação verídica: “Trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira”. Essa categoria subdivide-se em duas máximas mais específicas:

“1. Não diga o que você acredita ser falso; 2. Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada” (GRICE, 1975 [1982], p.87).

Máxima da Relação: é a categoria mais breve, composta por apenas uma máxima que postula sobre a relevância dos enunciados: “Seja relevante”. Contudo, segundo Grice (1975 [1982]), embora concisa, essa máxima é a que mais oculta problemas relacionados ao foco de relevância e à mudança de assunto no decorrer da conversação. Por isso, o autor espera retomar seus estudos focalizando especialmente essa máxima.

Máxima do Modo: faz menção à maneira como devem ser elaborados os enunciados: “Seja claro”. Para essa categoria, são consideradas as máximas:

“1. Evite obscuridade de expressão; 2. Evite ambiguidade; 3. Seja breve; 4. Seja ordenado; podendo-se necessitar ainda de outras” (GRICE, 1975 [1982], p.88).

Sobre essas quatro máximas, é válido saber que, em alguns casos, deve-se atribuir maior importância a uma sobre a outra. Por exemplo, dizer algo que acredita ser falso (Máxima da Qualidade) é, por hora, mais grave do que se expressar com uma prolixidade indevida (Máxima do Modo). Há de se saber, ainda, que toda interação se desenvolve embasada na Máxima da Qualidade, pois acredita-se sempre que a informação dita pelo interlocutor é verdadeira.

Ainda em relação à Máxima da Qualidade, Grice (1975 [1982], p.96) afirma que ela é abandonada propositalmente quando são ditas frases irônicas, metafóricas ou eufêmicas, já que esse tipo de estruturação semântica não articula literalmente aquilo que o falante está a comunicar, ou seja, o falante tenta “comunicar alguma outra proposição que não a que parece estar dizendo” (GRICE, (1975 [1982]), p.96).

Grice também garante que a aplicabilidade das máximas não está condicionada apenas ao fenômeno da fala, mas se estende a outras esferas não ligadas diretamente aos diálogos. Para ele, esses princípios também guiam as atitudes dos indivíduos, em geral, pois “[...] eles aprenderam a agir assim na infância e não abandonaram o hábito de assim o fazer” (GRICE, 1975 [1982], p.89).

As máximas conversacionais são pressupostos seguidos instintivamente nos diálogos. Por conseguinte, para Yule (1996),

Nós assumimos que as pessoas normalmente irão fornecer uma quantidade adequada de informações [...]. Assumimos que elas estão dizendo a verdade, estão sendo relevantes e tentando ser tão claras quanto possível. Como esses princípios são assumidos em interação normal, os falantes raramente os mencionam (YULE, 1996, p.37).

Apesar disso, temos a noção de que nem todos os falantes em todas as interações serão cooperativos. Nem sempre falaremos com total sinceridade e forneceremos a quantidade suficiente de informações de modo relevante e claro. Se assim o fosse, estaríamos diante do que Levinson (2007) chama de “paraíso de um filósofo”. Em virtude disso, Grice (1975 [1982]) reconhece que há quebras, propositais ou não, das máximas, contudo sugere que os interlocutores continuam buscando sentido no que é dito por acreditarem no PC. Observamos o exemplo abaixo, sugerido por Levinson (2007):

A: Onde está Bill?

B: Há um VW amarelo na casa de Sue.

A resposta dada por B, em seu sentido literal, não sana a dúvida de A. Por essa razão, entende-se, a princípio, que B não foi cooperativo, pois viola a Máxima da Quantidade, fornecendo menos informações do que o necessário e a Máxima da Relevância, uma vez que seu proferimento não foi relevante. Grice (1975 [1982]) entende essa quebra aparente das máximas como uma estratégia do falante para comunicar sentidos por implicaturas. O ouvinte, diante dessa situação, tende a interpretar a fala como cooperativa em algum nível e busca uma ligação possível entre a informação dada e a pretendida. No exemplo acima, A buscará uma ligação possível entre a localização de Bill e a informação de haver um VW amarelo na casa de Sue. Se ele sabe que Bill

possui um VW amarelo, chegará à conclusão de que ele pode estar na casa de Sue. Essa inferência sugerida é o que Grice chama de implicatura conversacional.

Observamos, agora, um exemplo de violação de máximas partir da leitura de um cartum componente do *corpus* de análise deste trabalho.

Cartum 1



Fonte: Ferraz (2006, p.34).

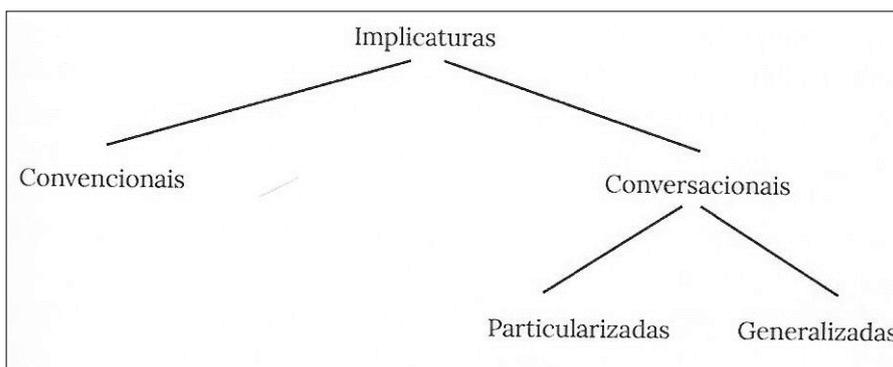
A cena do cartum mostra um casal cadeirante num momento romântico, o que sugere que eles mantêm um relacionamento. Neste instante, dois homens observam o casal com aparência de reprovação e dizem, respectivamente: “Ele precisa é de uma mulher normal pra cuidar dele!” e “Será que eles conseguem?!”. Avaliando o cartum, com base no princípio cooperativo de Grice (1975 [1982]), nota-se que o primeiro personagem quebra a Máxima da Qualidade, uma vez que profere algo não verídico e que não pode fornecer evidência adequada ao que afirma. A implicatura dessa fala pode ser definida da seguinte maneira: o personagem acredita não ser ideal que o casal cadeirante tenha um relacionamento afetivo, porque supõe que um não poderia cuidar do outro da mesma maneira que uma pessoa sem deficiência cuidaria. O verbo “cuidar, nessa situação, também remete ao sentido de que há um encargo, uma

responsabilidade, e não um cuidado amoroso. Já o segundo personagem rompe a Máxima da Quantidade, pois, em sua pergunta, ele oferece menos informações do que é requerido para uma interpretação completa do verbo transitivo “conseguir”. Levando em consideração o contexto de fala, a implicatura construída provavelmente é: o personagem demonstra não saber a respeito da sexualidade dos deficientes, por isso acredita que a relação sexual entre os dois cadeirantes não seja possível. Ademais,

A ideia de Grice não é que nunca nos afastamos dessas máximas num nível superficial, mas sim que, sempre que possível, as pessoas interpretarão o que dizemos como estando em conformidade com as máximas em, pelo menos, algum nível (LEVINSON, 2007, p.128).

Avançando nos estudos sobre implicaturas, Grice (1975 [1982]) fundamenta uma distinção entre duas classes: as convencionais e as não convencionais, ou conversacionais. Entre as conversacionais, separa as particularizadas das generalizadas, conforme representado no esquema abaixo, proposto por Oliveira e Basso (2014).

Figura 1: Classificação das Implicaturas



Fonte: OLIVEIRA e BASSO (2014, p.39).

As implicaturas convencionais são aquelas que, como sugere o próprio nome, são disparadas a partir do sentido convencional de uma palavra ou expressão linguística

e não são canceláveis. A interpretação desses itens linguísticos não decorre dos fatores contextuais e das situações de conversa, mas estão associadas somente às palavras e aos significados adicionais comunicados por eles. Um exemplo é a conjunção adversativa “mas”, como vemos no exemplo abaixo sugerido por Oliveira e Basso (2014, p.40):

(1) João é rico e generoso.

(2) João é rico, mas é generoso.

Ao compararmos as sentenças (1) e (2), percebemos que a conjunção “mas” causa oposição entre as informações dadas em (2). O texto nos leva a entender que pessoas ricas geralmente não são generosas e que João seria uma exceção a isso. O mesmo não acontece na sentença (1) com o uso da conjunção aditiva “e”, que convencionalmente nos informa apenas dois adjetivos de João sem criar uma relação entre eles e nem sugerir informações adicionais. Em síntese, a sentença (2) diz muito mais que a sentença (1), pois o significado lexical de “mas” acarreta uma implicatura convencional de oposição.

Já as implicaturas conversacionais são condicionadas aos princípios que regem a conversação, como a intenção do falante e o contexto. Em seu uso, há uma ruptura entre o dito e o comunicado pelo falante que precisa de um “preenchimento” do ouvinte, de uma atribuição de um significado adicional para que faça sentido. As principais características apresentadas pelas as implicaturas conversacionais que estão ausentes das implicaturas convencionais são: as implicaturas conversacionais são canceláveis, pois se tratam de raciocínios abdutivos e tentativas de acertos que podem não funcionar; elas não dependem estritamente da expressão linguística; elas não estão atreladas a um item lexical em particular; por poderem articular várias informações simultaneamente, elas são indeterminadas. Para melhor conceituar as implicaturas conversacionais, cabe o exemplo a seguir, formulado por Oliveira e Basso (2014, p. 25).

João e Pedro são muito amigos e moram na cidade de Florianópolis. Eles praticam o surfe e sabem que, sempre que começa a chover, se formam as melhores ondas e, por isso, eles preferem ir surfar nesses momentos. Em um determinado dia, João liga para Pedro e diz: “- Tá chovendo”. Pedro responde: “- A gente se encontra onde?”. Ao proferir a primeira frase, João, apesar de aparentemente ter dado poucas informações ao amigo, consegue deixar claro para Pedro a sua intenção de ir surfar, pois ambos possuem conhecimentos compartilhados que levam o ouvinte a compreender a implicatura conversacional criada por João. Nesse sentido, a informação “Tá chovendo” possui dois significados: o semântico, que admite o sentido literal da frase, o de estar chovendo no momento em que João efetua a ligação; e o pragmático, a implicatura, no sentido de que João convida o amigo para ir surfar em alguma praia de Florianópolis.

Nas interações, entende-se que a informação dada é aquela chamada de gramatical, é o significado literal da sentença e pode ser compreendida por mecanismos de lógica. O implicado é o conteúdo pragmático, o significado do falante, a implicatura em si, que pode ser entendida pelo interlocutor a partir de uma interpretação semântica do proferimento em um contexto específico.

A respeito da informação pragmática obtida por uma implicatura conversacional, Oliveira e Basso (2014) acreditam que ela “[...] é alcançada através de um método pelo qual atribuímos a nosso interlocutor certas intenções, sem saber ao certo se ele as tem, mas fazemos uma espécie de aposta de que ele as tem, tendo em vista certas “regras” da conversação” (OLIVEIRA; BASSO, 2014, p.20). Por conseguinte, é razoável reafirmar, então, que dizer e implicar são fenômenos bastante diferentes, mas que estão sempre juntos no processo interpretativo da conversação.

Para as implicaturas conversacionais, Grice (1975 [1982]) estabelece a divisão nas categorias particularizadas e generalizadas. A diferença entre as duas está no fato de que as implicaturas conversacionais particularizadas dependem estritamente do contexto da interação e dos conhecimentos partilhados pelos falantes, conforme o exemplo formulado por Oliveira e Basso (2014) já citado. Nas palavras do filósofo:

Casos em que uma implicatura é veiculada ao dizer-se p numa ocasião particular em virtude de características especiais do contexto, casos em que não se poderia sugerir que uma implicatura deste tipo é normalmente veiculada ao enunciar-se p (GRICE 1975 [1982], p.100).

Já as implicaturas conversacionais generalizadas têm uma dependência mínima do contexto e ocorrem de forma muito geral. Dessa forma, o proferimento a seguir aciona uma implicatura generalizada, pois a inferência ocasionada por ela acontece de forma geral, não estando necessariamente relacionada a um contexto imediato.

(1) Ana formou-se e casou-se.

(2) Maria: Pedro almoçou lasanha ou panqueca?

José: Lasanha.

O exemplo (1) nos leva a compreender que, em relação à ordem cronológica, Ana primeiramente formou-se e só depois se casou. No exemplo (2), a resposta de José implica que Pedro comeu apenas lasanha e não comeu panqueca. Não é necessário recorrer ao significado do falante ou ao contexto de fala dos exemplos para compreender as implicaturas disparadas por eles. Conclui-se, assim, que, no caso das implicaturas conversacionais generalizadas, dependemos muito mais do contexto gramatical para interpretarmos a sentença do que do contexto situacional.

Com base na teorização sobre implicaturas convencionais e conversacionais, para o propósito deste trabalho, mostra-se mais relevante dar ênfase às considerações sobre implicaturas conversacionais, tendo em vista que as análises posteriores estão centradas em compreender os princípios que regem a interpretação dos enunciados, incluindo o contexto situacional e o significado do falante nas interações. Por esse motivo, justifica-se a brevidade no nível de apresentação das implicaturas convencionais e a focalização das implicaturas conversacionais.

As características demonstradas neste capítulo sobre as condições gerais que se aplicam à conversação são essenciais para a compreensão e a análise do *corpus* de pesquisa deste trabalho, que tem como incumbência principal revelar aos leitores os preconceitos sofridos pelos deficientes nas mais diversas situações do cotidiano.

Saber identificar implicaturas é saber interpretar para além das informações explicitamente dadas, o que nos leva a inferências mais críticas sobre o que é mostrado nos textos.

O subcapítulo a seguir discute questões pertinentes a respeito das teorias da comunicação e apresenta como os autores Sperber e Wilson (1995 [2001], 2005) se apropriam dessas teorizações para tratar da natureza da comunicação humana em interface com a cognição na chamada Teoria da Relevância.

1.2 A COMUNICAÇÃO PELO PRINCÍPIO DA RELEVÂNCIA DE SPERBER E WILSON (1995 [2001])

O princípio da relevância defende que a comunicação explícita não é simplesmente uma questão de descodificação, mas que existe nela também um elemento de inferência (WILSON, 1995 [2001], p.14).

A série de estudos realizada por Sperber e Wilson (1995 [2001]) a respeito da natureza da comunicação humana em interface com a cognição se destaca pelo seu caráter explicativo e social, que possibilita abordar não só os aspectos filosóficos da linguagem, mas também as questões psicológicas que são envolvidas durante a interpretação dos enunciados linguísticos. O denominado Princípio Comunicativo da Relevância ou simplesmente Teoria da Relevância é explicitado pelos linguistas no livro *Relevance: Communication and Cognition* (1995)⁵ e no artigo *Teoria da Relevância* (2005), e diz respeito a uma nova abordagem dos estudos pragmáticos que versa sobre os processos interpretativos realizados na mente do ouvinte.

Esta seção discorre a respeito dos principais conceitos introdutórios da Teoria da Relevância, que estão centrados, principalmente, nos modelos comunicacionais que envolvem os processos de produção e compreensão de enunciados, apresentados nos subcapítulos a seguir. Sperber e Wilson (1995 [2001]) propõem esse percurso

⁵ Nesse trabalho, utilizamos a tradução do livro *Relevance: Communication and Cognition* feita no ano de 2001 pela filóloga Helen Santos Alves, professora da Universidade do Minho, em Portugal.

inicial pois é essencial, no trabalho com textos, compreender a concepção que é tomada sobre o modo de funcionamento da comunicação humana.

1.2.1 Comunicação: do Modelo Semiótico Clássico ao Modelo Inferencial

Sperber e Wilson (1995 [2001]) iniciam seus postulados sobre o Princípio Comunicativo da Relevância abordando os conceitos de codificação e inferência na comunicação por meio da comparação entre o modelo semiótico clássico e o modelo inferencial proposto por Grice em 1967⁶. Segundo eles, para o modelo semiótico, a comunicação é realizada a partir de um conjunto de sinais e um conjunto de mensagens, sendo a relação entre estes efetivada pelo código. Assim, em uma comunicação verbal, os sinais seriam as elocuições, as mensagens consistiriam nos pensamentos que os falantes tentam transmitir e o código seria a gramática de uma língua. Nessa proposta, “[...] as elocuições e os seus significados podem se relacionar de modo arbitrário, e a compreensão é uma questão de descodificação mecânica, sem haver a necessidade da inteligência” (SPERBER; WILSON, 1995 [2001], p.8). O modelo inferencial surge como uma alternativa ao modelo semiótico e esboça que a comunicação é uma atividade inteligente em que as elocuições não são sinais, mas “pedaços de evidência” a respeito do significado do falante. Nessa perspectiva, a compreensão é alcançada pelo ouvinte quando ele infere a evidência apresentada. Em relação à técnica da descodificação, Grice (1975 [1982]) assegura que ela existe no processo da compreensão de elocuições, mas que o significado descodificado é apenas uma das entradas de dados (*inputs*), sendo a outra entrada as “suposições contextuais” que o ouvinte faz. Essas entradas são conhecidas também como informação dada e informação implicada.

Para o modelo inferencial, o falante deve tentar fazer com que seu pensamento seja inferido pelo ouvinte, no sentido de que ele reconheça a sua intenção comunicativa. Os autores exemplificam essa questão a partir da situação abaixo.

⁶ Conforme mencionado no capítulo anterior, Grice apresentou suas ideias sobre o modelo inferencial na palestra *William James*, em 1967, mas as publicações referentes à sua fala foram feitas apenas em 1975 e traduzidas para o idioma português em 1982.

Quando vejo o leitor a tirar uma chave e a encaminhar-se em direção a uma porta, chego à conclusão plausível de que o leitor tem a intenção de abrir a porta com a chave; quando o leitor aponta para uma janela fechada que fica ao meu lado, infiro que tem a intenção de eu a abrir. Embora estas sejam inferências plausíveis, não são as únicas possíveis. O reconhecimento inferencial das intenções dá-se com um risco. A contribuição principal que Grice deu à Pragmática foi a de demonstrar que ela pode fornecer a base para uma alternativa à teoria semiótica da comunicação (SPERBER E WILSON, 1995 [2001], p.8).

Ao constatarem as semelhanças e as diferenças entre essas duas abordagens, Sperber e Wilson (1995 [2001], p.25) se empenham em definir alguns conceitos mais aprofundados sobre os modelos comunicacionais que geralmente estão envolvidos nos processos de produção e compreensão de mensagens. Silveira e Feltes (2015) veem como imprescindível esse percurso teórico proposto pelos autores, pois toda análise de textos deve levar em consideração, primeiramente, a concepção que é adotada sobre o modo de funcionamento da comunicação humana.

Dessa forma, eles iniciam sua tentativa criticando algumas teorias científicas que tomam a língua como um código e a comunicação como transmissão de mensagens. Algumas metáforas populares são criadas a partir dessa noção, tais como: “transformar em palavras nossos pensamentos” e “lançar nossos pensamentos no papel”. Essas metáforas tentam explicar como acontece a comunicação verbal entre os seres humanos; mas, para os autores, essas afirmações são inverdades e impossíveis de se realizarem, pois é óbvio que não há a possibilidade de extrair pensamentos de um cérebro e alocá-los, literalmente falando, em textos.

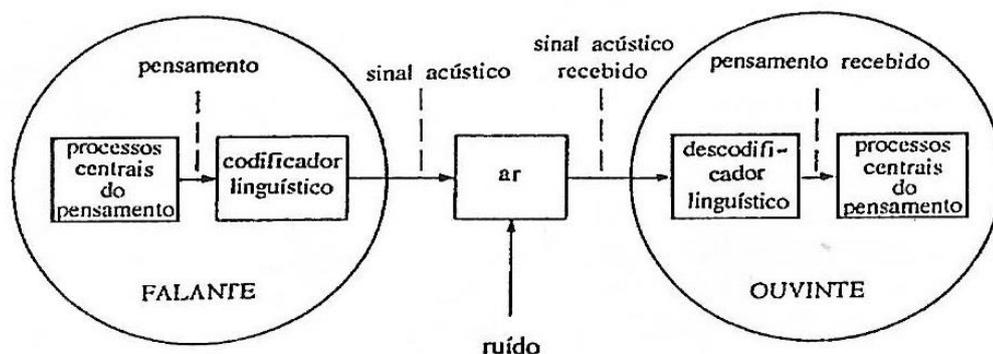
A comunicação, então, se define como “um processo em que estão envolvidos dois mecanismos que fazem o processamento de informações” (Sperber e Wilson, 1995 [2001], p.26). O primeiro mecanismo modifica o ambiente físico do segundo, que, por sua vez, estabelece representações iguais às que já estão armazenadas no primeiro mecanismo. Uma representação dessa tese é a comunicação oral, que acontece pela modificação do ambiente acústico dos interactantes a cada vez que um deles profere algo, influenciando o ouvinte a refletir de forma semelhante ao falante.

Dessa maneira, duas questões possuem maior importância no âmbito das pesquisas sobre a comunicação, são elas: O que se comunica e como se consegue uma

comunicação. Para a primeira questão, a resposta pode ser: proposições, significados, pensamentos, informações e até mesmo ideias, atitudes, emoções, crenças, etc, e cada um desses pode comunicar coisas bastantes diferentes, por exemplo, um ritual religioso comunica algo bastante diferente do que é comunicado por uma tabela de preços. Nesse sentido, o objetivo dos linguistas é focalizar a comunicação de pensamentos, suposições e informações. Os pensamentos são definidos como “representações conceituais”, as suposições como “representações do mundo real” e as informações como “não apenas aquilo que é considerado fato verídico, mas também as suposições dúbias e falsas que são apresentadas como fatuais” (Sperber e Wilson, 1995 [2001], p.27). Já em relação ao segundo questionamento, a afirmação é que a comunicação pode ser conseguida tanto por meio das estratégias de codificação e decodificação das mensagens quanto por intermédio dos processos inferenciais. Sobre essas duas possibilidades, Sperber e Wilson não elegem o modelo semiótico ou o modelo inferencial como o mais adequado a uma teoria geral da comunicação, pois entendem que ambos os modelos estão propensos a falhas.

Ao adentrar um pouco mais nos estudos da abordagem semiótica, Sperber e Wilson propõem um modelo para a comunicação verbal humana, demonstrado na figura abaixo:

Figura 2: Esquema semiótico da comunicação verbal humana



Fonte: SPERBER e WILSON (1995 [2001], p.31).

De acordo com Sperber e Wilson (1995 [2001], p.31), os processos centrais do pensamento são a fonte e o destino da mensagem, o codificador e o decodificador são nossas capacidades linguísticas, a mensagem é um pensamento e o canal é o ar que conduz um sinal acústico, podendo ainda haver a interferência de um ruído externo que pode prejudicar o processo. Nessa proposta, as línguas humanas são vistas como códigos que associam os pensamentos aos sons.

Nesse sentido, o modelo semiótico possui muitos méritos e o principal é o de constituir um sistema muito explicativo. Contudo, também possui defeitos e o mais incisivo deles é o de ser um modelo descritivamente inadequado, pois é evidente que na compreensão da comunicação verbal humana é exigido muito mais do que a decodificação de um sinal linguístico. “Existe, porém, uma lacuna entre as representações semânticas das frases e os pensamentos realmente comunicados pelas elocuições. Esta lacuna é preenchida, não através de ainda mais alguma codificação, mas, sim, através da inferência” (SPERBER; WILSON, 1995 [2001], p.36).

Apesar de a representação semântica das frases possuir como característica um tipo de “núcleo comum de significado” que é partilhado pelas elocuições que têm base nela, essas diferentes elocuições, que têm como origem a mesma frase, comumente variam no que diz respeito às interpretações possíveis. Os autores afirmam, portanto, que esse estudo das representações semânticas pertence à gramática e o estudo das interpretações pertence à Pragmática, pois os estudos gramaticais não oferecem base para evidenciar quem são os falantes da interação, como são os ouvintes e em que contexto se encontram, explicações possíveis no âmbito da Pragmática. Sendo a nossa interpretação fruto da interação entre estrutura linguística e informação extralinguística, a gramática trata apenas da primeira e a pragmática se interessa pela segunda.

Constatando as diferenças conceituais entre as abordagens semiótica e inferencial, Sperber e Wilson (1995 [2001]) decidem por focalizar, então, o significado e a comunicação de acordo com a abordagem de Grice, já que veem nessa análise um ponto de partida para um modelo inferencial da comunicação. Ao considerarem, então, as duas maneiras distintas de transmitir informações, sendo a primeira delas o

fornecimento de prova direta sobre o que está se transmitindo e a segunda a exposição da evidência da intenção, eles nomeiam o segundo método como “comunicação inferencial ostensiva”. “É inferencial no sentido de o ouvinte inferir a intenção da pessoa que comunica a partir da evidência apresentada precisamente para esse fim” (Sperber e Wilson, 1995 [2001], p.56).

Para Sperber e Wilson, a ideia fundamental sugerida por Grice é o Princípio Cooperativo da comunicação, em que o falante busca seguir certas normas durante a conversação para que aconteça uma interação clara e bem-sucedida. A partir da observação dessas normas, do contexto situacional e do falante, será viabilizado inferir a intenção informativa do interactante, mesmo que haja mais de uma opção possível para a interpretação do enunciado. Grice desenvolve o Princípio Cooperativo ou, como é mais conhecido, Princípio da Cooperação com nove Máximas Conversacionais divididas em quatro categorias, que, conforme descritas na seção anterior, são as: Máxima da Quantidade, Máxima da Qualidade, Máxima da Relação e Máxima do Modo. A primeira categoria diz respeito a informatividade da frase, de acordo com a quantidade de informações, a segunda versa sobre a veracidade do que é proferido, a terceira trata da relevância e a quarta aborda a adequação dos enunciados às condições de brevidade e clareza.

Conquanto, ainda segundo Sperber e Wilson, apesar de ter contribuído fortemente para a criação de uma teoria da comunicação verbal com mais sofisticação teórica, as propostas de Grice ainda estariam um pouco aquém do esperado, pois os conceitos essenciais das Máximas Conversacionais não possuem uma explicação e uma definição bem estabelecidas. O exemplo mais evidente disso são os apelos feitos à Máxima da Relevância, que “não são mais do que apelos formais à intuição” (Sperber e Wilson, 1995 [2001], p.75). Outras indagações também podem ser feitas a respeito do ponto de vista de Grice:

Qual é a fundamentação lógica que está por trás do princípio cooperativo e das máximas? Existirão apenas as nove máximas mencionadas por Grice, ou poderão ser necessárias outras, como ele próprio sugeriu? [...] Quais serão então os critérios que terão de ser seguidos pelas máximas individuais? Não poderia o número de máximas, em vez de ser aumentado, ser antes reduzido? Como hão de ser utilizadas as máximas nas inferências? (SPERBER E WILSON, 1995 [2001], p.75 e 76).

A respeito dessas questões, os autores entendem que é preciso repensá-las em bases psicológicas e realistas, para que se compreenda melhor a análise de elocuições com base no modelo interpretativo-inferencial. Outras questões como: (I) qual seria a forma de informação partilhada que se encontra disponível para os seres humanos, (II) como a informação partilhada é explorada na comunicação, (III) o que é a relevância e como ela é alcançada e (IV) qual a importância da busca pela relevância na comunicação são pontos que os autores também buscam entender melhor para construir um modelo inferencial aperfeiçoado. Sperber e Wilson (1995 [2001]) tratam dessas questões no tópico seguinte, falando sobre a relevância e a ostensão no processo de comunicação.

1.2.2 Comunicação: Relevância e Ostensão

A proposta de Sperber e Wilson (1995 [2001]) para responder à questão sobre quais suposições o indivíduo constrói e processa em seu ambiente cognitivo está baseada na propriedade da relevância. Essa propriedade “faz com que valha a pena ao ser humano fazer o processamento das informações que obtém” (SPERBER; WILSON, (1995 [2001]), p.89). Embasados nessa ideia central, eles discorrem sobre a função e a importância da relevância no processo comunicativo.

Ao discutirem sobre a eficiência no processamento de informações, os pensadores pragmáticos afirmam que tanto a psicologia experimental quanto a inteligência artificial acreditam que ela só pode ser alcançada a partir do estabelecimento de uma meta absoluta, que é eficientemente alcançada quando fazemos o mínimo de esforço possível na busca dos objetivos. Todavia, os autores entendem que nem todas as tarefas cognitivas dos seres humanos podem seguir essa visão, pois se configuram como mecanismos mais complexos, em que nem todos têm a finalidade de alcançar uma meta absoluta, mas antes “melhorar um estado de coisas existente” ou “definir e orientar novas variáveis ou formular e responder a novas questões” (SPERBER; WILSON, (1995 [2001]), p.90). Apesar disso, as tarefas cognitivas requerem custos extras de processamento.

A meta geral da cognição humana é, então, aprimorar os conhecimentos que os indivíduos têm sobre o mundo. A partir dessa afirmação, os autores definem o que é a eficiência cognitiva de curto prazo. Para eles, em cada momento, somos capazes de desempenhar muitas tarefas cognitivas e isso se dá por duas razões, a saber:

Primeiro, as capacidades sensoriais humanas coordenam muitas mais informações do que as capacidades conceituais centrais podem processar; e segundo, as capacidades centrais têm sempre uma grande quantidade de tarefas por acabar. O problema-chave para o processamento eficiente das informações de curto prazo é, pois, o de conseguir a sua localização ótima nos recursos de processamento centrais (SPERBER; WILSON, 1995 [2001], p.91).

Assim, há uma problemática na questão do processamento eficiente das informações de curto prazo. O objetivo seria alcançar a localização ótima nos recursos de processamento centrais e esses recursos precisam estar alocados “no processamento das informações que com mais probabilidade darão origem a uma maior contribuição para as metas cognitivas gerais da mente com um mínimo custo de processamento” (SPERBER; WILSON, 1995 [2001], p.91).

Dessa forma, algumas informações a que temos acesso já são conhecidas e já fazem parte do nosso conhecimento de mundo. Por esse motivo, na maioria das vezes, tais informações não requerem qualquer esforço de processamento. Outros dados são novos e não se relacionam com qualquer coisa que tenha ligação com nossas representações de mundo e são acrescentados a essas representações como “pedacinhos isolados”, o que demanda um custo elevado de processamento. Há, também, outras noções que são novas, mas têm relação com informações antigas. Assim,

Quando esses itens interligados de informações novas e antigas são utilizados em conjunto como premissas num processo inferencial, podem ser derivadas mais informações novas [...]. Quando o processamento de informações novas dá origem a um tal efeito de multiplicação, chamamos-lhe relevante. Quanto maior for o efeito da multiplicação, maior é a relevância (SPERBER; WILSON, 1995 [2001], p.91).

A respeito do exposto, Sperber e Wilson (1995 [2001], p.92) propõem um exemplo: suponha que dois amigos, Maria e Pedro, estão sentados no banco de um jardim. Em um determinado momento, Pedro inclina-se para trás, permitindo que Maria enxergue num panorama mais amplo o ambiente do jardim. O objetivo de Pedro é mostrar a Maria que um amigo inconveniente está se aproximando do local em que eles estão. A partir dessa mudança, Maria consegue ver, entre outras coisas, três pessoas: um vendedor de picolés que ela já havia visto anteriormente no jardim, um desconhecido a caminhar, e Guilherme, o amigo inconveniente, que está andando em direção aos dois. Por já ter avistado antes o vendedor de picolés (informação já conhecida), provavelmente ela não utilizou seus recursos de processamento para tirar nenhuma conclusão sobre sua presença no jardim. A presença do desconhecido (informação totalmente nova) não terá muita relevância para ela, pois é provável que não infira nada a seu respeito. Já em relação à aproximação de Guilherme, Maria poderá tirar muitas conclusões e, dessas, mais conclusões poderão surgir. A presença de Guilherme é, então, a mudança mais relevante dentro do seu ambiente cognitivo e, por isso, é nesse fato que ela prestará mais atenção se o seu objetivo for a eficiência cognitiva.

Ainda a esse respeito, os linguistas afirmam que nós temos automaticamente o objetivo de realizar o mais eficiente processamento de informações, mesmo que não tenhamos a consciência disso. Em suas próprias palavras, “A meta cognitiva especial de um indivíduo num dado momento é sempre uma instância de uma meta mais geral: a maximização da relevância da informação processada” (SPERBER; WILSON, 1995 [2001], p.93).

Para definir o conceito de ostensão, Sperber e Wilson utilizam como exemplo o comportamento de Pedro. Se Maria percebeu esse comportamento do amigo, ela chega à conclusão que ele pode ter sido proposital e poderá questionar-se sobre o porquê de ele ter tido essa atitude. Entre as inúmeras possibilidades de resposta, a mais plausível é que ele poderia estar querendo chamar a atenção dela para algo em especial. Dessa forma, a atitude de Pedro tornou manifesto a Maria que ele tentou mostrar-lhe algumas suposições especiais. A este comportamento de Pedro, em que ele faz manifesta uma intenção de tornar algo visível, os autores chamam de ostensivo ou simplesmente ostensão.

A existência dessa ostensão comunicativa é algo indiscutível, contudo o seu funcionamento é algo que ainda levanta muitas dúvidas, pois deve-se compreender como o receptor de um ato de ostensão percebe quais das intenções foram manifestadas intencionalmente. Nesse sentido, é confirmada a existência de um determinado esforço na compreensão de enunciados e que esse esforço só é realizado quando há algum interesse pessoal na informação, ou seja, o comunicador só se esforçará em chamar a atenção de alguém quando o fenômeno lhe parecer bastante relevante para o seu receptor. Dessa forma, postula-se que “assim como uma afirmação vem com uma garantia tácita de veracidade, assim a ostensão vem com uma garantia tácita de relevância” (SPERBER; WILSON, 1995 [2001], p.94).

Existem dois níveis de informações que se podem apreender em um ato de ostensão: o primeiro diz respeito às informações para que se chamou a atenção e o segundo à informação de que se chamou intencionalmente a atenção para o primeiro nível de informações. Sobre essa afirmação, Sperber e Wilson afirmam que

É necessário o reconhecimento da intenção que fica por trás da ostensão para que haja um processamento eficiente de informações: uma pessoa que falhe no reconhecimento dessa intenção poderá não reparar nas informações que são realmente relevantes (SPERBER; WILSON, 1995 [2001], p.95).

Em vista disso, os autores definem que a tese principal defendida por eles na obra *Relevância e Cognição* está centrada no fato de que a ostensão transmite por si mesma uma garantia de relevância.

Baseados nas definições de comunicação e em seus modelos clássico e inferencial e nos conceitos sobre relevância e cognição, Sperber e Wilson (1995 [2001]) lançam as bases da Teoria da Relevância. Segundo essa teoria, há uma garantia de se tornar visível a intenção que se encontra por trás da ostensão, sendo ela essencial para explicar o modelo inferencial da comunicação. Os estudos a respeito desse princípio serão abordados na próxima seção.

1.3 A TEORIA DA RELEVÂNCIA (1995 [2001], 2005)

A Teoria da Relevância possibilita antever que os processos dedutivos-inferenciais são o menor caminho para se interpretar, analisar e descrever a comunicação humana (SANTOS, 2014, p. 203).

Sperber e Wilson (2005, p.221) definem que a Teoria da Relevância é uma teoria da comunicação que objetiva a compreensão de enunciados, embasada na ampliação de algumas afirmações feitas por Grice. A primeira delas é a de que uma das características essenciais da comunicação humana é a expressão do reconhecimento das intenções, a outra é a de que os enunciados geram expectativas que levam o ouvinte a identificar o significado do falante. Além disso, os autores questionam alguns outros aspectos da teoria griceana, como, por exemplo, a necessidade de um Princípio de Cooperação e de um esquema de máximas conversacionais. Para eles,

Enunciados geram expectativas de relevância não porque falantes obedecem a um princípio de cooperação ou a alguma outra convenção comunicativa, mas porque a busca pela relevância é uma característica básica da cognição humana, que comunicadores podem explorar (SPERBER; WILSON, 2005, p.223).

Por isso, os autores definem que a principal afirmação da Teoria da Relevância é a de que “expectativas de relevância geradas por um enunciado são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte na direção do significado do falante” (SPERBER; WILSON, 2005, p.222). Para eles, a relevância é intuitivamente percebida não somente em enunciados e em outros fenômenos observáveis, mas também é uma propriedade de memórias, pensamentos, entre outros. Assim, os indivíduos costumam prestar atenção somente naquilo que lhes parece relevante, naquilo que está ligado aos seus interesses.

Na busca de uma caracterização específica para o termo “relevância”, Sperber e Wilson (1995 [2001]) dizem que considerar a noção de efeito contextual é essencial e condição necessária para se obter uma boa definição. Assim, uma informação é considerada relevante quando ela se une às suposições que o receptor já possui, resultando no fortalecimento, na revisão ou no abandono de suposições disponíveis. A essas alterações de crenças Sperber e Wilson dão o nome de efeitos contextuais.

Nesse sentido, eles afirmam que quanto maior a quantidade de efeitos contextuais produzidos a partir de uma informação fornecida, maior será a relevância obtida por ela. Para exemplificar o dito, os autores (1995 [2001], p.193) propõem o seguinte diálogo:

- *Vendedor de bandeirinhas*: Gostaria de comprar uma bandeirinha para a Real Instituição Nacional dos Barcos Salva-Vidas?

- *Transeunte*: Não, obrigada. Passo sempre as minhas férias com a minha irmã em Birmingham.

Nessa conversa, para que haja um entendimento totalmente satisfatório da resposta dada pela transeunte, o ouvinte deve ser capaz de fornecer premissas parecidas com as abaixo:

- (a) Birmingham é uma cidade localizada no interior.
- (b) A Real Instituição Nacional dos Barcos Salva-Vidas é uma instituição de caridade.
- (c) O ato de comprar uma bandeirinha é uma forma de contribuir com essa instituição de caridade.
- (d) Uma pessoa que passa suas férias no interior dificilmente precisaria dos serviços da Real Instituição Nacional dos Barcos Salva-Vidas.
- (e) É esperado que uma pessoa que não necessita dos serviços de uma instituição específica não auxilie essa instituição.

A partir dessas premissas, também é esperado que o ouvinte derive alguma conclusão da resposta oferecida que seja parecida com a implicação textual: não é esperado que a transeunte colabore com a Real Instituição Nacional dos Barcos Salva-Vidas.

Os autores, a partir do verificado acima, se veem frente a criar uma definição exata para o conceito de relevância, proposta na seguinte afirmação: “Uma suposição é relevante dentro de um contexto se, e apenas se, tiver algum efeito contextual nesse contexto” (SPERBER; WILSON, 1995 [2001], p. 194). Para essa afirmação, eles

mesmos entendem que possam existir outros modos mais eficientes de se enxergar as intuições sobre relevância e, por esse motivo, avançam para além dessa definição inicialmente proposta, que versa apenas sobre as condições de presença ou ausência da relevância em um determinado enunciado, propondo uma definição segundo os graus que ela pode assumir.

Para Sperber e Wilson, o conceito de relevância, baseado na variação de graus, se assemelha às noções de “flexibilidade” e de “produtividade”. Quando pensamos em flexibilidade, temos em mente que, quanto mais dificuldade houver em se dobrar um objeto, menos o chamaremos de flexível, apesar de compreendermos que se de algum modo ele é dobrável, por mais difícil que seja essa manobra, então ele é tecnicamente flexível. O mesmo acontece com a produtividade. Por menor que seja o rendimento de uma determinada empresa, ela é produtiva até certo grau, sobretudo se o compararmos com os resultados de uma empresa com um rendimento zero genuíno. No entanto, em objetos em que a flexibilidade é quase nula e em empresas em que o rendimento é muito pequeno, relutamos em dizer que eles são flexíveis e produtivos, respectivamente. Assim, o paralelo feito com a relevância é evidente: “quanto mais fracos são os efeitos contextuais de uma suposição, menos dispostos estamos para a chamarmos relevante, apesar de se poder argumentar que, se uma suposição tem um efeito contextual qualquer, então é tecnicamente relevante” (SPERBER; WILSON, 1995 [2001], p. 195).

O conceito de relevância é, então, definido pelos autores de acordo com as relações de efeito e esforço requeridas para a compreensão de uma informação, ou seja, a relevância é uma questão de grau, em que analisamos a relação entre custo e benefício da inferência realizada. Quanto maior é o esforço de processamento de uma informação, mais baixo é o seu grau de relevância, pois, de uma maneira geral, a nossa mente funciona de modo econômico e produtivo e o esforço que desprendemos para interpretar um enunciado é um fator negativo, por requerer um certo dispêndio de energia.

Em resumo:

[...] consideramos uma definição de relevância expressa em termos de condições necessárias e suficientes. Isto é, a relevância é definida como

conceito classificativo. Também sugerimos que tal definição, embora não incorreta, deixou escapar o fato de a relevância ser também, e com maior importância ainda, um conceito comparativo (SPERBER; WILSON, 1995 [2001], p.197).

Baseadas nessas afirmações, Silveira e Feltes (2015, p.55) definem que a intenção de alcançar efeitos cognitivos está baseada na relação entre efeitos contextuais e esforço de processamento, o que gera diferentes graus de relevância. Por isso,

Quanto mais efeitos contextuais e menos esforço de processamento, maior a relevância; quanto menos efeitos contextuais e mais esforço de processamento, menor a relevância; entretanto, um maior esforço de processamento, compensado por mais efeitos contextuais, aumenta a relevância (SILVEIRA; FELTES; 2015, p.55).

Sperber e Wilson (2005) reafirmam as citações anteriores a partir da noção de *input*. Segundo eles, há uma série de *inputs* disponíveis e que teriam alguma relevância para nós, contudo não podemos prestar atenção a todos eles. Por isso, o que a Teoria da Relevância afirma é que “o que faz um *input* merecer ser reconhecido dentre uma massa de estímulos competidores não é somente que ele seja relevante, mas que ele seja mais relevante do que algum *input* alternativo disponível para nós ao mesmo tempo (SPERBER; WILSON, 2005, p. 224). Assim, em um mesmo contexto, quanto maiores forem os efeitos cognitivos positivos alcançados pelo processamento de um *input*, mais relevante ele será.

Nesse sentido, os linguistas propõem um breve exemplo para ilustrar a noção de *inputs* alternativos. Suponhamos que Mary não goste de grande parte das carnes e, além disso, é alérgica à carne de galinha. Em um jantar, ela pergunta ao anfitrião o que será servido. Em resposta, ele poderia dizer qualquer uma das três opções abaixo:

- (1) Estamos servindo carne.
- (2) Estamos servindo galinha.
- (3) Ou estamos servindo galinha ou $(7^2 - 3)$ não são 46.

Conforme os conceitos de relevância apreendidos anteriormente, qualquer uma das três respostas poderia ser relevante para Mary, porém é notado que (2) é a mais relevante entre elas. Para os autores, (2) é mais relevante porque acarreta (1), produzindo conclusões deriváveis de (1) e mais outras. (2) também é mais relevante do que (3) no que se refere ao efeito de processamento desprendido para a compreensão de seu enunciado: (2) e (3) são logicamente equivalentes e produzem os mesmos efeitos cognitivos, no entanto esses efeitos são mais facilmente apreendidos em (2) do que em (3), já que para interpretar (3) Mary deve utilizar um conhecimento adicional matemático. Em síntese, (2) é o enunciado mais relevante para Mary por razões de esforço e efeito.

Assim sendo, a Teoria da Relevância afirma que o processamento e a maximização de *inputs* para a obtenção da relevância são atividades que se desenvolvem automaticamente na mente dos seres humanos. A obtenção da relevância máxima não é uma questão de escolha, mas sim fruto da forma como nossos sistemas cognitivos se desenvolveram. Compreender essa tendência universal de fazer o uso mais eficiente das informações disponíveis é o principal objeto de estudo de Sperber e Wilson (1995 [2001], 2005).

1.3.1 A questão do contexto na Teoria da Relevância

Na elaboração de sua teoria, Sperber e Wilson (1995 [2001]) defendem que o contexto utilizado no processamento das suposições novas não é totalmente dado de antemão. Ele é “essencialmente um subconjunto das suposições antigas do indivíduo, com as quais se combinam as suposições novas para darem como resultado uma variedade de efeitos contextuais” (SPERBER; WILSON, 1995 [2001], p. 208). Em outras palavras, as suposições são acrescentadas a partir do enunciado a ser interpretado e o contexto é construído no momento da comunicação, em que ocorre o processamento das informações. O objetivo dos autores é, então, explicar como realmente se dá a determinação do contexto a partir da seleção de um subconjunto especial das suposições do indivíduo.

Nesse sentido, Sperber e Wilson (1995 [2001]) defendem que na comunicação existem suposições mais acessíveis e menos acessíveis. As mais acessíveis são aquelas que constituem o contexto inicial. As menos acessíveis, que são as suposições implicadas, apresentam graus variados de acessibilidade. Essa acessibilidade de suposições varia de indivíduo para indivíduo.

Com essas suposições em mente, os linguistas reafirmam ser inadequadas algumas abordagens defendidas anteriormente a respeito do estabelecimento do contexto, que tomam como certo o fato de existir somente um contexto disponível para o indivíduo e que esse contexto não é uma questão de escolha, mas sim determinado antes do processo de comunicação. Sobre essa questão, Silveira e Feltes (2015) fazem as seguintes afirmações:

Sperber e Wilson ressaltam que o contexto selecionado para interpretar um enunciado é restringido pela organização da memória enciclopédica do indivíduo, pelas suas habilidades perceptuais e outras habilidades cognitivas, bem como pela atividade mental na qual está engajado naquele momento. Portanto, selecionar o contexto é parte do processo de interpretação e, desse modo, aquele não pode ser definido de antemão como acreditam muitos autores (SILVEIRA; FELTES, 2015, p.76).

Desse modo, Sperber e Wilson afirmam que há a possibilidade de a formação do contexto estar sempre aberta para que se faça uma escolha ou uma revisão durante o processo de compreensão. Assim, eles definem que esse processo de dedução pode ser dividido em dois subconjuntos: o primeiro trata da informação que está no primeiro plano da atenção, que geralmente é a informação nova, e o segundo diz respeito à informação antiga, que está no “pano de fundo” da memória, mas que também é levada em consideração nesse processamento.

Para a Teoria da Relevância, cunhada por Sperber e Wilson (1995 [2001]), a escolha de um contexto dentro do processo interpretativo-inferencial é determinada, então

[...] pelos conteúdos da memória do mecanismo dedutivo, pelos conteúdos do armazém das finalidades gerais das memórias de curto prazo, e pelos conteúdos da enciclopédia e pelas informações que podem ser imediatamente tiradas do ambiente físico (SPERBER; WILSON, (1995 [2001], p.220).

O processamento de informações realizado com base nesses quatro fatores proporciona uma série de contextos possíveis. Por isso, o que revelará qual desses contextos é o “contexto especial”, ou seja, o mais apropriado para interpretação de determinada ocasião é a busca da relevância. O contexto escolhido será aquele mais relevante para a situação de comunicação.

Em defesa dessa nova visão sobre a determinação contextual, os linguistas relembram que, em grande parte da literatura pragmática, defende-se que, no processo de compreensão, primeiramente, é determinado o contexto. Logo em seguida, dá-se o processo interpretativo e, por fim, é avaliada a relevância. Nesse modelo, a relevância é vista como um fator a ser analisado em função de um contexto já determinado. Para os autores, essa é uma visão não compreensível, já que

Os seres humanos não estão inseridos em atividades que levam a avaliar apenas a relevância de informações novas. Tentam processar as informações tão produtivamente quanto possível; isto é, tentam obter de cada item novo de informação um efeito contextual tão grande quanto possível por um esforço de processamento tão pequeno quanto possível. A avaliação da relevância não é a meta do processo da compreensão, mas apenas um meio para um fim, sendo o fim o de maximizar a relevância de qualquer informação que se encontra a ser processada (SPERBER; WILSON, (1995 [2001], p.220).

Com base nas afirmações feitas acima, a ordem de processamento das informações que anteriormente era realizado a partir da determinação do contexto, seguido pelo processo interpretativo e pela avaliação da relevância, sofre uma mudança radical. Nessa perspectiva, Sperber e Wilson consideram, então, que os indivíduos sempre acreditam que a suposição a que têm acesso é relevante e por isso já selecionam um contexto que irá otimizar e maximizar essa relevância. Por certo, “se os efeitos contextuais adequados forem alcançados com o mínimo de esforço justificável, então a informação terá sido otimamente processada” (SILVEIRA; FELTES, 2015, p.77).

Em suma, a relevância se caracteriza como uma relação entre uma dada suposição e um dado contexto. Sendo o contexto um fator que não é anteriormente definido nesse processo de compreensão, é necessário compreender como se dá a relevância dentro de uma situação de comunicação específica, em que estão envolvidos os mais

diferentes comunicadores e ouvintes. De conformidade com esse pensamento, se faz necessário determinar como a relevância se realiza para um indivíduo, assunto que será tratado no tópico a seguir.

1.3.2 O processamento de enunciados relevantes

Com o objetivo de definir como se configura psicologicamente o estabelecimento da relevância e o processamento de enunciados relevantes, Sperber e Wilson (1995 [2001]) teorizam a respeito do processo dedutivo realizado pelos seres humanos e seus resultados na busca da compreensão ótima dos enunciados. Para tanto, os autores defendem que essa compreensão pode se dar de duas formas, as quais chamam de: relevância para um indivíduo e relevância dos fenômenos e dos estímulos.

Em relação à relevância para um indivíduo, segundo os autores, no final de cada processo dedutivo, fica disponível a ele um conjunto especial de contextos acessíveis e a apreensão desses contextos acontece com base nos resultados de esforço e efeito. Por isso, quanto menos acessível for o contexto, maior é o esforço requerido na sua compreensão, e vice-versa. Apesar de estarem menos interessados em fornecer definições classificativas para os termos da Teoria da Relevância, os linguistas elaboram uma definição de relevância para um indivíduo nessas bases, nas seguintes palavras: “uma suposição é relevante para um indivíduo num dado momento se, e apenas se, for relevante num ou mais dos contextos acessíveis a esse indivíduo nesse momento” (SPERBER; WILSON, (1995 [2001]), p.224).

Nesse âmbito, o propósito maior dos estudiosos é desenvolver uma caracterização comparativa da relevância para um indivíduo nas mesmas bases em que teorizaram a noção de relevância dentro de um contexto, que se realizam em termos de efeito e esforço. Assim, Sperber e Wilson (1995 [2001], p.224) defendem que o que deve ser levado em consideração não é somente o esforço requerido para o processamento de uma suposição num dado contexto, mas também o esforço necessário para sua compreensão nesse contexto. Assim,

Para cada um dos contextos acessíveis a um indivíduo, o efeito e o esforço envolvidos, e portanto a relevância conseguida, serão diferentes. Na verdade,

o mesmo contexto pode ser acessível de maneiras diferentes, exigindo quantidades diferentes de esforço, e portanto valores diferentes de relevância (SPERBER; WILSON, (1995 [2001], p.224).

Em virtude disso, os autores afirmam que os indivíduos sempre procuram atingir automaticamente a relevância máxima nas situações comunicativas e essa expectativa afeta o seu comportamento cognitivo. Portanto, para se conseguir essa relevância máxima, é necessário que haja a seleção do melhor contexto em que se possa realizar o processamento de um proferimento, isso quer dizer, o contexto que possibilita o equilíbrio entre o esforço e o efeito a conseguir. Assim, ao ser alcançado tal equilíbrio, dizemos que a suposição foi processada otimamente.

Sobre essas particularidades, Silveira e Feltes (2015, p.77) ressaltam que uma suposição não tem uma relevância exclusiva, mas, sim, configura-se relevante em uma situação comunicativa específica, em que indivíduos específicos estão envolvidos e, por isso, podem alternar de pessoa a pessoa. Por isso, é psicologicamente mais apropriado falar em relevância para um indivíduo.

Nesse sentido, a partir dessa nova perspectiva, Sperber e Wilson (1995 [2001]) propõem a definição comparativa do conceito de relevância para um indivíduo com base em dois graus, aos quais eles chamam de condição de extensão 1 e 2, nas seguintes palavras:

Condição de extensão 1: uma suposição é relevante para um indivíduo quando, depois de ser processada otimamente, são em grande número os efeitos contextuais conseguidos.

Condição de extensão 2: uma suposição é relevante para um indivíduo quando é requerido um esforço pequeno para a processar otimamente (SPERBER; WILSON, (1995 [2001], p.224).

Em conclusão, os linguistas dizem que o objetivo da caracterização do conceito de relevância para o indivíduo é o de se aproximar o máximo possível de uma definição psicologicamente adequada para o estudo da compreensão verbal e de outros processos cognitivos. Até este ponto da pesquisa, a relevância é tratada como uma propriedade das suposições, mas os autores percebem que os indivíduos não prestam

atenção somente na suposição expressa na elocução, mas também aos estímulos apresentados pelas pessoas que comunicam.

Nessa perspectiva, durante o processo comunicativo, os comunicadores apresentam um estímulo, com a intenção de modificar os ambientes cognitivos e provocar processos cognitivos em seus receptores. Inicialmente, para esses receptores, o estímulo é somente um fenômeno entre outros, ou seja, somente um traço perceptível do ambiente físico. “Torna-se identificável como estímulo apenas quando é reconhecido como fenômeno concebido para conseguir efeitos cognitivos (SPERBER; WILSON, (1995 [2001]), p.232).

Sob este novo direcionamento, os autores passam a questionar, então, quais seriam os fenômenos a que um indivíduo presta atenção. Dessa forma, ao estenderem o conceito de relevância também aos fenômenos e aos estímulos, Sperber e Wilson (1995 [2001]) defendem que os seres humanos tendem a atentar-se também aos fenômenos e estímulos que lhes parecem importantes no ambiente que proporcionam à formação das suposições. A relevância desses fenômenos e estímulos também é avaliada a partir de seus graus, podendo ser mais manifestos ou menos manifestos, mais fortes ou menos fortes.

Determinados fenômenos e estímulos podem nos chamar a atenção em um grau mais elevado, como, por exemplo, sons estranhos, luzes fortes, cheiros incomuns, entre outros. A esse respeito, Silveira e Feltes levantam os seguintes questionamentos: “Em quais fenômenos o indivíduo presta atenção e por quê? E por que ele faz algumas suposições e não outras?” (SILVEIRA; FELTES, 2015, p.79). Sperber e Wilson (1995 [2001], p.233) propõem uma exemplificação que ilustra e responde a esses questionamentos: sabemos que em toda casa há cheiros diversos. As pessoas que estão nesses ambientes geralmente não se atentam necessariamente a cheiros específicos, por isso, não formulam nenhuma suposição sobre eles. Em um dado momento, em uma casa, exala repentinamente um cheiro de gás. O indivíduo que percebe esse cheiro incomum provavelmente forma as seguintes suposições (1) e (2):

(1) Há um cheiro de gás nessa casa.

(2) Há um vazamento de gás em algum lugar da casa.

As suposições (3) e (4) também podem ser manifestas, apesar de serem menos prováveis:

(3) A distribuidora de gás não está em greve.

(4) O gás ainda não acabou.

Os linguistas explicam que há certas suposições que não podem deixar de ser feitas em um dado ambiente cognitivo. Nesse exemplo, desde que a pessoa conheça o cheiro que tem um gás, ela não deixará de formar a suposição (1), de que existe tal cheiro. A escolha pelas suposições (1) e (2) acontece devido a filtragem automática que é desencadeado na cognição humana, que tem como objetivo a maximização da eficiência cognitiva. Com efeito, os fenômenos menos relevantes, que, nesse exemplo, são as suposições (3) e (4), são eliminados pelo filtro. Em suas próprias palavras “os mecanismos perceptuais – e a própria saliência perceptual – são orientados pela relevância (SPERBER; WILSON, (1995 [2001]), p.234).

Ainda sobre o exemplo mencionado, dizemos que a suposição (2), sobre a existência de um vazamento de gás, é uma implicação contextual da suposição (1) e está inserida num contexto que possui informações enciclopédicas sobre o uso de gás dentro de uma residência. Nesse aspecto, Sperber e Wilson asseguram que a suposição (2) é feita para maximizar a relevância da suposição (1) e é por consequência dessa procura de relevância que as suposições (3) e (4) provavelmente não serão feitas, tendo em vista que o esforço despendido para derivar (3) e (4) é superior ao esforço para derivar (2).

Assim como na definição de relevância para o indivíduo, os autores elaboram uma definição classificativa para a noção de relevância de um fenômeno, nos seguintes dizeres: “Um fenômeno é relevante para um indivíduo se, e apenas se, uma ou mais das suposições que ele torna manifestas ao indivíduo é relevante para este” (SPERBER E WILSON, (1995 [2001]), p.235).

Uma definição comparativa também é sugerida para a caracterização da relevância de um fenômeno e ela também é realizada nos termos de efeito e esforço. Os esforços a serem considerados devem ser o esforço necessário para formar uma suposição e

o esforço despendido para processá-la dentro de um determinado contexto. Em consonância com esse pensamento, é evidente, então, que na interpretação de diferentes suposições, há quantidades de esforços diferentes e, por sua vez, graus de relevâncias diferentes. Também como defendido na última seção, o objetivo da cognição será sempre atingir o nível máximo da relevância de um fenômeno para um indivíduo, e esse resultado é chamado de relevância ótima.

Relevância de um fenômeno (comparativa):

Condição de extensão 1: um fenômeno é relevante para um indivíduo na medida em que forem grandes os efeitos contextuais conseguidos quando é processado otimamente.

Condição de extensão 2: um fenômeno é relevante para um indivíduo na medida em que for otimamente pequeno o esforço requerido para processar. (SPERBER; WILSON, (1995 [2001]), p.235).

Sperber e Wilson explicam que um estímulo é um fenômeno que tem o objetivo de realizar efeitos contextuais e seu processamento irá ser sempre conduzido para a maximização da relevância. Por isso, um indivíduo com a intenção de atingir um efeito cognitivo específico deve produzir um estímulo que seja processado com vistas a atingir especificamente o efeito pretendido.

Os estímulos ostensivos, como chamam os autores, precisam atender a duas condições: a primeira é a de chamar a atenção da audiência; a segunda é mostrar as intenções de quem fala. Na interpretação de Silveira e Feltes (2015, p.74) para a primeira condição, “enunciados são, pois, sinais codificados usados na comunicação ostensiva”. Quando esses sinais não são considerados estímulos ostensivos, eles não detêm atenção, são irrelevantes. Logo, só prestaremos atenção, por exemplo, em ruídos fortes e/ou súbitos, como o barulho da campainha da casa, ou em estímulos visuais mais intensos, como os acenos de mão, ou em estímulos tácteis mais severos, como uma cotovelada. Para a segunda condição, o estímulo ostensivo deve ser capaz de revelar as intenções de quem comunica e, além disso, ser relevante, para que o ouvinte se interesse pelo que está sendo enunciado e reconheça a intenção do comunicador.

É importante reafirmar que o estímulo ostensivo deve ter também o objetivo de manifestar as intenções de quem fala e, por isso, Sperber e Wilson postulam que é essencial que esses estímulos tenham uma garantia de relevância.

Ao produzir uma elocução, a pessoa falante requer a atenção do seu ouvinte. Requerendo a sua atenção, sugere que a sua elocução é suficientemente relevante para valer a pena a atenção dele. Isso aplica-se não só ao discurso falado como a todas as formas de comunicação ostensiva. Os estímulos ostensivos despertam as expectativas definidas de relevância, da relevância que é atingível uma vez que a intenção informativa da pessoa que comunica seja reconhecida (SPERBER & WILSON, (1995 [2001], p.238).

Em síntese, o que se constata é que para que haja uma comunicação ostensiva satisfatória, ambos os indivíduos devem estar engajados na interação. O comunicador deve tornar o seu estímulo mutuamente manifesto e o ouvinte deve prestar atenção ao estímulo que é apresentado para compreendê-lo. A presunção de relevância ótima está ligada ao chamado Princípio da Relevância, que será tratado no tópico seguinte.

1.3.3 O Princípio da Relevância

Conforme as afirmações feitas por Sperber e Wilson (1995 [2001]) nas seções anteriores, para que tenha sucesso e alcance totalmente a sua finalidade, um ato comunicativo ostensivo deve sempre atrair a atenção dos receptores. Por esse motivo, um ato de ostensão pode ser compreendido como um pedido de atenção, em que quem a pede acredita que tem bons motivos para crer que esse pedido poderá ser importante para ele mesmo e para a sua audiência. Também é possível dizer que o indivíduo que faz um pedido a seu ouvinte acredita que ele deve ter algum interesse em cumprir a sua vontade e lhe prestar atenção.

Nessa perspectiva, a participação do receptor é essencial na comunicação ostensiva, uma vez que ele deve manter um comportamento cognitivo adequado e dispor de alguma atenção ao que está sendo comunicado, já que acredita que tais informações lhe serão relevantes. De acordo com os autores, esse comportamento humano de manter as expectativas de relevância para os estímulos ostensivos justifica-se no fato de possuímos um certo número de heurísticas, algumas inatas e outras

desenvolvidas por sua experiência, sendo o seu objetivo a escolha de fenômenos relevantes.

Com o exposto acima, Sperber e Wilson (1995 [2001], p.242) definem o conceito de presunção de relevância ótima:

- (a) O conjunto de suposições {I} de que a pessoa que comunica tenciona tornar manifesto ao destinatário é suficientemente relevante para valer a pena ao destinatário processar o estímulo ostensivo.
- (b) O estímulo ostensivo é o mais relevante que a pessoa que comunica poderia ter utilizado para comunicar {I} (SPERBER & WILSON, (1995 [2001], p.238).

Os autores também explicam o Princípio da Relevância: “Todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção da sua própria relevância ótima” (SPERBER & WILSON, (1995 [2001], p. 238).

Nesse cenário, Silveira e Feltes (2015) sintetizam, então, as principais noções defendidas no Princípio da Relevância:

- 1) ele se aplica a todas as formas de comunicação;
- 2) os indivíduos cujo ambiente cognitivo o comunicador está tentando modificar são os destinatários do ato de comunicação;
- 3) ele não garante que a comunicação, apesar de tudo, seja sempre bem-sucedida. (E o modelo teórico como um todo explica por quê.) (SILVEIRA & FELTES, 2015, p.72).

Para explicar o modo como a Teoria da Relevância se aplica à comunicação inferencial ostensiva, Sperber e Wilson (1995 [2001], p.249) se baseiam nas noções de intenção informativa e de intenção comunicativa. Segundo eles, uma pessoa, ao produzir um estímulo ostensivo, tem essas duas intenções. O objetivo da intenção informativa é tornar manifesto aos receptores um conjunto de suposições. Já a finalidade da intenção comunicativa é tornar a intenção informativa mutuamente manifesta.

A partir disso, os autores questionam como a intenção informativa do falante pode ser inferida. Em resposta, asseguram que é preciso seguir algumas etapas inferenciais até alcançar a intenção informativa mutuamente manifesta. Portanto, o primeiro passo é compreender que o estímulo dado é ostensivo. Logo depois, deve ser compreendido que a pessoa que comunica tem uma intenção informativa, ou seja, que ela deseja tornar manifesto um conjunto de suposições. Para identificar essa intenção informativa, o destinatário deve acreditar que o falante se comunica racionalmente.

A informação se faz compatível com os critérios do Princípio da Relevância quando o falante pensa que ela é otimamente relevante para o ouvinte. A esse critério nomeia-se consistência com o Princípio da Relevância e é ele que garante que o ouvinte escolha somente uma interpretação para o enunciado das diversas possibilidades possíveis e compatíveis com a decodificação linguística do enunciado.

Em suma, Sperber e Wilson (1995 [2001]) explicam que a interpretação de um código na comunicação humana é realizada a partir da intenção manifesta da pessoa que comunica de tornar manifesta alguma intenção. O sinal codificado é enriquecido com uma informação contextual e sua relevância é garantida pelo critério de consistência com o Princípio da Relevância. Dessa forma, a epígrafe que abre o capítulo é confirmada, sendo os processos dedutivos-inferenciais eficientes para se interpretar, analisar e descrever a comunicação humana.

Até o momento, foram tratadas questões relativas às teorias da conversação e da comunicação humana, situadas na área da Pragmática. Dentro desse viés da Linguística é que iremos desenvolver os estudos a respeito do processamento das informações presentes nos cartuns do *corpus*. Todavia, para que se desenvolva uma análise mais completa desses textos, se faz essencial tratar das teorias sobre o humor, já que os cartuns desse *corpus*, além de possuírem um cunho humorístico, nos levam a uma reflexão sobre o tema deficiência por meio de uma crítica bem-humorada. O próximo capítulo aborda essas teorias, e a convergência entre as noções da pragmática e as teorias do humor nos permitirão avaliar melhor os fenômenos da interpretação humana.

2 ESTUDOS SOBRE O HUMOR

O humor provoca uma atitude do homem diante da sociedade, supondo o seu caráter ridículo e, também, sublime (LINS; GONÇALVES, 2013, p.17).

Os estudos a respeito do humor e de seus efeitos atraem especialistas das mais diversas áreas. Esse interesse justifica-se pelo fato de o humor ter presença constante em nosso cotidiano, podendo ser observado em uma conversa simples do dia a dia e até em interações que requerem mais formalidade e seriedade. Por envolver situações de comicidade e riso, é possível constatar que há um determinado contrassenso no que diz respeito a esse caráter aparentemente banal do humor e a complexidade que envolve a análise de suas configurações e de seus desencadeamentos.

Ao longo da história, as discussões sobre o humor se diversificaram interdisciplinarmente e passaram por várias mudanças de paradigmas, o que resultou em uma variada bibliografia e em muitas teorias que versam sobre o humor e suas especificidades. Desde Platão, em suas investigações filosóficas, o humor se fez um importante objeto de estudo e, na atualidade, ele continua sendo alvo de interesse da filosofia e de outras disciplinas, como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia e, claro, a Linguística. Há, nesse sentido, uma riqueza de abordagens sobre o tema, o que, de acordo com Jablonski e Rangé (1984, p.184), pode causar uma certa “angústia”, já que os conceitos de humor são tão ricos e extensos que podem ir além dos limites das definições já existentes na literatura vigente. Para os autores, todos esses trabalhos sobre o humor têm um único objetivo: investigar o cerne da questão, ou seja, descobrir o que faz algo ser considerado engraçado. Como resposta a essa questão, os autores afirmam: “Melancolicamente, podemos confessar que isso ainda não se sabe [...] Mas isso também não quer dizer que não haja boas pistas e que muito já não tenha sido feito a respeito” (JABLONSKI; RANGÉ, 1984, p.184).

Ainda nos dias mais atuais, determinar o conceito de humor não é uma tarefa fácil. Na tentativa de criar uma definição, Santos (2014, p.28) afirma que o conceito de humor deriva do termo “cômico”, que pertence ao campo da estética filosófica e significa “a capacidade de suscitar o riso ou de divertir”. Nesse sentido, o humor é compreendido pelo autor como uma atitude bem-disposta e conciliadora vinda de uma pessoa tolerante que se depara com as imperfeições do mundo. Com o tempo, o conceito se

torna mais abrangente, substituindo a noção de cômico pela noção de humor compensatório – o humor racional –, além de abrir-se a qualitativos como humor verbal e humor hostil. Ainda segundo Santos (2014), o problema de definição do conceito de humor se agrava na língua portuguesa, já que “ela possui uma única palavra derivada da raiz latina *umor* para designar as várias acepções a que o termo remete (SANTOS, 2014, p. 29). Por fim, o pesquisador, assim como Jablonski e Rangé (1984), conclui que ainda não há um consenso em relação à definição do humor, pois este assume uma diversidade de formas e admite, então, uma diversidade de definições.

Na visão de Ermida (2002), há uma variedade de manifestações do humor na sociedade. Por isso, segundo ela,

O humor pode ser verbal ou não verbal; pode constituir uma experiência subjetiva ou cumprir propósitos comunicativos; versar a realidade ou reportar-se ao imaginário; pode cativar ou agredir; surgir espontaneamente ou ser usado como técnica de interação pessoal ou profissional; pode consistir numa simples piada trocada entre amigos ou elevar-se à sofisticação de uma peça de Shakespeare. Nos nossos dias, o humor encontra também inúmeros meios de expressão – que ultrapassam as formas literárias clássicas da comédia, da farsa e da canção de escárnio, ou ainda os panfletos satíricos ou as pantominas dos bobos e dos saltimbancos – e que vão desde as *sitcoms* televisivas aos filmes cômicos, aos *cartoons* na imprensa diária ou semanal e às *gags* que circulam na internet (ERMIDA, 2002, p.65).

Ainda conforme Ermida (2002), o humor pode variar também de acordo com outros aspectos relacionados a individualidade das pessoas, tais como a idade, o sexo e o grupo social. Além disso, o humor também sofre variações relacionadas às situações de produção, em que o contexto, a época e a cultura têm influência direta na instauração de uma situação considerada engraçada. Em relação aos temas que podem ser considerados objetos para o humor, a autora considera não existir uma definição clara sobre eles, havendo, assim, uma disposição geral a todos os temas de se tornarem humorísticos. Logo, “nós rimos do fútil como do grave, do profano como do sagrado, da felicidade quanto da desdita; rimo-nos da ilusão, do engano, do amor, da política, da sociedade, dos outros e de nós mesmos [...]” (ERMIDA, 2002, p.65).

Nesse cenário de inúmeras possibilidades para a criação do humor e considerando que ele se constrói por meio de processos interacionais desencadeados, sobretudo, a partir dos fenômenos linguísticos, a linguística é uma das ciências que se interessa

pelos estudos dos mecanismos humor. Para Lins e Gonçalves (2013), há sempre a necessidade de realizarmos os estudos a respeito do humor de forma interdisciplinar, pois, ao limitarmos a nossa interpretação apenas aos aspectos linguísticos, por exemplo, o cômico poderia deixar de ser percebido, na medida em que “a produção do humor se faz a partir de processos interativos, nos quais não só os fenômenos linguísticos, mas também fatores de ordem psicológica e social geram condições para a produção do humor” (LINS, 2002, p.18).

É importante ressaltar que esta pesquisa não objetiva abranger, em toda a sua plenitude, o tema humor, visto que isso demandaria um estudo bem aprofundado e demorado, além de ser, na visão de Jablonski e Rangé (1984), praticamente impossível esgotar todas as possibilidades e definições desse termo. O que propomos é, então, reflexões iniciais a respeito do assunto que nos levarão a compreender como o humor é construído nas situações interativas presentes no *corpus* proposto.

Nessa conjectura, se faz importante abordar determinadas teorizações realizadas em algumas áreas do saber que versam a respeito dos mecanismos geradores do humor, da comicidade e do riso. A seguir, são realizadas resenhas e reflexões a respeito dos estudos que se mostram relevantes para esse trabalho, entre eles os postulados sobre a produção e a significação do cômico de Bergson (1900 [1987]) e as concepções sobre comicidade e riso de Propp (1992).

2.1 A SIGNIFICAÇÃO DO CÔMICO EM BERGSON (1900 [1987])

Henri Bergson foi um filósofo e diplomata francês que muito contribuiu para os estudos a respeito das teorias do riso. Apesar de ser um tema bastante abordado desde Aristóteles, as descrições do cômico e do riso feitas por Bergson em seu livro “*O riso: ensaio sobre a significação do cômico*” foram consideradas originais e expressaram um grande avanço para as pesquisas sobre a comicidade.

Com o objetivo de compreender o que é de fato o riso e o que há no cerne do risível, Bergson (1900 [1987]) observa alguns tipos de textos, como os de comédia, as farsas, os ditos picarescos e até os jogos de palavras que costumam aparecer nessas esferas

de construção do cômico. O filósofo adverte, então, que esse método de estudo revela apenas uma parte das muitas variações que o tema pode assumir, compreendendo que, a partir dessas análises, seria possível estabelecer uma definição geral e as regras essenciais de construção do cômico. Por conseguinte, Bergson reconhece, num primeiro momento, que suas definições poderiam ser consideradas muito restritas, tendo em vista que, para a repercussão do cômico, não há limite. Tendo em mente que os seres humanos gostam de rir e para isso todos os motivos podem se tornar risíveis, o autor acredita que a definição do riso deve ser considerada como algo vivo e que está em constante evolução. Por isso, Bergson elabora uma definição teórica que também segue esse direcionamento, configurando-se como algo mais maleável.

Ao falar da significação do cômico nas formas e nos movimentos humanos, Bergson (1900 [1987]) elenca três premissas principais que norteiam suas ideias. A primeira é a de que não existe comicidade fora do que é humano, pois tudo o que nos é risível gira em torno do que é humano, ou seja, rimos daquilo que é humanizável e de sua humanização. Em alguns estudos anteriores, o homem já havia sido definido como um animal que ri e, nesse sentido, o autor afirma que, além de ser o único animal que ri, o homem também é o único capaz de fazer rir.

A segunda consideração feita pelo filósofo diz respeito à insensibilidade que acompanha o riso. Para o autor, o riso é insensível e exige um certo distanciamento da causa para que se produza todo o efeito cômico possível. A respeito disso, ele afirma:

O cômico parece só produzir o seu abalo sob condição de cair na superfície de um espírito tranquilo e bem articulado. A indiferença é o seu ambiente natural. O maior inimigo do riso é a emoção. Isso não significa negar, por exemplo, que não se possa rir de alguém que nos inspire piedade, ou mesmo afeição: apenas, no caso, será preciso esquecer por alguns instantes essa afeição, ou emudecer essa piedade (BERGSON, (1900 [1987]), p.12).

A terceira característica do riso é que ele geralmente não acontece quando estamos isolados, mas, principalmente, quando estamos em grupo. Para ilustrar tal afirmação, Bergson utiliza o seguinte exemplo: “Já se observou inúmeras vezes que o riso do

expectador, no teatro, é tanto maior quanto mais cheia a sala” (BERGSON, (1900 [1987]), p.13). Nas palavras de Gomes (2008), “[...] o riso faz parte de uma contextualização de um grupo. Dessa forma, o riso, um tipo de humor ou piada, só tem significado dentro de um contexto sócio-histórico e temporal” (GOMES, 2008, p.57). Bergson (1900 [1987]) postula, ainda, que o lugar natural do riso é a sociedade e, por esse motivo, ele é um fato social.

Em relação ao cômico, o autor afirma que ele se dá pelo que há de involuntário nos seres e em suas mudanças de atitude. Por exemplo, um indivíduo, ao correr pela rua, tropeça e cai. As pessoas que veem a cena começam a rir. Esse riso, que surge em meio a rigidez mecânica do indivíduo que cai, é suscitado pois a queda é algo que vai contra a vontade do ser humano e que vai contra ao que é esperado nessa situação. Assim, “de onde se espera o comum, surge o inesperado. É daí que se inicia o cômico no diálogo com o inesperado, pois o inesperado frustra as expectativas” (GOMES, 2008, p.59).

Uma outra ideia desenvolvida por Bergson dentro da comicidade das formas e dos movimentos é a noção de disfarce. Para o filósofo, essa noção tem a propriedade de fazer-nos rir diante de pessoas e de características que a nossa imaginação avalia como divergente ao que é considerado comum. Um exemplo disso é a seguinte situação: ao avistarmos uma pessoa vestida de uma forma que não condiz com os padrões do costume local, a nossa mente logo a vê como artificial e surpreendente, provocando o riso. Então, uma pessoa vestida com trajes de gala em uma praia provavelmente nos chamaria a atenção, causando o estranhamento e, conseqüentemente, o riso.

Ao emergir na reflexão sobre a comicidade de situações e comicidade de palavras, Bergson postula que a comicidade de situações ocorre no momento em que os homens recorrem a formas de representação da vida cotidiana, como é o caso do teatro. Assim, ele diz: “É cômico todo arranjo de atos e acontecimentos que nos dê, inseridas uma na outra, a ilusão da vida e a sensação nítida de uma montagem mecânica” (BERGSON, (1900 [1987]), p.42). Já em relação a comicidade de palavras, o filósofo afirma que a maior parte dos efeitos cômicos se produzem a partir da linguagem e que, por esse motivo, ela segue de perto a comicidade de situações. Para

ele, a linguagem é obra genuinamente humana e só por isso ela é capaz de suscitar efeitos risíveis.

Sentimos na linguagem algo que palpita de nossa vida; e se essa vida da linguagem fosse completa e perfeita, se nada houvesse nela de rígido, se a linguagem fosse, afinal, um organismo inteiramente unificado, incapaz de cindir-se em organismos independentes, escaparia ao cômico, como dele escaparia também uma alma de vida harmoniosamente assentada, unida, como as águas tranquilas de um lago (BERGSON, (1900 [1987]), p.69).

Ainda sobre o humor, Bergson diz que ele contribui para que sejam notadas as particularidades dos seres humanos por meio de enunciados emergidos na indiferença. Nesse sentido, segundo o autor, “O humorista é, no caso, um moralista disfarçado em cientista [...]; e o humor, no sentido restrito que damos à palavra, é de fato uma transposição do moral em científico” (BERGSON, 1900 [1987], p.68). Isso quer dizer que, em alguns casos, o humor pode ter um conteúdo de denúncia, ser crítico, expor o nosso lado mais ridículo e até revelar nossas fraquezas. Nas palavras de Gomes (2008), “O humor serve como um (des)velador de nossa realidade dia a dia, sem, contudo, perder o seu conteúdo de gozo e de surpresa, sua capacidade de nos surpreender (GOMES, 2008, p.65).

Enfim, a partir do exposto por Bergson, é possível que compreender o estudo da análise e interpretação do cômico por meio de uma perspectiva filosófica, psicológica e social. Além disso, seguindo o conceito de insensibilidade, podem tornar-se cômicas as variadas realidades, por mais adversas que elas sejam.

2.2 OS TIPOS DE RISO EM PROPP (1992)

A obra “*Comicidade e Riso*” (1992), do linguista e antropólogo Vladimir Propp, apresenta muitos elementos de reflexão a respeito dos efeitos cômicos e do risível. O autor desenvolve sua pesquisa no sentido de estabelecer uma tipologia para o cômico a partir de fatos literários e folclóricos próximos do âmbito de seu interesse, mais especificamente os clássicos russos. Ao fundamentar-se em elementos concretos

para desenvolver uma teoria sobre a comicidade e o riso, os estudos de Propp trazem mais clareza à discussão de alguns conceitos sobre a linguagem do humor.

Ao iniciar os escritos sobre sua teoria, Propp (1992) reafirma o seu desejo de desenvolver um estudo sério e imparcial sem elucubrações abstratas. Assim, a partir de um método indutivo, o linguista faz um cuidadoso estudo comparativo e uma análise de fatos para estabelecer conclusões mais precisas. Nesse sentido, foi necessário, então, considerar tudo aquilo que provoca o riso ou o sorriso, e tudo aquilo que tem relação com a comicidade.

Para Propp (1992), “o humor é a capacidade de perceber e criar o cômico” (PROPP, 1992, p.152). Com base nessa afirmação, ele inicia seus estudos analisando obras de humor e de comicidade bastante conhecidas, principalmente as obras de Gógol⁷ e as criações populares do folclore. Além dessas manifestações, também foram levadas em consideração as produções correntes das revistas humorísticas e satíricas, as apresentações de circo, o teatro, a comédia cinematográfica e as conversas cotidianas observadas em diferentes lugares. Para o autor “são os exemplos que mostram quais fatos e quais categorias de fatos levam a uma determinada conclusão” (PROPP, 1992, p.17).

O linguista faz uma série de questionamentos sobre as definições feitas até então a respeito da essência da comicidade. Dessa forma, em um primeiro momento, além de criticar a abstração existente nas teorias a respeito da comédia advindas da metodologia dedutiva, ele busca esclarecer a falha nas definições do cômico e do trágico da visão aristotélica. Segundo ele, Aristóteles costumava tratar da definição da comédia partindo da significação da tragédia, sendo a comédia o seu oposto, pois, na concepção dos antigos gregos, o trágico tinha um significado prioritário. Para Propp, esse é um entendimento muito ultrapassado, visto que o cômico possui uma grande importância na arte e na vida social, devendo, portanto, ser analisado por si mesmo e enquanto tal, sem que seja comparado a outro fenômeno.

⁷ Nikolai Vasilievich Gógol foi um importante escritor do Império Russo e suas obras são consideradas herança da literatura russa. Toda a sua obra é fundada no realismo, com vestígios do que viria a ser o surrealismo.

Outra observação feita por Propp diz respeito à falta de conceituação da especificidade do cômico nas teorias existentes. Um exemplo disso é quando se afirma serem cômicos os defeitos⁸ das pessoas. Todavia, é evidente que nem todos os defeitos são cômicos. Desse fato, o autor desenvolve um postulado metodológico, que diz: “Em cada caso isolado é preciso estabelecer a especificidade do cômico, é preciso verificar em que grau e em que condições um mesmo fenômeno possui, sempre ou não, os traços da comicidade” (PROPP, 1992, p.20).

Propp defende duas premissas principais. Na primeira, ele afirma que o homem ri. A partir dessa premissa, é possível estabelecer a segunda, que diz que o riso e o cômico não são abstratos, já que são elementos que fazem parte do comportamento humano. Assim sendo, o autor organiza seus estudos elaborando uma tipologia de riso, baseando-se sempre na psicologia do riso e na percepção do cômico. Para ancorar sua teoria, Propp (1992) adota as noções dos diferentes aspectos do riso defendidas pelo historiador soviético Iurêniev:

O riso pode ser alegre ou triste, bom e indignado, inteligente e tolo, soberbo e cordial, indulgente e insinuante, depreciativo e tímido, amigável e hostil, irônico e sincero, sarcástico e ingênuo, terno e grosseiro, significativo e gratuito, triunfante e justificativo, despudorado e embaraçado. Pode-se ainda aumentar esta lista: divertido, melancólico, nervoso, histérico, gozador, fisiológico, animalesco. Pode ser até um riso tétrico (IURÊNIEV apud PROPP, 1992, p. 27).

Partindo, então, da noção de que diferentes aspectos da comicidade levam a diferentes tipos de riso, da mesma forma que diferentes aspectos de riso correspondem aos diferentes tipos de relações humanas, Propp (1992) elabora uma classificação do riso em seis categorias. São elas: riso de zombaria, riso bom, riso maldoso, riso alegre, riso ritual e riso imoderado ou desenfreado, sendo o principal deles o riso de zombaria, por estar permanentemente ligado à esfera do cômico e por ser o riso mais comumente observado no cotidiano.

Dando ênfase, em um primeiro momento, ao riso de zombaria, Propp pretende estabelecer do que as pessoas riem e o que pode ser considerado ridículo para elas.

⁸ Entendamos a palavra “defeito”, adotada por Propp (1992), como as características e os atributos humanos considerados fora dos padrões ditos “normais” pela sociedade.

[...] é possível rir do homem em quase todas as suas manifestações. [...] Podem ser ridículos os aspectos da pessoa, seu rosto, sua silhueta, seus movimentos. Podem ser cômicos os raciocínios em que a pessoa aparenta pouco senso comum; um campo especial de escárnio é constituído pelo caráter do homem, pelo âmbito de sua vida moral, de suas aspirações, de seus desejos e de seus objetivos. Pode ser ridículo o que o homem que diz, como manifestação daquelas características que não eram notadas enquanto ele permanecia calado. Em poucas palavras, tanto a vida física quanto a vida moral e intelectual do homem podem tornar-se objeto de riso (PROPP, 1992, p.29).

O riso de zombaria acontece, então, na presença de duas grandezas: de um objeto ridículo e de um sujeito que ri, embora haja condições de ordem histórica, cultural, social e até mesmo pessoal para o desencadeamento do riso. Há, ainda, que se considerar que há pessoas ou grupo de pessoas que são mais propensas ao riso, como é o caso da maioria dos adolescentes e jovens, humoristas natos, entre outros. De acordo com Propp, o riso de zombaria acontece a partir do desmascaramento de defeitos ocultos da vida interior e espiritual do homem, e o riso é um tipo de resposta ou punição que a natureza nos dá por esse defeito. Nas palavras de Hartmann, “A comicidade repousa nas fraquezas e nas misérias humanas” (HARTMANN apud PROPP, 1992, p.44).

O riso de zombaria também pode ter relação com a natureza física do homem. Sempre que vemos nos indivíduos, antes de mais nada, seus atributos físicos, e rimos deles, estamos praticando o riso de zombaria. Entretanto, é importante notar que nem todas as manifestações de natureza física são propensas ao riso, pois isso também dependerá do contexto em que estão inseridos o objetivo ridículo e o ser ri dele, devendo ser levado em conta o que prevalece na situação: o princípio espiritual ou o princípio físico do indivíduo. Nessa conjectura, Propp afirma que “o riso é uma arma de destruição: ele destrói a falsa autoridade e a falsa grandeza daqueles que são submetidos ao escárnio” (PROPP, 1992, p.46).

Também são vistas como cômicas e alvo do riso de zombaria as diferenças: “toda particularidade ou estranheza que distingue uma pessoa do meio que a circunda pode torná-la ridícula” (PROPP, 1992, p.59). A esse respeito, Propp diz ser o tipo de ocorrência cômica mais difícil de se explicar, pois, desde Aristóteles, se afirma que o disforme é cômico, mas não se explica com clareza porque isso acontece.

O homem possui certo instinto do devido, do que ele considera norma. Essas normais referem-se tanto ao aspecto exterior do homem quanto à norma da vida moral e intelectual. O ideal de beleza exterior, ao que parece, define-se como necessidade da natureza. É exteriormente bela a pessoa de compleição proporcional e harmoniosa, ou seja, de compleição que corresponde aos atributos da saúde humana – de força, de agilidade, de destreza, de capacidade para uma atividade completa (PROPP, 1992, p.59).

Conforme já afirmado, os defeitos humanos são cômicos. No entanto, só provocam o riso de zombaria aqueles defeitos que não geram piedade e compaixão. A velhice e a doença, por exemplo, são casos que, na maioria das vezes, não suscitam o riso. Portanto, segundo já assegurava Aristóteles, nem todo defeito é cômico.

Após sua explanação a respeito do riso de zombaria, Propp volta a afirmar a existência de outros tipos de riso e a importância de conhecê-los para compreender totalmente a natureza do riso e da comicidade. Então, em primeiro lugar, é preciso identificar do que as pessoas riem, pois fica claro que elas não riem apenas dos defeitos desvelados. Todavia, é evidente, também, que o riso de zombaria é o tipo fundamental de riso, sendo todos os outros tipos observados raramente. O autor indica que o riso pode se dividir em dois gêneros: um que contém a derrisão e o outro não.

Iniciando a classificação dos tipos de riso em que não ocorre derrisão, o primeiro a ser abordado é o riso bom. O linguista afirma, inicialmente, que o riso bom pode surgir de modo totalmente inesperado, principalmente naquelas situações em que o objetivo não é escarnecer de quem se ri, mas, sim, sorrir com ela. Essas pessoas com quem sorrimos geralmente são aquelas a quem amamos ou sentimos simpatia. Por isso, “um pequeno defeito não provoca condenação, mas pode, ao contrário, reforçar um sentimento de afeto e simpatia (PROPP, 1992, p.152). A base psicológica do riso bom está centrada no humor inofensivo e é desprovida de intenções maldosas.

O segundo tipo de riso é o riso maldoso. Para o autor, esse riso pode ser facilmente explicado como o contrário do riso bom. No riso mau, os defeitos, mesmo que só aparentes ou inventados, são vistos de forma ampliada, alargando os sentimentos ruins pela pessoa de quem se ri. Os indivíduos que praticam o riso maldoso são aqueles que veem a vida negativamente, que somente são capazes de enxergar os aspectos ruins e, por isso, esse riso não está ligado a comicidade. Esse tipo de riso acontece, por exemplo, diante de idosos que possuem dificuldades motoras, ou de

deficientes por suas dificuldades do cotidiano, quando alguém se machuca seriamente, e em tantas outras situações em que haja total falta de empatia pelo outro.

O riso alegre é outro tipo de riso sem derrisão, sugerido por Propp (1992). Mas esse riso, ao contrário dos anteriores, não está ligado à comicidade e nem à identificação de defeitos do ser de quem se ri, sobretudo, esse riso “constitui uma questão de caráter mais psicológico do que estético” (PROPP, 1992, p.162). Dessa forma, o riso alegre acontece sem haver necessariamente uma causa e surge dos pretextos mais insignificantes. Um exemplo apontado pelo autor é o riso do recém-nascido, que é capaz de se alegrar com a maioria das coisas que está em sua volta. Além dos recém-nascidos, há pessoas que levam esta disposição ao riso alegre até a fase adulta de suas vidas. Por fim, o riso alegre “elimina qualquer emoção negativa e a torna impossível, ele apaga a cólera e a ira, vence a perturbação e eleva as forças vitais, o desejo de viver e de tomar parte na vida” (PROPP, 1992, p.163).

O quarto tipo de riso trata-se do riso ritual. Para o autor, esse tipo de riso eleva a capacidade de viver e faz parte, obrigatoriamente, de alguns ritos. Atualmente, este riso é considerado como falso, artificial e sem aprovação. Contudo, este mesmo riso já foi visto pelos antigos estudiosos como obrigatório, uma cerimônia indispensável para se viver. Ele era essencial como o choro, mas de forma contrária. Por fim, como o próprio nome já diz, o riso ritual é parte ativa na vida das pessoas e, mesmo sem sentir alegria, as pessoas expõem o riso como forma de felicidade.

O último tipo de riso é o imoderado ou desenfreado. Esse tipo de riso é classificado segundo o seu grau de intensidade e suas gradações o definem como desenfreado. Segundo Propp, o riso imoderado é aquele que ocorre nas praças, em festas e nas diversões populares, por um determinado período de tempo. Este riso incontrolável não zomba e nem satiriza, ele apenas demonstra a satisfação do ser humano.

Para finalizar, o autor assume que a caracterização total do riso está longe de ser esgotada e que os aspectos abordados em seus estudos dão uma noção aproximada das principais variedades do riso.

Para nós são importantes os aspectos de riso ligados, direta ou indiretamente, ao problema da comicidade e, nesse caso, não há a

necessidade de uma lista preparada empiricamente, mas é suficiente estabelecer algumas categorias fundamentais (PROPP, 1992, p.171).

Percebemos em *Comicidade e Riso* um trabalho mais específico, que trata a respeito do cômico e do risível por meio do estabelecimento de categorias mais particulares do riso, o que facilita e enriquece as pesquisas vigentes na área do humor, inclusive o presente trabalho.

2.3 O HUMOR RESILIENTE

Conforme observado no capítulo anterior, muitos autores se dedicaram a analisar os mecanismos que geram a comicidade e o riso nas interações. A partir desses estudos, compreende-se que o humor está constantemente presente no cotidiano e fica evidente que o cômico e o risível podem ser desencadeados a partir de diversas situações, mas que eles surgem, principalmente, naquelas ocasiões em que algo ou alguém é ridicularizado.

Em estudos mais atuais, os conceitos sobre o humor foram ampliados e afastaram-se um pouco da concepção predominantemente adotada. Chegamos a um tipo de ocorrência cômica chamada de humor resiliente. É comum que, ao ouvirmos o termo “humor”, nos venha em mente algo bom e positivo, uma situação divertida que tem como resultado final o riso. É provável, também, que associemos a virtude da comicidade às pessoas muito bem-humoradas e que não apresentam adversidades aparentes. Mas nem sempre é assim que acontece, e esse é o caso do humor resiliente.

Para compreender a fundo do que se trata o humor resiliente, devemos entender de onde vêm os termos que compõem essa expressão. Conforme já constatado nas seções anteriores, definir especificamente o conceito de humor não é uma tarefa fácil, no entanto Santos (2014, p.28) postula que o conceito da palavra humor advém do termo “cômico”, que pertence ao campo da estética filosófica e significa “a capacidade de suscitar o riso ou de divertir”. De acordo com o dicionário Aurélio, a palavra humor

deriva do latim *humoris* e pode ser classificada como veia cômica, ditos e gestos engraçados, comicidade e graça.

Já o substantivo resiliência, também segundo o dicionário Aurélio, deriva do latim *resilientia* e pode ser classificado de três maneiras: no âmbito da física, como a característica mecânica que define a resistência dos choques de materiais; ainda no campo da física, como a propriedade de alguns materiais de voltarem à sua forma original após terem sofrido alteração elástica; e em um sentido figurado, como a capacidade de se adaptar com facilidade aos infortúnios da vida. Para este estudo, o sentido figurado da palavra apresentado pelo dicionário é o que se mostra mais pertinente.

Para Yunes (2003), a resiliência é parte do movimento de estudos chamado “psicologia positiva”, que focaliza os aspectos saudáveis dos seres humanos e, por isso, ela é vista como um fenômeno indicativo de vida saudável. Para a autora, “a resiliência é frequentemente referida por processos que explicam a “superação” de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações” (YUNES, 2003, p.1). Yunes afirma, ainda, que o termo resiliência na língua portuguesa, mais especificamente no campo das ciências humanas e sociais, é pouco utilizado, porém vem sendo bastante pesquisado sob o ponto de vista teórico e metodológico dentro da comunidade científica. Para Taboada et al. (2006), o mesmo não acontece nas áreas de exatas e das ciências biológicas, já que a palavra é bastante utilizada para se tratar da resistência de diversos materiais. Nas palavras dos autores:

O termo resiliência tem sua origem na Física e Engenharia, sendo um dos seus precursores o inglês Thomas Young. Nesta área, resiliência é a capacidade de um material para receber uma energia de deformação sem sofrê-la de modo permanente. Já nas ciências humanas, poderíamos definir inicialmente resiliência como a capacidade que alguns indivíduos apresentam de superar as adversidades da vida (TABOADA et al., 2006, p.105).

De acordo com os autores Taboada et al. (2006), a resiliência pode ser definida a partir de dois polos: adaptação e superação. O primeiro polo consiste em manter-se saudável apesar das adversidades, manter o estado de equilíbrio mediante os

conflitos. No segundo polo, a postura resiliente é capaz de proporcionar ao indivíduo um conjunto de qualidades que ele já tinha ou que passa a incorporar à sua vivência, tais como: otimismo, senso de humor, flexibilidade, bom traquejo social, autoestima, autoconfiança, empatia, esperança em relação ao futuro, entre outras.

Tais atributos visam uma otimização de recursos a serem utilizados frente a situações de intenso estresse. A resiliência não pode ser compreendida, nesse caso, como uma simples ausência de sintomas esperados frente a situações de intenso estresse e adversidade, muito menos como um processo de esquiva frente a uma situação de risco (TABOADA et al., 2006, p.106).

Tanto a história da humanidade quanto os acontecimentos da sociedade atual são marcados por ocorrências calamitosas e são várias as circunstâncias que podem ocasionar o desequilíbrio emocional dos indivíduos e um nível intenso de estresse, por exemplo, a falta de tempo, o consumismo, o culto ao corpo, entre tantas outras dificuldades atuais. Segundo Soares (2011), diante dessas situações, muitas pessoas têm reações intrapsíquicas e recorrem a tratamentos e medicamentos para amenizar suas angústias. Todavia, o humor é uma virtude dos seres humanos e que nos acompanha, podendo neutralizar certos acontecimentos traumáticos. Para a autora, estamos vivenciando um processo de entristecimento que é fruto da sociedade atual, e o humor pode ser um grande aliado para a aceitação da realidade e enfrentamento das dificuldades.

O humor exige mudança de atitude mental e perspectivas, não tem poder de cura sobre a saúde física ou distúrbios psíquicos, mas contribui significativamente para a busca por uma melhor qualidade de vida, amenizando os pensamentos depressivos, bem como aliviando estresse e tensões. Situações que provocam riso conduzem a um bem-estar, um estado de descontração que de uma forma ou outra ajuda a manter sobre controle sentimentos negativos e evita que as pessoas permaneçam focadas em seus conflitos (SOARES, 2011, p.7).

Silva (2010) também aborda o humor como fator de resiliência. Para ele, o senso de humor é uma importante forma de enfrentamento às diversidades e aumenta a chance de superação. O psicólogo afirma, ainda, que o humor é um procedimento defensivo e que nos ajuda a aceitar melhor os acontecimentos. Para ele, “ser bem-humorado facilita os relacionamentos, atrai mais pessoas, mas também exige um gasto maior de

energia. Enfrentar todas as situações de bom humor e conseguir reduzir as tensões das situações conflituosas não é para todos” (SILVA, 2010, p. 1).

Sem dúvidas, compreender o sentido do humor como enfrentamento é uma incógnita. São nessas situações mais adversas que o pesquisador Vitor Gomes⁹ busca compreender os desencadeamentos do humor, o que ele ponderou chamar de humor resiliente¹⁰. Para Gomes (2008), os principais questionamentos a respeito desse tipo de humor são: “Afiml, de que maneira efetivamente isso acontece? De que forma alguém que é marcado pela dor/tormenta/sofrimento pode continuar a sua existência permanecendo bem-humorado?” (GOMES, 2008, p.14).

Para responder a tais questionamentos, Gomes (2008) é guiado por alguns conceitos de Bergson (1900 [1987]) e inicia os seus estudos classificando o humor resiliente como “o humor específico que ajuda a auxiliar no processo de resiliência psicológica” (GOMES, 2008, p.15). O autor também faz questão de enfatizar o papel fundamental do humor na resistência à adversidade, seja como uma forma de amenizar o sofrimento, transformando a dor em comicidade, ou pela necessidade que temos de sorrir. Segundo ele,

O humor é uma maneira/possibilidade/singularidade de sobrevivência e de recomeço depois das adversidades, mas também é uma possibilidade de entretenimento, mero entretenimento, valioso entretenimento que nos ajuda a ficar mais leves e com menos bagagem em nossa caminhada existencial, cujos passos podem ser lentos, por vezes passos para o lado, passos de retorno ou passos para frente, mas, acima de tudo, passos que são muito menos doloridos quando temos em nosso cantil a água do humor, que hidrata e nos mantém vivos e enfrentativos [...] (GOMES, 2008, p.23-24).

O conceito de insensibilidade de Bergson (1900 [1987]) é considerado por Gomes (2008) o fator essencial para constituição do humor resiliente, uma vez que devemos nos afastar momentaneamente de nossa existência para que possamos ver de forma bem-humorada os acontecimentos. Para Gomes (2008), esse é o conceito norteador do humor resiliente, visto que, para tornar cômica a adversidade, devemos realizar um

⁹ Vitor Gomes é mestre e doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Sua dissertação e tese foram defendidas, respectivamente, em 2004 e 2008. Este autor é um dos pioneiros no estudo que une a resiliência psicológica ao humor.

¹⁰ O autor Vitor Gomes explica que “humor resiliente” foi um termo criado sob orientação do Prof. Dr. Hiran Pinel, seu orientador de doutorado, sendo a junção dos conceitos de “humor” e “resiliência psicológica”.

afastamento sentimental delas. Nesse sentido, Gomes (2008) compreende o humor resiliente como um tipo específico de humor que nos ajuda na relação com as vicissitudes diárias, desencadeando uma relação amigável com a vida durante e após o acontecimento negativo. Esse tipo de humor pode tornar cômico e abrandar o efeito destruidor das situações desagradáveis.

Por meio da linguagem do humor é possível que demonstremos ironia, sarcasmo e a nossa insatisfação com o outro. Gomes afirma que o objetivo do humor resiliente é exatamente o contrário: a finalidade desse tipo de humor é demonstrar aceitação e afeto pelo outro, uma vez que só gostamos de rir e nos divertir junto de pessoas a quem temos afeto, carinho e respeito. Por isso, o riso no humor resiliente jamais levará ao escárnio, mas, sim, ao companheirismo e a compreensão dos problemas do outro, que também podem, em algum momento, ser os nossos.

Uma questão interessante apresentada na tese de Gomes é o fato de o humor resiliente não partir apenas de uma pessoa para a outra, mas também surgir do próprio indivíduo que se encontra em consternação. Assim, as pessoas podem ironizar a si mesmas, fazer piadas e brincadeiras com sua própria existência “ridícula”, zombar de algum problema pessoal e até mesmo de algum defeito físico, com o intuito de se autopreservarem das condições em que se encontram. O resultado dessa atitude, segundo o autor, é o autoconhecimento, a elevação da autoestima e a autoaceitação, em uma sociedade que, muitas vezes, discrimina e exclui os indivíduos que não se adequam às normas e aos padrões impostos. Não obstante, Silva (2010) acredita que “rir de sua própria desgraça é uma arte e quem consegue isso ganha uma força interior maior” (SILVA, 2010).

A partir das leituras propostas nessa seção sobre o humor resiliente, percebemos que existe um rico aparato teórico a respeito desse tipo de humor. Essa teoria nos proporciona as bases para realizar análises que ilustram esse fenômeno, sobretudo nos cartuns do nosso *corpus* de pesquisa, pois o autor Ricardo Ferraz se mostra totalmente resiliente ao tratar do assunto “deficiência” por meio de relatos humorísticos, como ilustra o cartum 2 a seguir.

Cartum 2



Fonte: Ferraz (2006, p.45)

Entre os assuntos abordados no livro “*Visão e Revisão. Conceito e Preconceito.*”, está o tema “Espaço urbano e barreiras arquitetônicas”. Ferraz (2006) ilustra, no cartum 2, uma situação comum no espaço urbano: a presença de objetos e obstáculos que dificultam o direito de ir e vir dos deficientes. Ao caminhar pela rua, o deficiente acaba esbarrando em um telefone público e pronuncia a seguinte expressão popular: “O que vem de baixo não me atinge... U!!!”. Apesar da seriedade do problema relatado, ele é abordado pelo autor de forma bem-humorada e irônica, o que pode suscitar o riso em quem lê, confirmando as afirmações de Gomes (2008). Essa atitude, de fazer piada com o próprio problema, é vista como resiliente, ou melhor, como uma manifestação do humor resiliente, e os cartuns de Ferraz (2006) são exemplos da materialização desse tipo de humor.

Lins e Gonçalves (2013), na epígrafe deste capítulo, afirmam que o humor provoca uma atitude do homem diante da sociedade. No decorrer do capítulo, percebemos que essas atitudes podem passar pela insensibilidade e pelos diversos tipos de riso, inclusive pelo riso de aceitação e afeto pelo outro, o riso resiliente. Assim, para finalizar, ainda nas palavras de Lins e Gonçalves (2016), podemos afirmar que “buscar sentido no humor como enfrentamento é possível e unir este estudo às teorias linguísticas é muito enriquecedor para a área” (LINS; GONÇALVES, 2016, p.46).

O quadro abaixo propõe um breve resumo a respeito das definições sobre o humor inseridas neste capítulo.

Quadro 1 – Quadro sobre as definições de humor e seus respectivos autores.

BERGSON (1900 [1987])	PROPP (1992)	HUMOR RESILIENTE (GOMES 2008)
<ul style="list-style-type: none"> • A significação do cômico; • Objetivo: compreender o que seria de fato o riso e o que há no cerne do risível; <p>PRINCIPAIS PREMISSAS: Não existe comicidade fora do que é humano; O homem é o único animal que ri e que faz rir; Há um insensibilidade no riso; O riso acontece, principalmente, quando estamos em grupo; O riso e o humor podem ter um conteúdo de denúncia e serem críticos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reflexão a respeito dos efeitos cômicos e do risível; • Estabelece uma tipologia para o cômico; <p>PRINCIPAIS PREMISSAS: O homem ri; O riso e o cômico não são abstratos.</p> <p>Tipologia de riso: riso de zombaria, riso bom, riso maldoso, riso alegre, riso ritual e riso imoderado ou desenfreado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação dos conceitos sobre o humor; • Resiliência: capacidade de se adaptar com facilidade aos infortúnios da vida; • O humor pode ser um grande aliado para a aceitação da realidade e o enfrentamento das dificuldades, aumentando a chance de superação; • Conceito de insensibilidade de Bergson;

Fonte: Quadro elaborado pela autora deste trabalho com base nos autores Bergson (1900 [1987]), Propp (1992) e Gomes (2008).

3 O GÊNERO TEXTUAL CARTUM

Um cartum vale milhares de palavras para um povo a quem se nega as primeiras letras. (Paulo Francis)

Segundo Marcuschi (2008), os gêneros textuais são alvos de pesquisas desde a Antiguidade grega, sobretudo em Aristóteles, no campo dos estudos literários. Para o filósofo grego, os gêneros eram fixos e imutáveis em relação a sua forma e conteúdo, podendo ser classificados como dramático, épico e lírico. Os outros enunciados ou tipos de textos eram classificados como não literários. Todavia, na linguística moderna de Bakhtin (1952-1953 [2003]), essa noção de gênero é revisitada e há uma ampliação dos estudos que passam a considerar a natureza verbal do enunciado e dos seus tipos. Para Bakhtin (1952-1953 [2003]), os indivíduos se comunicam e interagem na sociedade por meio dos gêneros textuais, sejam eles orais ou escritos, que podem ser tão variados quanto os campos da atividade humana. Assim, “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 1952-1953 [2003], p.280, grifos do autor).

Apesar de adotar a expressão “gêneros do discurso” em suas obras, para este trabalho, optamos pelo uso do termo “gênero textual”, respaldando-nos em Marcuschi (2008), que afirma:

Não vamos discutir se é mais pertinente a expressão “gênero textual” ou a expressão “gênero discursivo” ou “gênero do discurso”. Vamos adotar a posição de que todas essas expressões podem ser usadas intercambiavelmente, salvo naqueles momentos em que se pretende, de modo explícito e claro, identificar algum fenômeno específico” (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Vale destacar que a partir da reflexão feita por Bakhtin (1952-1953 [2003]), estudiosos de áreas como a Sociologia, a Etnografia, a Retórica e, é claro, a Linguística se apropriaram da noção de gênero, passando a entendê-la como uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, em suas formas multimodais de realização. Por isso, atualmente, os estudos sobre os gêneros se efetivam de forma interdisciplinar.

Nesse contexto, “o trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas” (MARCUSCHI, 2008, p.149).

Assim, Bakhtin justifica a extrema heterogeneidade dos gêneros textuais pautado nas inesgotáveis possibilidades da atividade humana. É justamente por essa característica, e por serem relativamente estáveis, que os gêneros podem ser ampliados e sofrer modificações, a depender do contexto sócio-histórico em que estão inseridos. Nessa perspectiva, novos gêneros podem surgir, desaparecer por desuso ou, até mesmo, evoluir para outros gêneros textuais que atendam às finalidades da comunicação em seu contexto situacional comunicativo.

É nessa conjuntura que se encontra o gênero textual história em quadrinhos, doravante HQ. De acordo com Lins e Gonçalves (2013), os textos em quadrinhos apresentam uma modalidade própria da linguagem e atuam com dois elementos gráficos, o verbal e o visual. Para Taffarello (2014), as histórias em quadrinhos se configuram como um gênero multimodal e sua leitura “exige, particularmente, a descrição dos elementos verbais e visuais, a saber, os signos icônicos, que remetem à analogia com o real, os signos plásticos (cor, textura, forma) e os de contorno (balões, por exemplo)” (TAFFARELLO, 2014, p.87).

Em seus estudos, Ramos (2009) afirma que as histórias em quadrinhos se configuram como um campo maior, um hipergênero, que agrega outros subgêneros. Para exemplificar, o autor sugere que as histórias em quadrinhos seriam como um grande guarda-chuva que abarca diferentes gêneros autônomos com características comuns, como, por exemplo, os gibis, as caricaturas, as tiras, as charges e os cartuns.

Temos postulado que as charges, as tiras cômicas e os cartuns, bem como os outros gêneros dos quadrinhos, compostos por narrativas mais longas, compõem um campo maior, um hipergênero, que anteciparia informações comuns tanto para autor quanto para leitor, a saber: utilização de uma linguagem própria, a dos quadrinhos; tendência a uso de narrativas; adequação a formatos gráficos pré-estabelecidos (RAMOS, 2014, p. 71).

No que diz respeito às nomenclaturas desses gêneros, é possível que ocorra uma certa confusão devido à dificuldade em se compreender as características de cada

um deles, podendo haver uma classificação descuidada. Essa classificação indiscriminada dos gêneros dos quadrinhos “pode criar expectativas diferentes de leitura e trazer confusão no processo de compreensão textual” (RAMOS, 2009, p.357).

Dentro desse universo dos gêneros associados às histórias em quadrinhos, está aquele que denominamos cartum. O cartum configura-se como um gênero genuinamente humorístico e tem como meio de veiculação jornais, redes sociais, blogs, livros e salões de humor. Apesar disso, há quem diga, segundo Ramos (2013), que o cartum está em processo de extinção, pois os jornais já não dão o mesmo destaque ao gênero. Contudo, o autor relativiza essa visão e defende que, apesar do pouco espaço nos jornais, o cartum vem conquistando cada vez mais destaque em outros meios de circulação, sobretudo nos que são ligados à internet.

Ainda segundo Ramos (2013), entre os gêneros dos quadrinhos ligados ao humor gráfico - cartum, charge e tira-, o cartum é o que possui menos prestígio. No Brasil, tanto os jornais quanto as pesquisas acadêmicas sempre priorizaram os estudos das charges e das tiras, principalmente as cômicas, ficando o cartum subordinado e à margem desses gêneros, sendo abordado apenas para mencionar as características textuais das charges e as diferenças entre eles. A saber, a principal diferença entre cartum e charge diz respeito ao assunto abordado: a charge faz menção a algum acontecimento jornalístico da atualidade, já o cartum aborda temas mais amplos e atemporais.

Em um breve panorama histórico, de acordo com Iannone e Iannone (1994), a palavra cartum é um aportuguesamento da palavra inglesa *cartoon*, que significa esboço ou modelo desenhado em cartão. De acordo com os autores, a princípio, os cartuns eram compostos apenas por desenhos simples e de fácil entendimento. Com o crescimento da divulgação desses trabalhos, criou-se uma grande concorrência e rivalidade entre os cartunistas, o que impulsionou a criação de novos modelos. A partir desse fato, os cartuns passaram a apresentar características bem semelhantes às do gênero histórias em quadrinhos, como a presença de falas, sequência de quadros, e personagens.

Em uma classificação mais específica, Lins e Gonçalves (2013) definem o cartum da seguinte maneira: “arte de, através de desenhos em um quadro (às vezes esse quadro

pode ser dividido em mais quadros), representar com humor, em apenas uma cena, fatos, pessoas, ideias, críticas, denúncias, etc (LINS; GONÇALVES, 2013, p.52). Já o Dicionário de Gêneros Textuais de Costa (2012) classifica o gênero cartum da seguinte maneira:

[...] Como gênero do domínio jornalístico, passou a ser usado como desenho humorístico ou satírico veiculado, em geral, por jornais e revistas. Acompanhado ou não de legenda, de caráter extremamente crítico, retrata, de forma bastante sintetizada, algo que envolve o dia a dia de uma sociedade. Trata-se de um desenho humorístico ou caricatural, ou seja, uma espécie de anedota gráfica, geralmente destinada a publicação, que satiriza comportamentos humanos. [...] provoca riso através da crítica humorística – muitas vezes, mordaz, satírica e irônica -, do comportamento humano, suas fraquezas, hábitos e costumes. Esse riso pode ser alcançado pelo jogo criativo de ideias, por um achado humorístico ou pelo uso inteligente do trocadilho (COSTA, 2012, p.56).

Para exemplificar as definições expostas anteriormente sobre o gênero textual, consideremos o cartum a seguir, que integra o nosso *corpus* de pesquisa.

Cartum 3



Fonte: Ferraz (2006, p.58)

Esse texto pode ser classificado como um cartum por diversos motivos, sendo alguns deles: ele atua com dois elementos gráficos – o verbal e o visual; ele é composto por falas, por um quadro e por personagens; ele possui um cunho humorístico; e ele representa, em apenas uma cena, um tema amplo e atemporal: a luta dos deficientes contra as barreiras impostas pela sociedade.

Por isso, é possível dizer que o cartum constitui-se como um forte instrumento de crítica social, ao abordar os mais diversos assuntos ligados à sociedade e levar-nos à uma reflexão sobre eles. Pode ser considerado, também, um forte formador de opinião, devido ao seu cunho humorístico e aos seus elementos surpresas que desencadeiam o riso no interlocutor. É também por meio desse cunho humorístico dos textos em cartum que os conceitos são compartilhados e as estratégias textuais-argumentativas são construídas, influenciando indiretamente seus leitores.

Vimos até aqui os principais conceitos teóricos que nortearão a análise dos cartuns de nossa pesquisa. No próximo capítulo, trataremos sobre a natureza do *corpus* e a metodologia de análise, parte primordial do nosso trabalho, tendo em vista que expõe os caminhos, os métodos e os procedimentos realizados na execução da análise científica.

4 NATUREZA DO *CORPUS* E METODOLOGIA DE ANÁLISE

4.1 SELEÇÃO DO *CORPUS*

Esta pesquisa elegeu, como *corpus* de análise, uma série de 41 cartuns publicados no livro “*Visão e Revisão. Conceito e Preconceito*”¹¹, do autor Ricardo Ferraz. Justifica-se a escolha desses cartuns por serem textos criados por um autor deficiente e que falam sobre a questão do preconceito à deficiência. Os cartuns em questão são resultado de duas décadas de produção do autor e abordam diversas temáticas ligadas ao dia a dia das pessoas com deficiência, uma vivência marcada pelo preconceito e pela desinformação, o que nos leva a refletir sobre a atual situação dos deficientes em nossa sociedade, sobretudo no Brasil.

Para a organização da coletânea¹², Ricardo Ferraz (2006) elabora uma divisão dos cartuns por temas, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 2 – Divisões por temas dos cartuns do livro *Visão e Revisão. Conceito e Preconceito*.

TEMÁTICA	QUANTIDADE DE CARTUNS
Barreiras culturais e sociais	22
Sexualidade	9
Barreiras arquitetônicas	10

Fonte: Quadro elaborado pela autora deste trabalho com base no livro de Ferraz (2006).

A partir da divisão por temáticas elaboradas pelo autor, consideramos importante organizar o *corpus* dessa pesquisa, também, a partir de sua categorização temática, fazendo uma adaptação, a partir das implicaturas percebidas na análise dos dados

¹¹ A primeira versão do livro “*Visão e Revisão. Conceito e Preconceito*” foi lançada no ano 2000. Para compor o *corpus* deste trabalho, utilizamos a terceira edição, lançada em 2006.

¹² Na descrição de seu livro, o autor também o classifica como “coletânea de cartuns temáticos”, por isso, em alguns momentos, também iremos adotar essa nomenclatura.

selecionados, de acordo com o que nos ensinam os pressupostos teóricos de Grice (1975 [1982]) e Sperber e Wilson (1995 [2001]). Deste modo, apresenta-se o quadro a seguir.

Quadro 3 - Divisão por implicaturas dos cartuns do livro “*Visão e Revisão. Conceito e Preconceito*”.

Implicaturas		Quantidade de Cartuns
1	“Deficientes encontram barreiras arquitetônicas”	10
2	“Deficientes representam um peso para a família”	2
3	“Deficientes físicos não fazem sexo”	4
4	“Deficientes não podem se relacionar com pessoas sem deficiência”	4
5	“Deficientes são vistos como incapazes”	3
6	“Deficientes físicos não têm suas deficiências compreendidas/aceitas”	7
7	Outros temas	11

Fonte: Quadro elaborado pela autora deste trabalho com base no livro de Ferraz (2006).

O livro “*Visão e Revisão. Conceito e Preconceito*” é composto por uma seleção de cartuns criados pelo autor entre os anos de 1981 e 2001, que contém, segundo ele, fatos observados em seu cotidiano. Nas palavras do autor, “Os cartuns deste livro não são ficção. Qualquer semelhança é mera realidade... ou absurdo?!” (FERRAZ, 2006). O cartum, por sua própria natureza composicional, constitui-se como um gênero capaz de influenciar seus leitores e levá-los a um questionamento sobre o assunto abordado, por meio da linguagem bem-humorada e crítica. Nesse sentido, os cartuns de Ricardo Ferraz foram criados como uma alternativa de levar à população uma mensagem de conscientização e reflexão a respeito das dificuldades enfrentadas diariamente pelas pessoas com deficiência. A abordagem artística desta temática nos faz refletir sobre

o lugar dos deficientes na sociedade atual, já que eles representam uma parte significativa da população.

É importante citar que os estudos sobre o tema "deficiência" são extremamente relevantes no quadro atual. Há um número crescente de deficientes no Brasil, e de acordo com o último Censo Demográfico, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, o país possui cerca de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que representa 23,9% da população total. Para Ferraz (2006), o alto índice de pessoas com deficiência é reflexo, principalmente, dos acidentes de trânsito, de trabalho, da violência urbana, das doenças congênitas e sociais.

Para fins de contagem, o IBGE considera o sistema de Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF, divulgada pela Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO) em 2001, "que entende a incapacidade como um resultado tanto da limitação das funções e estruturas do corpo quanto da influência de fatores sociais e ambientais sobre essa limitação" (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010). Assim, no Censo Demográfico de 2010, buscou-se identificar as deficiências permanentes dos tipos mentais ou intelectuais, visuais, auditivas e motoras, e seus graus de severidade, levando em conta, também, o uso de facilitadores¹³: óculos, aparelho auditivo ou aparelhos auxiliares, como a bengala. Os resultados dessas pesquisas podem ser melhor visualizados na tabela abaixo.

¹³ Nos casos em que o entrevistado declarou fazer uso de objetos facilitadores e afirmou não ter qualquer dificuldade permanente para enxergar, ouvir ou se locomover, ele não foi considerado deficiente para fins de contagem.

Tabela 1 – Distribuição percentual da população residente, por tipo de deficiência, segundo o sexo e os grupos de idade – Brasil – 2010.

Sexo e grupos de idade	Distribuição percentual da população residente (%)						
	Total (1) (2)	Tipo de deficiência					Nenhuma destas deficiências (3)
		Pelo menos uma das deficiências enumeradas (1)	Visual	Auditiva	Motora	Mental ou intelectual	
Total	100,0	23,9	18,8	5,1	7,0	1,4	76,1
0 a 14 anos	100,0	7,5	5,3	1,3	1,0	0,9	92,5
15 a 64 anos	100,0	24,9	20,1	4,2	5,7	1,4	75,0
65 anos ou mais	100,0	67,7	49,8	25,6	38,3	2,9	32,3
Homens	100,0	21,2	16,0	5,3	5,3	1,5	78,8
0 a 14 anos	100,0	7,3	4,8	1,4	1,0	1,0	92,7
15 a 64 anos	100,0	22,2	17,1	4,5	4,5	1,6	77,8
65 anos ou mais	100,0	64,6	47,3	28,2	30,9	2,8	35,4
Mulheres	100,0	26,5	21,4	4,9	8,5	1,2	73,5
0 a 14 anos	100,0	7,8	5,9	1,3	1,0	0,7	92,2
15 a 64 anos	100,0	27,6	23,1	4,0	6,8	1,2	72,4
65 anos ou mais	100,0	70,1	51,7	23,6	44,0	3,0	29,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez. (2) Inclusive as pessoas sem declaração destas deficiências. (3) Inclusive a população sem qualquer tipo de deficiência.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).

Apesar do elevado número de deficientes em nosso país, a participação desses indivíduos no meio social ainda é limitada e esse fato acarreta uma espécie de “invisibilidade” dessas pessoas. Apesar disso, o direito à inclusão tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões sobre dos direitos humanos, o que culminou em uma legislação específica no Brasil, A Lei 13.146/2015, conhecida como a Lei de Inclusão. Ela considera como pessoa com deficiência:

Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.1).

Essa lei brasileira regulamenta os direitos fundamentais das pessoas com deficiência e objetiva a diminuição da desigualdade, para que nenhum deficiente se sinta discriminado ou impedido da plena participação social.

Contudo, aos que convivem ou aos que esporadicamente se deparam com os deficientes, ainda restam dúvidas e preconceitos relacionados à posição que eles ocupam na sociedade, o que os deixam cada vez mais à margem e os impedem de ter uma participação plena no meio social. Por isso, os cartuns selecionados para compor o *corpus* deste trabalho expõem os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência e sua luta pela plena inclusão. Com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre a questão, a arte é utilizada por Ricardo Ferraz como bandeira de resgate à cidadania e para suscitar uma consciência humanizadora, em que os deficientes alcancem a plena participação e a igualdade de direitos.

4.2 O AUTOR RICARDO FERRAZ

O *corpus* deste trabalho é composto por série de cartuns presentes no livro “*Visão e Revisão. Conceito e Preconceito*”, criada pelo professor de educação artística e cartunista capixaba Ricardo Ferraz. O autor focaliza em suas produções as dificuldades e os preconceitos sofridos pelos deficientes no convívio social, visando à conscientização e a educação da população em relação às pessoas representadas nos cartuns. A condição de pessoa com deficiência de Ricardo Ferraz é o que enriquece ainda mais suas produções, pois, assim, ele apresenta com propriedade todas os fatos relatados, já que ele mesmo enfrenta situações parecidas.

Nascido em 1952, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES, Ricardo Ferraz encontrou no desenho uma forma de superar suas dificuldades pessoais e lutar por uma sociedade mais inclusiva. Aos 5 anos de idade, o autor contraiu poliomielite, que o privou do convívio com outras crianças e o deixou sem os movimentos totais dos membros inferiores. Foi por meio do desenho que Ferraz encontrou uma forma de se distrair nos momentos em que estava impossibilitado de fazer outras atividades. O

autor, que começou a desenhar de forma simples¹⁴, hoje é reconhecido nacional e internacionalmente por suas obras.

Sua primeira atuação efetiva em favor da inclusão social dos deficientes aconteceu em 1981, mesmo ano escolhido pela ONU como o “Ano Internacional das Pessoas com Deficiência”, com o tema central “Participação plena e igualdades”. Segundo o autor, nessa época, pouco se falava a respeito dos conceitos de inclusão social e a sociedade via o deficiente de forma assistencialista e paternalista. Ferraz foi convidado para articular uma associação da categoria dos deficientes em sua cidade e foi a partir desse momento que ele se reconheceu verdadeiramente como deficiente físico e teve a oportunidade de conhecer muitas realidades semelhantes à sua.

Indignado com a segregação e com os reflexos da ignorância e do preconceito, Ferraz, que já fazia cartuns para um jornal local, teve a ideia de abordar, também, a difícil realidade dos deficientes em suas produções. A proposta de sua arte era “não generalizar e nem dramatizar, mas fazer cócegas na sensibilidade” (FERRAZ, 2006, p.9). Em pouco tempo, os cartuns ficaram conhecidos em todo o Brasil e Ferraz teve importantes participações em instituições, como na fundação da Associação Capixaba de Pessoas com Deficiência (ACPD). O cartunista também participou de vários concursos, vencendo quatro vezes o “Concurso de Vinhetas (plim-plim)”, promovido pela Rede Globo de Televisão. Após estas vitórias, seu trabalho foi exibido por diversas emissoras, inclusive pelo SBT na campanha do Teleton, em prol da AACD.

Atualmente, Ricardo Ferraz realiza exposições itinerantes por todo o país, levando parte de suas obras e suas experiências pessoais como deficiente físico para diversos públicos. Seus desenhos possuem visibilidade e são bastante difundidos em sites e blogs. A ampla divulgação dos cartuns desse autor e sua história de superação nos leva a contabilizar importantes conquistas e a principal delas é a conscientização dos próprios deficientes sobre seus direitos e a compreensão da necessidade de mobilização em prol de uma sociedade menos preconceituosa e mais inclusiva.

¹⁴ O autor Ricardo Ferraz relata que utilizava papel de embrulho de pão e um pedaço de carvão para desenhar e ali surgiu o seu amor pela arte.

4.3 MÉTODO DE ANÁLISE

A proposta metodológica que envolve esta pesquisa tem como objetivo promover uma análise qualitativa e interpretativa do *corpus*. Inserido no campo da Pragmática, este estudo baseia-se, principalmente, nas noções teóricas a respeito das condições gerais que se aplicam à conversação e nos postulados sobre a linguagem humorística. O objetivo principal da análise é verificar de que modo o preconceito é expresso numa construção de discurso humorístico em cartuns. Isto posto, foram delimitadas três etapas de pesquisa.

A primeira diz respeito ao levantamento bibliográfico feito nos 3 primeiros capítulos dessa dissertação sobre as teorias utilizadas na análise do *corpus*, entre elas estão os pressupostos sobre o campo de estudos da Pragmática, a Teoria da Conversação de Grice (1975 [1982]) com seu Princípio da Cooperação e as Implicaturas Conversacionais, o Princípio e a Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1995 [2001]), os estudos sobre a linguagem do humor e as constatações sobre o gênero textual cartum. O estudo aprofundado dessas teorias é necessário para a fundamentação dos conceitos que são utilizados na análise.

Em um segundo momento, no item 4.1 deste capítulo, é elaborada uma categorização do *corpus* de acordo com a implicatura apresentada em cada cartum, com o objetivo de criar uma tipologia que nos possibilite conhecer, de um modo geral, a obra de Ricardo Ferraz. Assim, mesmo que não se analisem todos os cartuns presentes na obra de forma individual, tem-se uma visão geral das abordagens feitas pelo autor. Dessa forma, há os macrotemas, criados pelo autor e expostos também no item 4.1, e as categorizações, elaboradas a partir das possíveis implicaturas suscitadas por meio da análise das falas dos personagens e dos itens visuais.

Por fim, é desenvolvida uma análise do *corpus*. De um total de 41 cartuns publicados, são selecionados 7 para uma análise mais detalhada. Os cartuns foram selecionados sob o critério de detecção de implicaturas, conforme a Quadro 2 (p. 82), sendo escolhidos um de cada implicatura, de acordo com as seguintes categorizações: “Deficientes encontram barreiras arquitetônicas”, “Deficientes representam um peso para a família”, “Deficientes físicos não fazem sexo”, “Deficientes não podem se

relacionar com pessoas sem deficiência”, “Deficientes são vistos como incapazes”, “Deficientes físicos não têm suas deficiências compreendidas/aceitas” e a implicatura “Deficientes e seus problemas não são interesse dos políticos”, contida na categorização “Outros temas”. Essas implicaturas são elencadas para uma análise mais aprofundada por constituírem abordagens sociais muito importantes dentro da obra do autor Ricardo Ferraz. Esse estudo está baseado no quadro teórico citado e nas categorizações elaboradas a partir das implicaturas presentes nos textos, a fim de verificar como a Relevância Pragmática é alcançada dentro de um ato comunicativo, a partir das interações existentes nesses cartuns.

Os cartuns selecionados são analisados a partir do cruzamento entre a Teoria das Implicaturas (GRICE (1975 [1982]) e a Teoria da Relevância (SPERBER E WILSON (1995 [2001]), em consonância com os estudos sobre a linguagem humorística desenvolvidos por Bergson (1900 [1987]), Propp (1992) e Gomes (2008). Nessa conjectura, os procedimentos de análise adotados foram: (I) aplicação dos princípios da Teoria da Relevância, descrevendo os *inputs* visuais, os *inputs* linguísticos e as prováveis premissas e conclusões implicadas a partir da junção desses *inputs*. (II) observação do Princípio da Cooperação, analisando como acontecem as quebras de máximas e a geração das implicaturas conversacionais nos cartuns; (III) aplicação das teorias do humor nas situações apresentadas nos cartuns.

A partir do exposto, no próximo capítulo, são apresentadas as análises pragmáticas do *corpus*.

5 RELEVÂNCIA E HUMOR RESILIENTE NA LEITURA DOS CARTUNS DE RICARDO FERRAZ

Neste capítulo, realizamos uma análise aprofundada de sete cartuns do *corpus* de pesquisa à luz dos pressupostos teóricos da Pragmática e das teorias do humor, tal como apresentamos nos capítulos anteriores. Esse estudo é realizado de modo qualitativo e interpretativo, seguindo as indicações metodológicas propostas no capítulo anterior.

Buscamos descrever e analisar as informações implicadas (GRICE (1975 [1982]), ou seja, as implicaturas geradas a partir da interpretação dos cartuns, que é o conteúdo de interesse da Pragmática, por se tratar do significado do falante e de suas intenções em um contexto determinado. Também é objetivo avaliar as questões de ordem psicológicas que estão envolvidas na interpretação dos cartuns, embasados na Teoria da Relevância (SPERBER E WILSON (1995 [2001])). Por fim, tencionamos utilizar as teorias do humor como forma de compreender como a linguagem humorística colabora com o propósito comunicativo do autor: expor a questão do preconceito à deficiência em seus cartuns de forma resiliente.

Na perspectiva da Teoria da Relevância (Sperber e Wilson (1995 [2001])), a interpretação dos cartuns pode ser realizada por meio de etapas dedutivo-inferenciais, já que a comunicação é uma atividade inteligente em que as elocuições não são simples sinais, mas “pedaços de evidência” a respeito do significado do falante. Sendo a meta cognitiva dos leitores a maximização da relevância da informação processada, consideremos, então, nas análises a seguir, a presença dos *inputs* visuais e dos *inputs* linguísticos disponíveis e mais relevantes que geram as implicaturas: “Deficientes encontram barreiras arquitetônicas”, “Deficientes representam um peso para a família”, “Deficientes físicos não fazem sexo”, “Deficientes não se relacionam com pessoas sem deficiência”, “Deficientes são vistos como incapazes”, “Deficientes físicos não têm suas deficiências compreendidas/aceitas” e a implicatura “Deficientes e seus problemas não são interesse dos políticos”.

5.1 ANÁLISE RELEVANTISTA DA IMPLICATURA: “DEFICIENTES ENCONTRAM BARREIRAS ARQUITETÔNICAS”

Cartum 4



Fonte: Ferraz (2006, p.37)

De acordo com Sperber e Wilson (1995 [2001]), ao lermos o cartum 4, criado pelo autor Ricardo Ferraz no ano de 1997, a compreensão de seus elementos multimodais poderá direcionar-se da seguinte maneira:

1) Identificação dos *Inputs* visuais:

1.1 Um cartum composto por dois requadros:

1.1.1 Primeiro requadro: há dois personagens que estão em um ambiente aberto e ambos aparentam ser homens da pré-história, mais especificamente do período da Idade da Pedra, já que os objetos representados no cartum são ferramentas rudimentares, provavelmente feitas de pedra, como a cadeira de roda utilizada pelo primeiro personagem e o martelo que está na mão do segundo. Além disso, o vestuário dos personagens é típico da época e os pelos corporais também remontam à pré-história.

1.1.2 Primeiro personagem: é deficiente físico e aparece sentado numa

cadeira de “rodas quadradas”. Mantém uma aparência de atenção ao que o outro personagem expressa.

1.1.3 Segundo personagem: está em pé e na frente do personagem deficiente. Ergue, com uma das mãos, um martelo rudimentar feito de pedra e demonstra estar feliz.

1.2 Segundo requadro: apresenta dois personagens já da época moderna, fato que pode ser confirmado a partir da representação da cadeira de rodas em um *design* mais moderno, pela aparência dos homens e pelas roupas que são usuais nos dias atuais. A cena está inserida em um local aparentemente público, em que existe uma escada que separa os personagens.

1.2.1 Primeiro personagem: é deficiente físico e está sentado em uma cadeira de rodas na parte inicial da escada. Está olhando para o outro personagem e aparenta estar confuso em relação às afirmações e gestos feitos por ele.

1.2.2 Segundo personagem: está no topo da escada, olhando e apontando para o deficiente que está no início dela. Sua expressão demonstra sua insatisfação e raiva ao se deparar com o cadeirante.

2) Identificação dos *Inputs* linguísticos:

2.1 Primeiro requadro: o homem que está em pé diz: “A roda!!! Solução!!”.

2.2 Segundo requadro: o homem que está no topo da escada diz: “A roda! Problema!”.

Ao finalizarmos essa primeira identificação dos *inputs* visuais e verbais disponíveis e mais relevantes no cartum 4, conforme elucida a Teoria da Relevância (Sperber e Wilson (1995 [2001])), o leitor, no processo interpretativo, é capaz de proceder a junção dessas entradas, buscando na memória enciclopédica dados que podem ser empregados como conclusões implicadas. As citadas a seguir podem ser algumas delas:

3) Prováveis premissas e conclusões implicadas:

3.1 No primeiro requadro, o personagem que está em pé acredita que a roda é a solução para os problemas de mobilidade humana, sobretudo do cadeirante que está ao seu lado, e isso aparentemente o deixa bastante satisfeito.

3.2 No segundo requadro, o personagem que está no topo da escada e fica irritado ao perceber que há um cadeirante no início dela, impossibilitado, obviamente, de acessar o local pretendido. Por esse motivo, o homem sem deficiência acredita que a roda, ou melhor, a cadeira de rodas seja um problema à arquitetura existente no local.

Por meio dessas premissas e conclusões implicadas, que têm como base os *Inputs* visuais e linguísticos, além de nossas suposições contextuais, é possível analisar que, de fato, os deficientes físicos encontram barreiras arquitetônicas. O primeiro requadro, que remete à Idade da Pedra, ilustra a satisfação do homem da antiguidade ao descobrir a roda, um mecanismo extraordinário que promoveu uma revolução não somente no campo dos transportes, mas, também, em outros campos, como o da comunicação, e que impulsionou o progresso humano. Ainda no primeiro requadro do cartum, a invenção da roda também representa um avanço ao modelo de cadeira de rodas do deficiente, sendo a solução para o problema da falta de mobilidade do cadeirante, e, por isso, o homem que pensa no novo mecanismo fica entusiasmado. A premissa implicada no segundo requadro do cartum gira em torno da problemática a respeito das barreiras arquitetônicas encontradas pelos deficientes cotidianamente, mais especificamente pelos cadeirantes. A situação relatada nos leva a concluir que os cadeirantes ainda enfrentam situações desagradáveis em relação à arquitetura urbana que não é projetada com vistas a esses indivíduos.

Realizando uma análise com base na noção de implicaturas conversacionais sugerida por Grice (1975 [1982]), afirmamos que, mesmo não havendo uma quebra aparente de máximas nas falas do cartum, o que é dito comunica muito além do que é de fato falado pelos personagens em poucas palavras. Nesse sentido, o leitor interpreta todas as falas como cooperativas em algum nível e busca encontrar uma relação entre a informação dada e a informação pretendida. Assim, interpretamos que a intenção do autor dos quadrinhos provavelmente é

dizer que, apesar de ser considerada como um grande avanço para os deficientes físicos, a cadeira de rodas ainda é avaliada como um problema para aqueles que projetam o acesso a alguns locais, não havendo, em muitos deles, a adaptação correta dos espaços com a inserção de rampas, por exemplo.

Outros cartuns de Ferraz (2006) ilustram e confirmam, conforme premissas do Princípio da Cooperação Grice (1975 [1982]), a implicatura “Deficientes encontram barreiras arquitetônicas”. Essa falta de condições necessárias aos deficientes físicos para que transitem adequadamente pelos espaços urbanos podem ser, também, confirmados nos cartuns a seguir.

Cartum 5



Fonte: Ferraz (2006, p.38)

Cartum 6



Fonte: Ferraz (2006, p.46)

A leitura dos cartuns 4, 5 e 6 com base nas teorias do humor, sobretudo nos postulados de Bergson (1900 [1987]), nos auxiliam a direcionar a compreensão do texto por meio de uma visão bem-humorada e resiliente. No entanto, devemos levar em conta a segunda consideração feita pelo filósofo a respeito da linguagem humorística. Para ele, há uma insensibilidade que acompanha o riso e, por isso, mantemos um certo distanciamento da causa para descobrir uma certa graça. Essas situações de exclusão contra os deficientes retratadas nos cartuns são exemplo disso. Para encontrar a veia cômica do texto, precisamos, de uma certa maneira, sermos indiferentes ao real problema, e identificarmos os traços de humor presentes no cartum.

Concluídas, assim, as análises da implicatura "Deficientes encontram barreiras arquitetônicas", estudamos, a seguir, a implicatura "Deficientes representam um peso para a família" sob as mesmas perspectivas teóricas.

5.2 ANÁLISE RELEVANTISTA DA IMPLICATURA: "DEFICIENTES REPRESENTAM UM PESO PARA A FAMÍLIA"

Cartum 7



Fonte: Ferraz (2006, p.16)

Baseados nas perspectivas de Sperber e Wilson (1995 [2001]), a interpretação do cartum 7, datado do ano de 1981, pode ser realizada a partir da identificação dos seguintes itens:

1) Identificação dos *Inputs* visuais:

- 1.1 Um homem. Está em pé e segura uma caneta e uma prancheta, anotando alguma informação. Ele está olhando para os outros três personagens que estão à sua frente.
- 1.2 Uma mulher. Está em pé e segura pelo ombro duas crianças. Aparenta estar tranquila.
- 1.3 Primeira criança: é um menino e está em pé ao lado esquerdo da mulher. Ele olha para o homem com a prancheta na mão e aparenta estar confuso.
- 1.4 Segunda criança: é uma menina e está em pé ao lado esquerdo da mulher.

Ela mantém uma feição tranquila.

1.5 Em um segundo plano do cartum, há um cadeirante em um cômodo, que está trancado por grade e cadeado. O personagem deficiente está com um curativo no rosto e mantém um semblante triste.

1.6 Pela configuração da situação retratada, a interação parece acontecer em um local público.

2) Identificação dos *Inputs* linguísticos:

2.1 O homem com a prancheta na mão pergunta: “Quantos filhos?”.

2.2 A mulher que está com as crianças responde: “Dois!”.

2.3 O menino que está próximo à mulher pensa: “E o Zeca?!”.

Realizando a junção dos *inputs* visuais aos *inputs* linguísticos identificados na leitura do cartum 7, acreditamos que o leitor possa chegar às seguintes conclusões implicadas:

3) Prováveis premissas e conclusões implicadas:

3.1 O primeiro personagem, o homem que está em pé e com uma prancheta na mão, está, possivelmente, realizando uma pesquisa, que visa a identificar algum fator para a caracterização da população. Por isso, ele pergunta à mulher quantos filhos ela tem.

3.2 A mulher, por sua vez, diz que tem dois filhos. Com essa resposta, concluímos que as crianças que ela segura pelo ombro são seus filhos.

3.3 O pensamento do menino, o filho da mulher, denuncia que ela está mentindo. Na verdade, a mulher tem três filhos, e o terceiro deles é o cadeirante.

3.4 Zeca é o nome do filho deficiente que está trancafiado em casa.

3.5 A mãe esconde que tem um terceiro filho por conta de sua deficiência.

A identificação dos *inputs* visuais e verbais que propiciam a construção de premissas e conclusões implicadas nos leva a inferenciar, no cartum 7, mais uma problemática

social relacionada aos deficientes. Trata-se de uma mãe que, ao ser questionada sobre o número de filhos, acaba não declarando ter um filho deficiente. Esse tipo de postura, segundo Ferraz (2006), não é incomum, sendo grande o número de famílias que ocultam os seus deficientes por diversos motivos. Nesse cartum, parece que a mulher esconde a existência de um de seus filhos por vergonha, contudo há também casos em pessoas protegem seus familiares deficientes para evitar que eles lidem com a exclusão, com o preconceito e com a discriminação em locais públicos.

Realizando uma leitura com vistas a identificar os conceitos do Princípio da Cooperação de Grice (1975 [1982]) no cartum 7, confirmamos a existência da implicatura "Deficientes representam um peso para a família". A personagem, ao proferir uma resposta não verdadeira, fere o PC e quebra a Máxima da Qualidade, gerando uma implicatura conversacional.

Outro cartum do autor também confirma a implicatura dessa seção. Indivíduos deficientes nem sempre são bem aceitos dentro das famílias. Muitas vezes, elas não estão preparadas para conviver e cuidar dos deficientes e de suas necessidades. No cartum abaixo, essa situação é relatada.

Cartum 8



Fonte: Ferraz (2006, p.17)

Para Propp (1992), é possível rir do homem em quase todas as suas situações. Assim, observando os cartuns 7 e 8 sob a ótica da psicologia do riso e da percepção do cômico, é possível dizer que diferentes aspectos da comicidade levam a diferentes tipos de riso e, nesses casos, o tipo de riso suscitado pode ser visto como um riso triste, indignado, cordial, amigável, terno, entre outros, que demonstram o fator de resiliência que o autor busca imprimir em suas obras. Ainda de acordo o linguista, o riso pode surgir a partir do desmascaramento de defeitos ocultos da vida do homem e esse tipo de riso também se enquadra na análise dos cartuns 7 e 8. Nas palavras de Hartmann, já citadas na página 67 deste trabalho, “A comicidade repousa nas fraquezas e nas misérias humanas” (HARTMANN apud PROPP, 1992, p.44).

No próximo tópico, realizamos o estudo da implicatura conversacional “Deficientes físicos não fazem sexo”, em outros cartuns do *corpus*.

5.3 ANÁLISE RELEVANTISTA DA IMPLICATURA: “DEFICIENTES FÍSICOS NÃO FAZEM SEXO”

Cartum 9



Fonte: Ferraz (2006, p. 31).

Reportando à Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1995 [2001], 2005), no que se refere aos estímulos presentes mais relevantes nos cartuns, pode-se observar os seguintes *inputs* visuais e verbais:

1) Identificação dos *Inputs* visuais:

1.1 um cadeirante, que demonstra estar bem feliz.

1.2 um bebê, que está no colo do cadeirante.

1.3 o homem o ergue para cima, caracterizando uma brincadeira;

1.4 o bebê está com os braços abertos e também aparenta estar feliz;

1.5 duas mulheres que observam a cena:

1.5.1 Mulher 1: a primeira mulher está olhando para o cadeirante e para a criança com um aspecto de irritação.

1.5.2 Mulher 2: a segunda mulher está aparentemente com uma face irônica.

1.6 o ambiente em que ocorre a cena é provavelmente um local público.

2) Identificação dos *Inputs* linguísticos:

2.1 a Mulher 1 diz: “Seu filho?! Não parece nada com você!”;

2.2 a Mulher 2 conjectura: “O nariz é do padeiro, a boca é do...”

Após a identificação dos *inputs* visuais e dos *inputs* linguísticos, o leitor realiza a junção dessas entradas e busca em sua memória enciclopédica informações que podem ser empregadas como conclusões implicadas para esse cartum. As mais prováveis a serem efetivadas estão listadas a seguir:

3) Prováveis premissas e conclusões implicadas:

3.1 o cadeirante é o pai da criança que está em seu colo;

3.2 a Mulher 1, que está com a expressão irritada, ao perguntar se o bebê é filho do cadeirante e, logo depois, afirmar que ele não se parece com o pai, está querendo dizer que o bebê não é filho do homem, pois acredita que o cadeirante não é capaz de manter relações sexuais com uma mulher e, por

isso, é incapaz de ter um filho;

3.3 a Mulher 2, que está com a expressão irônica, ao afirmar que o bebê tem aparências de outros homens, também acredita que o cadeirante não é o pai da criança, supondo que o bebê é filho de outra pessoa, fruto, talvez, de uma traição.

Por meio dessas premissas e conclusões implicadas que tiveram como base as suposições contextuais ativadas no momento da leitura, é possível perceber que, nesta cena, um preconceito em relação à deficiência física é representado. Este cartum evidencia que algumas pessoas ainda têm dúvidas em relação à vida sexual dos deficientes físicos, sobretudo, dos cadeirantes. No geral, as pessoas ainda não se habituaram a ver pais e mães cadeirantes, pois, para elas, os cadeirantes, sejam eles homens ou mulheres, são incapazes de praticarem o ato sexual, portanto, são incapazes de ter filhos.

Com base nos estudos de Grice (1975 [1982]) e em seu Princípio da Cooperação, a implicatura “Deficientes físicos não fazem sexo” é confirmada a partir da quebra de algumas máximas, sendo elas: Máxima da Quantidade, Máxima da Qualidade e a Máxima da Relação. A quebra da Máxima da Quantidade acontece na fala da Mulher 1, pois ela faz de sua contribuição mais informativa do que é requerido, já que o homem não lhe direcionou nenhuma pergunta. A Mulher 1 também rompe outra máxima, a da relação, já que seu comentário não é relevante para o seu interlocutor, e somente reafirma o seu preconceito em relação à vida sexual do deficiente. Para o autor, a aplicabilidade das máximas não está condicionada apenas ao fenômeno da fala, mas se estende a outras esferas não ligadas diretamente aos diálogos, por isso, o pensamento da Mulher 2 também se enquadra na análise das máximas, pois ela não seguiu a Máxima da Qualidade, formulando hipóteses para as quais não poderia fornecer evidência adequada.

Em relação a categoria “Deficientes físicos não fazem sexo”, o *corpus* de análise é composto por outros cartuns que também dão origem e confirmam essa implicatura.

Cartum 10



Fonte: Ferraz (2006, p.27).

Cartum 11



Fonte: Ferraz (2006, p.30).

Baseados na primeira premissa do autor Bergson (1900 [1987]), percebemos que, de fato, não existe comicidade fora do que é humano, e o preconceito representado nos

cartuns 9, 10 e 11 só pode ser visto sob uma ótica cômica a partir do momento em que o leitor dispõe de um espírito tranquilo e bem articulado, deixando de lado, por alguns instantes, a afeição que sente pelo indivíduo ou pela causa. Nesse sentido, percebemos que Ferraz (2006), ao criar cartuns cômicos, dispõe de resiliência psicológica, pois é capaz de representar uma situação séria em forma de um cartum bem-humorado.

5.4 ANÁLISE RELEVANTISTA DA IMPLICATURA: “DEFICIENTES NÃO PODEM SE RELACIONAR COM PESSOAS SEM DEFICIÊNCIA”

Cartum 12



Fonte: Ferraz (2006, p.29).

Ao realizarmos a leitura do cartum 12, sua compreensão poderá direcionar-se pelos passos seguintes:

- 1) Identificação dos *Inputs* visuais:

- 1.1 um homem, aparentemente sem deficiência, com aspecto de apaixonado;
- 1.2 uma mulher cadeirante grávida, que também aparenta estar apaixonada;
- 1.3 o homem sem deficiência empurra a cadeira de rodas em que está a mulher, que representativamente é sua parceira;
- 1.4 três homens que observam a cena:
 - 1.4.1 Homem 1: está falando e apontando para o casal com expressão de raiva.
 - 1.4.2 Homem 2: está olhando para o casal de modo crítico.
 - 1.4.3 Homem 3: olha para o casal com um ar de lamentação.
- 1.5 o ambiente em que ocorre a cena é, provavelmente, um local público.

2) Identificação dos *Inputs* linguísticos:

- 2.1 o Homem 1 diz: “Só um monstro é capaz de fazer isto com a coitadinha!”;
- 2.2 o Homem 2 diz: “Tarado!”;
- 2.3 o Homem 3 diz: “Pena de morte!!”.

Com a junção dos *inputs* visuais aos *inputs* linguísticos, o leitor acessa em sua memória enciclopédica alguns conhecimentos e a compreensão é alcançada quando ele infere a evidência apresentada, sendo as conclusões mais prováveis que se efetivem as listadas abaixo:

3) Prováveis premissas e conclusões implicadas:

- 3.1 o homem sem deficiência e a mulher cadeirante mantém uma relação amorosa;
- 3.2 a mulher está grávida e o pai da criança é o homem que está junto com ela;
- 3.3 os três homens acreditam que a mulher, por ser deficiente física, é indefesa e, por isso, não tem capacidade física de manter relações sexuais. A

situação se agrava quando o seu parceiro é uma pessoa dita “normal”, o que configura um abuso à mulher deficiente, que é vista como fraca e incapaz de se defender.

Pode-se afirmar, então, a partir das premissas e conclusões implicadas, que o preconceito com os deficientes ainda é uma realidade no meio social. O cartum 12 nos apresenta o preconceito sofrido pelo casal formado por um indivíduo deficiente e outro sem deficiência. Algumas pessoas acreditam que essa configuração de casal não é adequada, pois a visão que se tem dos deficientes é que são inválidos e indefesos – confirmado pelo uso da expressão “coitadinha” -, o que pode ser considerado um abuso por parte do parceiro sem deficiência. Nesse sentido, há um grave equívoco, principalmente no que se refere à sexualidade dos deficientes, que, muitas vezes, é reprimida até mesmo por pessoas próximas a eles, como uma forma de autoproteção.

As premissas do Princípio de Cooperação de Grice (1975 [1982]) nos permitem constatar o estabelecimento da implicatura “Deficientes físicos não fazem sexo” em consequência da quebra de algumas máximas. Com base na cena representada, verificamos que os três personagens que criticam o casal rompem em alguma medida com as máximas conversacionais. Os homens deixam de seguir a Máxima da Quantidade no momento em que dizem mais do que é solicitado na interação. Os três também rompem com a Máxima da Qualidade, na medida em que proferem informações falsas a respeito da personalidade do parceiro da cadeirante, taxado de “monstro” e “tarado” sem que haja uma evidência de que ele realmente tenha tais características. Consequentemente, a Máxima da Relação não é respeitada e os comentários não são pertinentes para a situação comunicativa, o que afirma, mais uma vez, o preconceito à deficiente e ao seu parceiro.

Outros cartuns do livro “*Visão e Revisão. Conceito e Preconceito.*” reforçam a ideia defendida pelo autor na forma da implicatura “Deficientes não podem se relacionar com pessoas sem deficiência”, como os inseridos a seguir.

Cartum 13



Fonte: Ferraz (2006, p.14).

Cartum 14



Fonte: Ferraz (2006, p.28).

O estudo da linguagem do humor em evidência nos cartuns dessa categorização pode ser baseado nos postulados de Propp (1992), já que esse autor afirma que as particularidades que distinguem uma pessoa do meio em que ela vive pode torná-la

alvo de riso, mesmo que esse fato seja o tipo de ocorrência cômica mais complexa de ser explicada. De acordo com a classificação dos tipos de riso, nos cartuns 12, 13 e 14, alguns tipos de riso podem surgir, como o riso de zombaria, o riso bom, o riso alegre, o riso ritual e até mesmo o riso maldoso, quando os leitores não têm empatia pelas questões relatadas. Por isso, mesmo que ainda não se tenha clareza para explicar porque o disforme e o diferente são vistos como cômicos, Ferraz (2006) faz uso dessa estratégia humorística, de modo a mostrar-se resiliente diante dos acontecimentos de preconceito e discriminação contra os deficientes.

5.5 ANÁLISE RELEVANTISTA DA IMPLICATURA: “DEFICIENTES SÃO VISTOS COMO INCAPAZES”

Cartum 15



Fonte: Ferraz (2006, p.32).

Procedendo a leitura do cartum acima com base na Teoria da Relevância (1995 [2001]), o processamento das informações importantes pode ser encaminhado da seguinte maneira:

1) Identificação dos *Inputs* visuais:

- 1.1 Um local que aparenta ser um restaurante pela presença de cardápio, garçom e duas pessoas sentadas à mesa.
- 1.2 Um homem, sentado à mesa, que segura o cardápio em suas mãos, aparentemente escolhendo o seu pedido.
- 1.3 Um homem em pé à beira da mesa, vestido de forma parecida com um garçom, que olha e toca a cabeça de uma mulher, cliente do estabelecimento.
- 1.4 Uma mulher cadeirante, também sentada à mesa, com um ar de questionamento ao ser tocada em sua cabeça pelo garçom.

2) Identificação dos *Inputs* linguísticos:

- 2.1 O garçom profere: “Vai papá né?”.

A partir da identificação desses *inputs* visuais e linguísticos, o leitor construirá e processará suposições em seu ambiente cognitivo, sempre baseado na propriedade da relevância. As seguintes premissas e suposições podem ser constatadas:

3) Prováveis premissas e conclusões implicadas:

- 3.1 O homem e a mulher que se encontram sentados à mesa estão em um restaurante.
- 3.2 Assim que o garçom chega para atendê-los, ele tem uma atitude típica de quem fala com uma criança: ele passa a mão na cabeça da personagem deficiente e pergunta se ela vai “papá”, uma expressão infantilizada do verbo “almoçar” ou “alimentar”.
- 3.3 Essa atitude do garçom demonstra que ele pressupõe que a mulher possui algum tipo de deficiência intelectual também, ou que ela tem algum tipo de retardo que a impede de compreender totalmente a situação daquele momento.

A situação explicitada no cartum 15 também demonstra um preconceito comum a

respeito dos deficientes. Algumas pessoas atrelam a deficiência física às deficiências mental e/ou intelectual, tratando os deficientes, sejam eles quais forem, de maneira infantilizada. Essa atitude, impulsionada pela falta de informação, faz com que alguns deficientes sejam considerados incapazes de realizar atividades comuns, como estudar, estar no mercado de trabalho e até mesmo de realizar atitudes tão simples como a de se alimentar de forma normal.

No processo interpretativo da conversação (Grice, 1975 [1982]), há dois fenômenos bastante diferentes: dizer e implicar. Contudo, esses elementos devem estar sempre juntos para que haja uma compreensão relevante e completa da interpretação. O *input* linguístico do texto se trata de uma única frase: “*Vai papá né?*”. No entanto, essa pequena locução, evidentemente, diz muito além do que está simplesmente representado nessas palavras. A quebra da Máxima da Relevância é evidente, pois o que é dito pelo garçom não é relevante para o momento da interação, já que ninguém direciona a ele nenhum tipo de pergunta e, aparentemente, não é lhe dada nenhuma abertura para que faça esse comentário. Assim, ao romper com a Máxima da Relação, a implicatura “Deficientes são vistos como incapazes” fica em evidência e é confirmada a suposição da seção.

Outros dois textos que também ilustram a implicatura deste tópico são os cartuns 16 e 17:

Cartum 16



Fonte: Ferraz (2006, p.18).

Cartum 17



Fonte: Ferraz (2006, p.19).

Bergson (1900 [1987]) nos ensina que o riso é um fato social que tem significado apenas quando está inserido dentro de um contexto sócio-histórico e temporal. Nessa

conjectura, Gomes (2008) diz o cômico se inicia a partir do momento em que o inesperado se apresenta dentro desse contexto. Por isso, os cartuns acima têm a capacidade de suscitar o riso, já que as situações fogem ao esperado por seus leitores. Enfim, para Soares (2011), o humor tem a capacidade de tornar a realidade mais tolerável a partir do momento em que nos dispomos a vê-la de outras maneiras, de uma forma mais positiva, e é assim que Ferraz (2006) tenta expor em suas obras as dificuldades sofridas pelos indivíduos deficientes.

5.6 ANÁLISE RELEVANTISTA DA IMPLICATURA: “DEFICIENTES FÍSICOS NÃO TÊM SUAS DEFICIÊNCIAS COMPREENDIDAS/ACEITAS”

Cartum 18



Fonte: Ferraz (2006, p.25).

Levando em consideração o contexto de interação e os conhecimentos partilhados pelos leitores, o processamento das informações contidas no cartum 17 poderá encaminhar-se pelas seguintes etapas:

1) Identificação dos *Inputs* visuais:

- 1.1 Homem 1: está em pé. Segura um livro escrito “Curso de Alemão”. Aparece estar apreensivo. Olha e aponta o dedo para trás, indicando

para um terceiro rapaz que se aproxima.

- 1.2 Homem 2: também está em pé. Aparentemente conversa com o homem 1. Segura um livro escrito “Curso de Russo”. Aparenta estar preocupado. Olha para trás e também observa a aproximação de outro rapaz.
- 1.3 Homem 3: se aproxima dos dois homens que estão conversando. Faz movimentos com as mãos.
- 1.4 O local em que ocorre a cena é público. Há um muro próximo aos homens com uma pichação e alguns prédios na parte de trás do muro.

2) Identificação dos *Inputs* linguísticos:

- 2.1 O homem 1 profere: “Lá vem o mudinho. Eu não entendo nada o que ele “fala”!”.
- 2.2 O homem 2 responde: “Eu também. Vamos sair de fininho!”.
- 2.3 A pichação no muro diz: “*I Love You*”.
- 2.4 Os prédios na parte de trás do muro possuem em suas faixadas as seguintes identificações: “Curso de Inglês”, “Curso de Alemão”, “Curso de Japonês”, “Curso de Russo” e “Curso de Árabe”.

Visando alcançar a meta da cognição humana, que é a relevância ótima, os leitores desse cartum podem chegar às seguintes premissas e conclusões implicadas:

3) Prováveis premissas e conclusões implicadas:

- 3.1 O homem 1 faz curso de Alemão.
- 3.2 O homem 2 faz curso de Russo.
- 3.3 O homem 1 e o homem 2 provavelmente são colegas e estão conversando.
- 3.4 O homem 1 percebe a aproximação do outro rapaz e avisa ao seu colega.
- 3.5 O rapaz que se aproxima é deficiente auditivo e fala em Libras.
- 3.6 Os amigos não sabem falar em Libras.
- 3.7 Apreensivos com a chegada do rapaz, os homens sugerem ir embora,

para que não tenham que se comunicar com o deficiente.

3.8 Os prédios exibidos nos cartuns são locais em que são ministradas aulas dos idiomas indicados nas faixadas.

3.9 Apesar de haver cursos de vários idiomas, não há um curso de Libras.

3.10 Os rapazes têm interesse em aprender outros idiomas, mas não a linguagem de sinais.

Neste cartum, elaborado por Ferraz no ano de 1987, é relatado um fato que ainda se faz bastante atual em nossa sociedade. Apesar dos mais de 30 anos de criação do cartum, a situação relatada por ele e que envolve a aprendizagem e a valorização da Língua Brasileira de Sinais em nosso país ainda é muito discrepante se comparada ao interesse por outras línguas estrangeiras, como o inglês e o espanhol. A partir da Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, o país passa a reconhecer a Libras como língua oficial da comunidade surda. Apesar disso, pouquíssimas pessoas têm interesse real em aprender essa língua. É inegável que os direitos dos surdos têm sido alcançados com o passar do tempo, todavia ainda estão longe de serem totalmente contemplados, já que ainda temos uma sociedade pouco inclusiva e muito preconceituosa.

Realizando uma análise do cartum 17 por meio da constatação da quebra de máximas sugeridas por Grice (1975 [1982]), é possível observar que a Máxima da Qualidade é desrespeitada quando o homem 1 utiliza o referente “mudinho” para se referir ao rapaz deficiente que se aproxima. Devemos utilizar os termos deficiente auditivo ou surdo para se referir às pessoas que não ouvem, já que poucos dos surdos são surdos-mudos. A contribuição feita pelo personagem 1 não é verdadeira e a quebra da máxima cria a implicatura que nomeia o tópico: “Deficientes físicos não têm suas deficiências compreendidas/aceitas”. Essa quebra pode ter sido não intencional, já que poucas pessoas compreendem que os surdos não são mudos, e que apenas não falam oralmente por falta de treinos e exercícios.

Alguns outros cartuns de Ferraz (2006) podem ser demonstrados para que se confirme a implicatura “Deficientes físicos não têm suas deficiências compreendidas/aceitas”.

Cartum 19



Fonte: Ferraz (2006, p.24).

Cartum 20



Fonte: Ferraz (2006, p.21).

Analisando os cartuns 17, 18 e 19 sob a ótica do humor e com o objetivo de desvendar a natureza do riso e da comicidade (PROPP, 1992), é possível constatar que o riso gerado a partir da leitura dos textos acima é um riso sem derrisão, que não objetiva

tornar os personagens e as situações vivenciadas por eles alvos de escárnio, mas sim procura suscitar simpatia e afeto por aqueles que são alvos do preconceito. A base psicológica desse tipo de humor empregado por Ferraz (2006) está centrada, principalmente, no riso inofensivo e não há intenções de escárnio e discriminação, mas sim de acolhimento e compreensão.

5.7 ANÁLISE RELEVANTISTA DA IMPLICATURA: “DEFICIENTES E SEUS PROBLEMAS NÃO SÃO INTERESSE DOS POLÍTICOS”

Cartum 21



Fonte: Ferraz (2006, p.54).

A última seção deste trabalho destina-se a analisar a implicatura “Deficientes e seus problemas não são interesse dos políticos”, inserida na categorização “outros temas” e ocasionada pelo cartum 21. Para sugerir uma interpretação plausível desta obra de Ferraz (2006), datada de 1988, apresenta-se o esquema processual a seguir, de acordo com o explanado por Sperber e Wilson (1995 [2001]):

- 1) Identificação dos *Inputs* visuais:
 - 1.1 Representação da faixa do Congresso Nacional Brasileiro.
 - 1.2 Um homem cadeirante. Ele segura uma pilha de papéis. Com uma expressão de dúvida, ele imagina a faixa do Congresso Nacional Brasileiro com muitas escadas de acesso.
 - 1.3 Duas placas sinalizadoras: a primeira indica ser proibido a passagem de cadeirantes; a segunda indica a direção a ser seguida em forma de seta.

- 2) Identificação dos *Inputs* linguísticos:
 - 2.1 Pela indicação dos balões, essas falas são proferidas por pessoas que se encontram dentro do Congresso Nacional Brasileiro: “Corrupção é uma lepra!”, “O Brasil está capenga!”, “Você é débil mental!”, “Não grite, não sou surdo!” e “Só cego não vê isso!”.
 - 2.2 Abaixo da representação do Congresso Nacional Brasileiro está escrito: “Constituinte - 1988”.
 - 2.3 Na pilha de papéis que o cadeirante segura está escrito: “Emendas populares”.
 - 2.4 Na sinalização em forma de seta está escrito: “Siga a direita”.

Para que haja um entendimento totalmente satisfatório do cartum 21, o leitor deve ser capaz de fornecer premissas parecidas com as indicadas abaixo:

- 3) Prováveis premissas e conclusões implicadas:
 - 3.1 Os balões de fala apontados para o Congresso Nacional indicam que tais frases são ditas por pessoas que estão dentro do local.
 - 3.2 As pessoas que estão dentro do Congresso Nacional são, provavelmente, deputados e senadores.
 - 3.3 As construções metafóricas e as expressões idiomáticas proferidas pelos políticos demonstram que eles reproduzem frases de cunho preconceituoso a respeito de algumas doenças e dos deficientes.
 - 3.4 O cadeirante está confuso porque deseja entrar no Congresso para entregar emendas populares que permitem que ele participe mais da vida

política do país, mas se lembra que a entrada para o órgão só é possível por meio de escadas.

3.5 Além da exclusão do deficiente pela falta de acessibilidade para o Congresso, a placa também indica que não é permitida a entrada de cadeirantes.

3.6 A frase “Constituinte – 1988” no cartum indica que, mesmo o Brasil tendo se tornado um país democrático a partir da elaboração da Constituição democrática nesse ano, o que proporcionou a ampliação dos direitos e das garantias individuais, o cadeirante ainda está impedido de participar plenamente da vida pública por causa do preconceito e da falta de acessibilidade.

As premissas e conclusões implicadas a partir da interpretação dos *inputs* visuais e verbais do cartum 21 nos leva a refletir sobre uma situação relatada por Ferraz (2006) no ano de 1988, mesmo ano em que foi instituída, no país, uma nova Constituição Federal. A implicatura sugerida por esse cartum nos leva a pensar sobre os direitos e o lugar dos deficientes na sociedade democrática, já que os próprios políticos usam frases de cunho preconceituoso e depreciativo sobre algumas doenças e deficiências. Após 30 anos da instituição da Constituição de 1988 e da criação desse cartum, a crítica direcionada por ele ainda é bastante atual, tanto em relação às barreiras arquitetônicas quanto em relação às situações de exclusão, em que os deficientes, muitas vezes, não são vistos como cidadãos de direitos.

Para Grice (1975 [1982]), por trás de tudo o que falamos, sempre há uma intenção, e esta pode ser desvendada por meio da percepção das implicaturas. Analisando, então, o cartum dessa categorização com base no princípio da cooperação, é possível confirmar que há o rompimento da Máxima da Qualidade, já que as frases “Corrupção é uma lepra!”, “O Brasil está capenga!” e “Você é débil mental!” são utilizadas em seus sentidos metafóricos e não em seus sentidos reais. Nesse sentido, a quebra da Máxima da Qualidade confirma a implicatura desse tópico: “Deficientes e seus problemas não são interesse dos políticos”.

Analisando os mecanismos que geram a comicidade e o riso na situação presente no

cartum, podemos, mais uma vez, observar a presença do humor resiliente no cartum estudado. Ferraz (2006), ao abordar o assunto do preconceito a partir do uso de metáforas do cotidiano, se mostra resiliente e capaz de neutralizar esses acontecimentos desagradáveis por meio de uma visão bem-humorada das situações. Sendo assim, os tipos de risos que podem ser suscitados por esse cartum, seguindo os postulados de Propp (1992), são os risos de zombaria e o riso bom. O riso de zombaria pode surgir a partir do momento em que os aspectos físicos e as particularidades dos deficientes são ridicularizados no texto. O riso bom também pode ser suscitado, pois, ao lermos o cartum, podemos somente expressar um riso de simpatia e de compreensão por esses deficientes, sem que haja o objetivo de escarniar esses indivíduos.

Encerradas as análises dos cartuns propostos, é possível fazer algumas ponderações, de uma maneira geral, a respeito dos cartuns estudados.

Sendo a Pragmática o estudo do significado do falante, é importante levar em consideração o autor dos cartuns que compõem este trabalho e o que ele pretende nos comunicar. Nos cartuns analisados anteriormente, podemos explicar nos seguintes moldes, proposto por Santos (2014), como ocorre a atribuição da intenção do autor à comunicação:

- a) o autor “F” tem a intenção “i” de tornar manifesta “x”;
- b) Ao tornar manifesta “x”, “F” pretende causar um efeito “h” no ambiente cognitivo do ouvinte “O”;
- c) “O” deve reconhecer a intenção “i” de “F”;
- d) O reconhecimento por “O” da intenção de “i” de “F” funciona, pelo menos, como parte da razão de “O” interpretar “x”.

Em outras palavras, Ricardo Ferraz (F) intenciona (i) tornar públicas as implicaturas (x): “Deficientes encontram barreiras arquitetônicas”, “Deficientes representam um peso para a família”, “Deficientes físicos não fazem sexo”, “Deficientes não se relacionam com pessoas sem deficiência”, “Deficientes são vistos como incapazes”, “Deficientes físicos não têm suas deficiências compreendidas/aceitas” e a implicatura “Deficientes e seus problemas não são interesse dos políticos”. Ao tornar manifestas

as implicaturas (x), o autor (F) pretende causar um efeito (h) de conscientização no ambiente cognitivo de seu ouvinte (O). O ouvinte deve reconhecer a intenção (i) do autor (F). O reconhecimento do ouvinte (O) da intenção (i) do autor (F) funciona, pelo menos, como parte da razão do ouvinte (O) interpretar as implicaturas (x): “Deficientes encontram barreiras arquitetônicas”, “Deficientes representam um peso para a família”, “Deficientes físicos não fazem sexo”, “Deficientes não se relacionam com pessoas sem deficiência”, “Deficientes são vistos como incapazes”, “Deficientes físicos não têm suas deficiências compreendidas/aceitas” e a implicatura “Deficientes e seus problemas não são interesse dos políticos”.

Nesse sentido, o autor tenta fazer com que suas convicções sejam inferidas pelos leitores, apesar disso não há garantias de que eles reconheçam totalmente a sua intenção comunicativa. Os efeitos contextuais ativados pelos leitores podem levá-los a outras constatações, que se afastam do sentido real do texto: denunciar o preconceito à deficiência em suas mais diversas manifestações. De tal modo, outras interpretações também poderiam ter sido realizadas, de acordo com os efeitos contextuais ativados no momento da interpretação.

A propriedade da relevância, proposta por Sperber e Wilson, (1995 [2001]), se revela nos cartuns estudados a partir do momento em que o autor Ricardo Ferraz se mostra ostensivo o bastante para chamar a atenção de seus leitores para algumas suposições especiais relacionadas ao preconceito à deficiência. Ao perceber esse ato de ostensão, os leitores tencionam realizar o processamento das informações que obtêm, já que a ostensão sempre está acompanhada de uma garantia tácita de relevância. O reconhecimento da implicatura “x” pelo leitor “O” sugere que, dentre um conjunto de suposições possíveis geradas pelo texto, o sistema dedutivo do leitor “O” elegeu as suposições que lhes pareceram mais pertinentes, sempre com a intenção de maximizar a relevância da informação processada.

O processamento e a maximização de *inputs* para alcançar a relevância na compreensão dos cartuns são atividades que se desenvolvem automaticamente na mente dos seres humanos. A relevância se realiza a partir dos graus que ela pode assumir. O indivíduo que realiza a leitura dos cartuns e produz muitos efeitos contextuais compreende a intenção do autor e atribui a esse texto um grau de

relevância elevado. Aquele que produz poucos efeitos contextuais não o compreende ou o compreende pouco e vê no texto um grau de relevância baixo. Em outras palavras, quanto maiores forem os efeitos cognitivos positivos alcançados pelo processamento dos *inputs* de um texto, mais relevante ele será.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs, sob uma perspectiva teórica da Pragmática, a analisar o processamento cognitivo da leitura de alguns cartuns do *corpus* proposto. A partir dessa análise e retomando os objetivos e as hipóteses de pesquisa, é possível afirmar que as teorias sugeridas no quadro teórico deste trabalho são adequadas à análise do *corpus*, tendo em vista que propiciam uma interpretação das intencionalidades e das inferências na comunicação dos personagens a partir da percepção das implicaturas conversacionais.

O estudo aprofundado do *corpus* de pesquisa, sob as perspectivas de Grice (1975 [1982]) e de Sperber e Wilson (1995 [2001, 2005]), possibilitou descrever as condições gerais que se aplicam à conversação e os procedimentos de interpretação humana nos cartuns propostos. Vale afirmar que essas análises ainda são preliminares e restritas, já que analisamos textos de um gênero textual específico e exploramos apenas alguns aspectos da Teoria da Relevância. Contudo, mesmo se tratando de análises linguísticas um tanto simplificadas, é possível afirmar que a Teoria das Implicaturas e a Teoria da Relevância são eficientes na interpretação da intencionalidade comunicativa humana no que tange tanto a construção do humor quanto a análise comunicacional, de uma maneira geral.

Conforme defende Grice (1975 [1982]), a compreensão dos nossos diálogos é realizada por meio de esforços cooperativos, contudo essa não é uma tarefa simples, já que, no processamento inferencial, estão envolvidas, além dos inputs visuais e linguísticos, questões que dizem respeito às convicções dos leitores, como suas crenças, valores, culturas e até mesmo questões de sensibilidade psicológica. Do mesmo modo que essas diversas questões influenciam nos mecanismos interpretativos, elas também podem revelar aspectos implicados na comunicação, como, no caso dos cartuns do estudo, os preconceitos velados nas falas dos personagens.

A partir das reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho, é possível compreender, mesmo que de um modo geral, como pode se configurar o processamento dos estímulos mais importantes em um texto pela perspectiva da Pragmática, levando

sempre em consideração o contexto de produção. Desse modo, é constatado que, conforme defendido na Teoria da Relevância (Sperber e Wilson, 1995 [2001]), os processos dedutivos-inferenciais são o menor caminho para alcançar a relevância na interpretação, na análise e na descrição da comunicação humana.

Em relação ao gênero textual cartum, conforme defendido ao longo do texto, confirma-se que ele se configura como um gênero de cunho humorístico, sendo o humor representado nesses textos como forma de cumprir um propósito comunicativo: mostrar a realidade dos deficientes e denunciar a situação de preconceito sofrida por eles. Bergson (1900 [1987]) afirma que não há comicidade fora do que é humano, sendo todas as pessoas adeptas ao riso e todos os motivos risíveis, inclusive a situação de exclusão. Para que a noção de insensibilidade do riso seja adotada nos cartuns em questão, deve haver um certo distanciamento sentimental da causa do preconceito. Outra situação que propicia o efeito cômico é o surgimento do inesperado, pois o inesperado frustra as expectativas. As situações de interação com os deficientes são inesperadas, pois, por mais que eles representem uma parcela significativa da população, ainda não estamos habituados com a inclusão total deles nos ambientes e ainda não temos ciência total de suas capacidades e habilidades. Ao encontramos um deficiente que leva uma vida considerada “normal”, nossas expectativas são frustradas e daí o riso pode ser suscitado.

Propp (1992) nos propõe uma tipologia para o riso a partir da essência da comicidade. Segundo ele, diferentes tipos de comicidade levam a diferentes tipos de riso. Nos cartuns analisados, entre os seis tipos de riso elencados por Propp, podemos identificar os tipos que são mais propensos a surgir nessas situações, de acordo com a forma de comicidade suscitada no leitor: o riso de zombaria, o riso bom, o riso alegre, o riso ritual e, até mesmo, o riso maldoso. O riso de zombaria é aquele mais encontrado no cotidiano e por isso pode acontecer também nas situações de preconceito aos deficientes, já que seus aspectos físicos, particularidades e estranhezas podem ser considerados ridículos. Percebemos que, na maioria dos casos, o riso identificado a partir da leitura dos cartuns é um riso sem derrisão, um riso de simpatia e empatia por aquele que apresenta um defeito, um riso que gera afeto e compreensão em relação ao defeito do outro.

A ampliação dos conceitos sobre o humor nos levou a refletir a respeito de um tipo especial de expressão cômica, aquela em que somos capazes de rir não apenas em situações boas e positivas, mas também diante daqueles acontecimentos considerados traumáticos. Ao utilizar a linguagem do humor como canal de denúncia ao preconceito, constata-se um comportamento resiliente do autor Ricardo Ferraz, tendo em vista sua real deficiência física e seus relatos – quase que pessoais – em seus cartuns. O humor resiliente é evidenciado nos cartuns da análise e se configura como uma forma de enfrentamento às diversidades, o que aumenta a chance de aceitação por parte de quem lê os cartuns. Além disso, ao transformar a dor e o preconceito em comicidade na forma de cartuns, o autor consegue torná-los leituras leves e, apesar de sérios, o humor resiliente consegue abrandar o efeito destruidor que o preconceito e a discriminação são capazes de causar.

Por hora, vale reafirmar que os cartuns são canais de denúncia extremamente críticos, capazes de influenciar diretamente nas opiniões das pessoas que os leem. Por esse motivo, o seu uso como um instrumento de análise dos comportamentos sociais é relevante, já que está carregado de ideologias e pode ser um forte formador de opinião. A descoberta da implicatura pretendida por meio de uma leitura simples e rápida faz com que os leitores reflitam a respeito da situação descrita, o que enriquece ainda mais o gênero e faz com que ele seja bastante difundido e utilizado em várias esferas da sociedade, o que propaga, no caso desses cartuns temáticos, a denúncia ao preconceito e à discriminação dos deficientes.

REFERÊNCIAS

ARMENGAUD, Françoise. *A Pragmática*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. Gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277-289.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 30 out. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 25 ago. 2018.

CAMPOS, Jorge; RAUEN, Fábio José (orgs.). *Tópicos em Teoria da Relevância*. Porto alegre: EDIPUCRS, 2008.

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. 3ª ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 204- 205.

ERMIDA, Isabel Cristina da Costa Alves. *Humor, linguagem e narrativa: para uma análise do discurso literário humorístico*. Braga, 2002. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem). Setor Ciências da Linguagem. Universidade do Minho. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/190?locale=en>> Acesso em: 30 mai. 2018.

ESCANDELL, Maria Victoria. *Introducción a la Pragmática*. 2 ed. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 2006.

FERRAZ, RICARDO. *Visão e Revisão. Conceito e Preconceito*. Cachoeiro do Itapemirim. Ed. do autor, 2006.

_____. “Transformou a arte numa ferramenta de inclusão: Entrevista com o cartunista Ricardo Ferraz”. GARCIA, Vera. *Deficiente Ciente: O Blog da Inclusão e Cidadania*. 4 abr. 2013. Disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/entrevista-com-o-cartunista-ricardo-ferraz.html>.> Acesso em: 25 ago. 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GOMES, Vitor. *O bom-humor de professores de uma escola especial e a comicidade que a corrompe: uma “leitura-sentida a partir de Bergson*. 19 de dez. 2008. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2008.

GRICE, Herbert Paul. *Lógica e conversação*. (Trad. João W. Geraldi). In: DASCAL, Marcelo (org.). *Fundamentos Metodológicos da Linguística* (vol. IV): Pragmática - Problemas, críticas, Perspectivas da Linguística. Campinas: UNICAMP, 1982.

IANNONE, Leila. IANNONE, Roberto Antonio. *O mundo das histórias em quadrinhos*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 1994.

JABLONSKI, Bernardo; RANGÉ, Bernard. *O humor é só-riso? Algumas considerações sobre os estudos em humor*. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, 36(3): 133-140 jul./set., 1984.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. Tradução de Luiz Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LINS, Maria da Penha Pereira (org.). *Explicando o humor pela pragmática*. Vitória: PPGEL/UFES, 2016.

_____. *O humor como discurso de prevenção: o cartum sob a ótica da Pragmática*. Vitória: PPGEL/UFES, 2013.

_____. *A pragmática e a análise de textos*. Revista (Con)textos Linguísticos. V. 2. nº 2. Vitória: Ufes, 2008.

_____. *Mas, afinal, o que é mesmo pragmática?* Revista Fala Palavra / Departamento de Letras e Línguas. nº 2. Aracruz: Facha, 2002.

_____. *O humor em tiras de quadrinhos: uma análise de alinhamentos e enquadres em Mafalda*. Vitória: Grafer Editora, 2002.

_____. GONÇALVES, Lorena Santana. *O humor como discurso de prevenção: o cartum sob a ótica da Pragmática*. Vitória: PPGEL/UFES, 2013.

_____. CARMELINO, Ana Cristina. (orgs.). *A linguagem do humor: Diferentes olhares teóricos*. Vitória: PPGEL/UFES, 2009.

_____. SOUZA JUNIOR, Rivaldo Capistrano. A referenciação como gatilho para a construção do humor. In: *Quadrinhos sob diferentes olhares teóricos*. Vitória: PPGEL/UFES, 2014.

_____. GONÇALVES, Danndara Wagmaker. Implicaturas desvelam o humor resiliente em cartuns: deficiência e preconceito. In: *Explicando o humor pela pragmática*. Vitória: PPGEL/UFES, 2016.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTELLOTA, Mário Eduardo. *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

OLIVEIRA, Roberta Pires de; BASSO, Renato Miguel. *Arquitetura da conversação: teoria das implicaturas*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Elias. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Claraluz, 2006.

PROPP, Vladimir. *Comicidade e Riso*. São Paulo: Ática, 1992.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Apresentação. Pragmática – uma vista aérea. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, n. 30, p. 5-7, jan.-jun., 1996.

RAMOS, Paulo. Gêneros do humor nos Quadrinhos. In: LINS, Maria da Penha Pereira; CAPISTRANO, Rivaldo Capistrano Junior. *Quadrinhos sob diferentes olhares teóricos*. Vitória: PPGEL/UFES, 2014.

_____. Prefácio. In: LINS, Maria da Penha Pereira; GONÇALVES, Lorena Santana. *O humor como recurso de prevenção: o cartum sob a ótica da pragmática*. Vitória: PPGEL/UFES, 2013.

_____. *A leitura dos quadrinhos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Histórias em quadrinhos: gênero ou hipergênero*. Revista Estudos Linguísticos do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. v. 38 (3), p.355-367, set.-dez. 2009.

REYES, Graciela. *El abecé de la Pragmática*. Madri: Arco/Libros, 1998.

RICARDO FERRAZ: Ilustrador/Cartunista. Disponível em: <http://www.cadetudo.com.br/ricardoferraz/>. Acesso em: 25 ago. 2018.

SANTOS, Sebastião Lourenço dos. *O enigma da piada: Convergências teóricas e emergência pragmática*. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

SILVA, Reginaldo Branco da. *O humor como fator de resiliência*. Disponível em: <<http://porumbrasilresiliente.blogspot.com/2010/11/o-humor-como-fator-de-resiliencia.html>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. *Pragmática cognitiva: a teoria da relevância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

SOARES, Vivian Leticia Lopes. *O humor resiliente na sociedade contemporânea*. Revista Leitura Flutuante / Clínica da Cultura e Elementos de conexão entre Semiótica e Psicanálise. V. 3. n° 3. São Paulo: PUC-SP, 2011.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevância: Comunicação e Cognição*. Tradução de Helen Santos Alves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. Teoria da Relevância. Tradução de Fábio José Rauen e Jane Rita Caetano da Silveira. In: *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v.5, n. esp.; p. 221- 269, 2005.

TABOADA, Nina G.; LEGAL, Eduardo J.; MACHADO, Nivaldo. *Resiliência: em busca de um conceito*. Revista brasileira crescimento e desenvolvimento humano. São Paulo. v. 16, n. 3, p. 104-113, dez. 2006. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v16n3/12.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

TAFFARELLO, Maria Cristina de Moraes. *Histórias em quadrinhos e a noção de script*. In: LINS, M. P. P.; CAPISTRANO, R. C. JR. *Quadrinhos sob diferentes olhares teóricos*. Vitória: PPGEL/UFES, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. BIBLIOTECA CENTRAL. *Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos*. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. BIBLIOTECA CENTRAL. *Normalização de referências: NBR 6023:2002*. Vitória: EDUFES, 2015.

WILSON, Deidre. Prefácio. In: SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevância: Comunicação e Cognição*. Tradução de Helen Santos Alves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

YULE, George. *Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

YUNES, Maria Angela Mattar. *Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família*. Psicologia em Estudo: Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul V. Esp., p. 75-84, 2003. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/1201>>. Acesso em: 25 jul. 2018.